

TERMO DE REFERÊNCIA
EXECUÇÃO DE MUROS EM GABIÃO PARA CONTROLE DE EROÇÃO NO RIO
BARIGUI
PROTOCOLO 01-004815/2026

SUMÁRIO

1. OBJETIVO	3
2. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES	3
3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	3
4. OBJETO	7
5. REGIME DE EXECUÇÃO	9
6. ENQUADRAMENTO DO OBJETO	9
7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO	9
8. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO	9
9. PRAZOS DO CONTRATO	10
10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO	11
11. DA EXECUÇÃO DO OBJETO	12
12. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	14
13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS	15
14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	17
15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	19
16. DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	23
17. DO PESSOAL	25
18. DA PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO	26
19. FORMA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO	32
20. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E ACEITABILIDADE DE PREÇO	35
21. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	36
22. DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA	44
23. CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E VISITA TÉCNICA	50
24. CRITÉRIOS PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO	50
25. DA ALTERAÇÃO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO CONTRATUAL	53
26. ATUALIZAÇÃO DE CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS FIXOS OU VARIÁVEIS	54
27. DA PRECLUSÃO	54
28. ANÁLISE DE RISCO	54
29. DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO DA LICITAÇÃO	54
30. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS	54

31. GARANTIA DE PROPOSTA.....	57
32. GARANTIA DE EXECUÇÃO	57
33. DA SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS	58
34. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO	60
35. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO	60
36. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA, CATÁLOGO OU DESCRITIVO TÉCNICO	62
37. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	62
38. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	72
39. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA	72
ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO	73
ANEXO II – MATRIZ DE RISCOS	74
ANEXO III – DECLARAÇÕES DE ACEITE - DECLARAÇÕES FEITAS AO DAR ACEITE NO SISTEMA PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO NO SISTEMA E-COMPRAS	126
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR PARA EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME / EPP / MEI.....	128
ANEXO V – MODELOS DE DOCUMENTOS DE RATIFICAÇÃO DE PROPOSTAS.....	129
ANEXO VI – DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO	140
ANEXO VII – MODELOS DE DECLARAÇÃO - HABILITAÇÃO.....	141
ANEXO VIII – ORÇAMENTO, COMPOSIÇÕES, COTAÇÕES, CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO E ÍNDICES DE REAJUSTE	154
ANEXO IX – PROJETOS	155
ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO.....	156

O presente Termo de Referência foi elaborado com base no Inciso III do Art. 18 do Decreto Municipal nº 700/2023 e demais alterações, e Art. 36 do Decreto Municipal nº 1206/2023 e demais alterações.

1. OBJETIVO

- 1.1.** O objetivo do Termo de Referência é apresentar o detalhamento do objeto e os elementos necessários para a contratação pretendida, conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP. As diretrizes e elementos apresentados servirão como balizadores do escopo da **contratação de empresa especializada de engenharia para a execução de muros em gabião para controle de erosão do rio Barigui, no trecho localizado entre as ruas Prof. Algacyr Munhoz Mader e Andréa Guimarães, paralelo à rua Bernardo Meyer, no bairro Cidade Industrial de Curitiba**, no âmbito do TC n.º: 0351.030-77/2011 MCidades/CAIXA – Obras de bacias de retenção, perfilamento de rios e galerias pluviais em rios da sub-bacia do rio Barigui, firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC e o Ministério das Cidades e CAIXA, contrato vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com aporte de recursos da união.

2. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

- 2.1.** Esta contratação está de acordo com o planejamento anual conforme as leis orçamentárias, sob a descrição de:

11001.18543.0006.1080.449051.3.1.751 - R\$ 5.243.389,03

11001.18543.0006.1080.449051.7.1.000 - R\$ 262.813,74

- 2.2.** O recursos ocorrerão em parte do Município e parte por meio do Termo Aditivo ao termo de compromisso Nº 0351.030-77/2011 MCidades/CAIXA, que entre si fazem a união federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Curitiba.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Motivação da contratação:

- 3.1.1.** A atuação do Departamento de Pontes e Drenagem tem como escopo central a promoção de iniciativas voltadas à ampliação e à manutenção do sistema de drenagem urbana, composto por um conjunto de medidas que, de forma integrada, asseguram o atendimento estruturado e eficiente às demandas de drenagem da cidade.
- 3.1.2.** A Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC firmou, com o Ministério das Cidades e CAIXA, contrato vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com aporte de recursos da União mediante o Termo de Compromisso nº 0351.030-77/2011 MCidades/CAIXA – Obras de bacias de retenção, perfilamento de rios e galerias pluviais em rios da sub-bacia do rio Barigui, produção de unidades habitacionais pelo programa

MCMV e execução de trabalho técnico social, no Município de Curitiba, no âmbito do Programa Drenagem Urbana e Controle da Erosão Marítima e Fluvial.

- 3.1.3.** Recentemente o Ministério das Cidades homologou a Síntese do Projeto Aprovado – SPA, da etapa 4 do Termo de Compromisso em referência, o que permite o início dos procedimentos para licitação do objeto, conforme informado mediante o Ofício n.º 1184/2025/GIGOV/CT anexo na mov. 1.2 do protocolo 01-004815/2026.
- 3.1.4.** Dentro do compromisso assumido, o Município promoveu o desenvolvimento de projetos para minimizar os efeitos de precipitações elevadas, no âmbito do plano diretor de drenagem urbana, cuja diretriz preconiza o controle de cheias sem transferir o problema para jusante.
- 3.1.5.** O local no qual está prevista a implantação de obras, referente ao trecho do rio Barigui localizado entre as ruas Prof. Algacyr Munhoz Mader e Andréa Guimarães, paralelo à rua Bernardo Meyer, bairro CIC, sofre com erosão de margens, o que indica a necessidade de contenção lateral do rio. Considerando que a erosão é uma das principais causas do assoreamento dos canais e, conseqüentemente, da redução de sua capacidade de condução das águas pluviais, foi proposta a reconstrução das margens degradadas por meio de muros de gabião para estabilização e proteção superficial.
- 3.1.6.** A contratação visa garantir a execução da obra com a melhor vantajosidade financeira para a Administração através da atuação de empresa capacitada de engenharia.
- 3.1.7.** A implantação de solução adequada reduz os riscos de erosões das margens e terrenos adjacentes, de alagamentos, melhora a mobilidade, preserva a integridade do patrimônio público e privado e garante maior segurança e qualidade de vida aos moradores. Além disso, tais intervenções contribuem para a sustentabilidade do sistema de drenagem da cidade como um todo, alinhando-se às diretrizes legais e institucionais previstas para o setor.
- 3.1.8.** Cumpre destacar que as medidas de drenagem devem ser compreendidas como instrumentos de redução dos riscos de inundações e não como solução absoluta para sua eliminação. Em um contexto de mudanças climáticas, marcado pela ocorrência de eventos extremos cada vez mais intensos e imprevisíveis, é possível que episódios pontuais de alagamentos ainda venham a ocorrer. Isso decorre do fato de que as obras de engenharia nessa área são projetadas e dimensionadas para precipitações de referência específicas, definidas com base em parâmetros técnicos consolidados na literatura e amplamente adotados como critérios de projeto.
- 3.1.9.** Portanto, o impulsionamento da obra proposta apresenta-se como solução técnica adequada e recomendada para o local, considerando que as melhorias almejadas não podem ser alcançadas apenas por meio de pequenas intervenções, medidas paliativas, limpezas ou manutenções de rotina na estrutura existente.
- 3.1.10. Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:** Os benefícios diretos incluem evitar o agravamento de processos erosivos e deslizamentos e reduzir o risco de

alagamentos em decorrência da restrição da vazão do rio, preservando a infraestrutura e o patrimônio público e privado. Dentre os benefícios indiretos, destacam-se a conservação ambiental, a valorização urbana e a segurança da população.

3.1.11. Compatibilidade entre a contratação e o planejamento existente: A execução das obras previstas neste Termo de Referência, baseada em demanda da Unidade Gestor Local (UGL), está alinhada com o compromisso do Município de reduzir os impactos das cheias no território municipal. Assim, a presente contratação se dará em consonância com previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA/2026, no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO) e na Lei 4.320/64 vigentes, estando em consonância também com o Plano Contratação Anual (PCA).

3.2. Padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho (art. 4 da Lei 14.133/21): As características técnicas utilizadas na execução do objeto atendem as especificações e preços descritos nas Tabelas Oficiais (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO), visando a padronização, economia de escala, eficiência e melhor desempenho na execução do objeto e na sua futura manutenção.

3.3. Parcelamento do objeto:

3.3.1. As intervenções previstas compõem um sistema único e interdependente (escavações, contenções). A divisão do objeto criaria interfaces críticas entre contratadas, com risco de desalinhamento de ações, atrasos por dependência sequencial, aumento de retrabalhos e dificuldade de atribuir responsabilidades pelo desempenho hidráulico final, causando prejuízos à execução do objeto. Nos termos do art. 40, §3º, I e II, da Lei 14.133/2021, o parcelamento não se mostra tecnicamente viável nem vantajoso, pois importaria risco ao conjunto e perda de eficiência.

3.3.2. É recomendável, que a execução e gerenciamento do objeto seja realizado por um único contratado, resultando em maior nível de controle da execução dos serviços por parte da Administração, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica, preservando a responsabilidade técnica da execução. Assim, a contratação em lote único assegura comando técnico integrado, sequenciamento contínuo e responsabilidade unitária sobre o desempenho do sistema.

3.3.3. Nesse ponto, as vantagens são:

- a) maior nível de controle pela Administração Pública na execução do objeto;
- b) maior interação entre as diferentes fases do empreendimento;
- c) maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos contratuais;
- d) concentração da responsabilidade pela execução do empreendimento em uma só pessoa;

- e) concentração da garantia dos resultados;
- f) estímulo para o sucesso do certame, além disso, esse agrupamento permite economia de escala, que aplicada na execução de determinado empreendimento, implica em aumento de quantitativos e, conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

3.4. Critérios de sustentabilidade adotados pela CONTRATADA:

- a) Tomar as medidas que forem necessárias para reduzir os impactos ambientais gerados na execução do objeto, conforme Decreto Municipal nº 1346/2023;
- b) Quando couber, acondicionar os resíduos gerados pelas atividades contratadas os quais deverão ser transportados para destinação final, atendendo às disposições contidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos previstos no Decreto Municipal nº 1753/2021, no Decreto Municipal nº 906/2022 e nas demais legislações pertinentes;
- c) Quando couber, elaborar e aprovar junto à Secretaria Municipal de Obras públicas, sem ônus para esta Prefeitura Municipal, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em conformidade com o Decreto Municipal nº 906/2022 e Decreto Municipal nº 1753/2021;
- d) Quando couber, a CONTRATADA deverá ainda apresentar junto à Secretaria Municipal de Obras Públicas um Relatório de como foi executado o Gerenciamento de Resíduos durante todo o período da execução do objeto, por ocasião da última medição;
- e) Utilizar equipamentos e veículos que não extrapolem os níveis permitidos para a emissão de poluentes e ruídos, em atendimento aos critérios e padrões de qualidade ambiental estabelecidos no Código Brasileiro de Trânsito (CTB) e na Política Nacional do Meio Ambiente.
- f) Apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme Norma Regulamentadora NR-1 da Portaria nº 3.214/1978.

3.4.1. No aspecto social:

- a) Apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), conforme Norma Regulamentadora NR-9 da Portaria nº 3.214/1978, para fins de prevenção e controle dos riscos ocupacionais causados por agentes físicos, químicos e biológicos.
- b) Melhorias nas condições e relações de trabalho;
- c) Promoção do adequado treinamento para os funcionários;
- d) Respeito aos direitos humanos;
- e) Maior geração de empregos, preferencialmente com uso de mão de obra local;

- f) Melhoria nas condições de qualidade de vida e segurança dos moradores e usuários do sistema de transporte coletivo.

3.4.2. No aspecto econômico:

- a) Maior vida útil;
- b) Menor custo de manutenção;
- c) Menor geração de resíduos.

3.4.3. Atentar para que toda e qualquer intervenção esteja condizente com o que determina a regulamentação municipal no que tange a proteção ao patrimônio histórico.

3.5. Natureza do serviço:

3.5.1. A presente contratação refere-se a obras e serviços de engenharia (inciso XII do artigo 6º da Lei 14.133/2021) e tem natureza não continuada, conforme inciso XVII do artigo 6º da Lei 14.133/2021, sendo o objeto o resultado dos serviços aqui discriminados.

3.6. Inexigibilidade ou dispensa de licitação:

3.6.1. Não aplicável, uma vez que será realizada a contratação indireta do objeto mediante licitação pública.

3.7. Referências a estudos preliminares:

3.7.1. O Estudo Técnico Preliminar – ETP que indicou a viabilidade da contratação do objeto, está inserido no processo administrativo do certame sob o nº 01-004815/2026.

4. OBJETO

4.1. O objeto a ser contratado se refere a **Contratação de empresa especializada de engenharia para a Execução de muros em gabião para controle de erosão do rio Barigui, no trecho localizado entre as ruas Prof. Algacyr Munhoz Mader e Andréa Guimarães, paralelo à rua Bernardo Meyer, no bairro Cidade Industrial de Curitiba.**

4.1.1. Considerando a maioria dos recursos técnicos empregados na implantação do objeto não se caracterizam como serviços especiais de engenharia e que o sistema BIM ainda não está plenamente instalado no âmbito da Secretaria Municipal de Obras Públicas (SMOP), não será adotada, obrigatoriamente, a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling – BIM), para a presente contratação, nos termos dos §§2º e 3º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Localização: as obras serão localizadas ao longo do **Rio Barigui, no trecho localizado entre as ruas Prof. Algacyr Munhoz Mader e Andréa Guimarães, paralelo à rua**

Bernardo Meyer, no bairro Cidade Industrial de Curitiba, nos trechos limitados pelo projeto contemplado nesta contratação.

- 4.3. Descrição da Solução como um todo:** A solução almejada é contratar empresa especializada de engenharia para a execução de muros em gabião para controle de erosão do rio Barigui, no trecho localizado entre as ruas Prof. Algacyr Munhoz Mader e Andréa Guimarães, paralelo à rua Bernardo Meyer, no bairro Cidade Industrial de Curitiba. A empresa será responsável por executar a obra conforme projeto e especificações técnicas, seguindo normas técnicas e garantindo a qualidade e durabilidade das intervenções. A obra deverá ser realizada por profissionais devidamente qualificados e aprovada pela CONTRATANTE. Após a conclusão da obra, poderá ser executada manutenção preventiva e corretiva conduzidas pela Administração, o que é inerente a este tipo de infraestrutura urbana. Tais serviços de manutenção poderão ser englobados nos contratos específicos atualmente vigentes, garantindo a continuidade operacional e a adequada conservação do sistema ao longo do tempo.
- 4.4.** As áreas de abrangência desta contratação foram declaradas de domínio público, conforme informação da Unidade Gestora Local (UGL), razão pela qual justifica-se a desnecessidade de providências para efetivação de desapropriação, nos termos do Art. 71, §5.º, do Decreto Municipal 1206/2023.
- 4.5. Modalidade:** A licitação será conduzida na modalidade **CONCORRÊNCIA**, uma vez se tratar de contratação de obra e serviços comuns de engenharia.
- 4.6. Critério de julgamento:** MENOR PREÇO.
- 4.7. Modo de disputa:** ABERTO.
- 4.8. Produtos, resultados e impactos esperados:** Com a execução da obra, pretende-se evitar o agravamento de processos erosivos e deslizamentos e reduzir o risco de alagamentos em decorrência da restrição da vazão do rio, preservando a infraestrutura e o patrimônio público e privado; e melhorar a mobilidade e segurança urbana, reduzindo prejuízos à população diretamente afetada.
- 4.9.** Ao final da execução, a CONTRATADA deverá entregar, além da obra concluída, a documentação técnica completa, incluindo projeto “As built” e relatório fotográfico de execução, garantindo à Administração os meios adequados para fiscalização, controle e conservação da infraestrutura.
- 4.10. Descrição técnica detalhada dos serviços:** As especificações técnicas estão previstas no Anexo I – Memorial Descritivo, bem como nos projetos, orçamento, neste termo de referência e demais documentos técnicos necessário a execução do objeto.
- 4.11. Qualificações necessárias:** As qualificações necessárias à contratação do objeto estão descritas no item 20 deste termo de referência.
- 4.12.** Quadro resumo do item:

Ficha SGP Obras	Nº 3195
Endereço	Rio Barigui, trecho localizado entre as ruas Prof. Algacyr Munhoz Mader e Andréa Guimarães, paralelo à rua Bernardo Meyer, bairro CIC
Prazo de Vigência	270 dias (180 dias de execução + 90 dias de vigência = 270 dias)
Prazo de Execução	180 dias a contar da data de emissão da Ordem de Serviço
Projeto de drenagem	ART Nº 20144156026
Orçamento atualizado	ART Nº 1720253795544
Autorização Ambiental	AEO Nº 25001493

5. REGIME DE EXECUÇÃO

- 5.1. A contratação será conduzida pelo regime de execução de **empreitada por preço unitário**, instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1206/2023.

6. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

- 6.1. O objeto a ser contratado é classificado como obra e serviço comuns de engenharia, por contemplar execução de obras envolvendo atividades estabelecidas, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implicam intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

- 7.1. O empreendimento prevê a execução de muros em gabião para controle de erosão das margens do Rio Barigui em um único lote, constituindo um conjunto de ações cujas quantidades foram levantadas com base nos memoriais descritivos e projetos básicos que se encontram no link indicado nos Anexos I e IX deste Termo de Referência.
- 7.2. A planilha orçamentária que consta no link indicado no Anexo VIII também serve como referência para as quantidades a serem contratadas.

8. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. O valor máximo da contratação é de **R\$ 5.506.202,77 (cinco milhões, quinhentos e seis mil, duzentos e dois reais e setenta e sete centavos)**, correspondente às planilhas do orçamento base da licitação, atualizada na data de 23/09/2025 e com data base de agosto/2025, conforme orçamento assinado na mov. 1.13 do protocolo 01-004815/2026.

9. PRAZOS DO CONTRATO

9.1. O **prazo de vigência** do contrato é de **270 (duzentos e setenta) dias** com início na data de assinatura do Contrato, atendendo ao preconizado no artigo 80, inciso II, do Decreto Municipal nº 700/2023.

9.2. O **prazo de execução** desta contratação é de **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data da emissão de Ordem de Serviço específica, referente à execução do objeto pela CONTRATADA.

9.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme Art. 100 do Decreto Municipal nº 700/2023.

9.3.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA:

- I. a CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas;
- II. a CONTRATANTE poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

9.3.2. Fica dispensada a celebração de termo aditivo na hipótese do item 9.3, sem prejuízo do registro de sua ocorrência, devendo constar dos autos:

I. apresentação, pelo órgão promotor, de:

- a) indicação dos motivos que levaram à inexecução dentro do prazo;
- b) análise da existência ou não de culpa do contratado;
- c) na hipótese de ocorrência de culpa, justificativa detalhada da necessidade, do interesse na continuidade do ajuste e da vantajosidade na manutenção do ajuste.

II. encaminhamento para a autoridade competente para:

- a) ciência da prorrogação, na hipótese de ausência de culpa do contratado;
- b) na hipótese de ocorrência de culpa do contratado, decisão sobre a manutenção ou extinção do ajuste;
- c) na hipótese de ocorrência de culpa do contratado, determinar a abertura de procedimento para aplicação de sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e neste Decreto.

III. encaminhamento ao NAA para fins de registro no sistema informatizado de contratos.

9.3.3. Na hipótese de ser decidido pela extinção contratual, a autoridade competente deverá determinar a adoção das medidas admitidas em lei para a continuidade da execução

contratual, na forma do inciso II do artigo 111, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

- 9.3.4.** Fica dispensada a manifestação da PGM na hipótese do item 9.3, salvo dúvida jurídica devidamente especificada e delimitada.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 10.1.** As medições serão efetuadas após a execução dos serviços determinados nas etapas do Cronograma físico-financeiro do Contrato, a ser aprovado pelo CONTRATANTE. As medições serão realizadas pela CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA, que emitirá o Atestado de verificação e aceitação dos serviços, a partir de relatórios, boletins e planilha de medições de serviços, podendo ser complementados ou conferidos com levantamentos feitos no local da atividade.
- 10.2.** Para fins de medição, deverá ser apresentado, pela CONTRATADA, o Cronograma físico-financeiro do Contrato, conforme disposto no item 12 deste Termo de Referência.
- 10.3.** As medições serão feitas por etapas, subetapas, parcelas, trechos ou subtrechos, previamente definidos no Cronograma físico-financeiro do Contrato.
- 10.4.** As medições serão realizadas através das etapas definidas no Cronograma físico-financeiro do Contrato, aprovado pelo CONTRATANTE, com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação dos preços.
- 10.5.** A medição será formalizada mediante Boletim de Medição acompanhado de:
- a)** relatório fotográfico atualizado das frentes de serviço;
 - b)** memoriais de cálculo e planilhas de quantitativos;
 - c)** registros de controle tecnológico e de qualidade;
 - d)** relatório de conformidade ambiental, quando aplicável.
- 10.6.** A CONTRATADA deverá cumprir fielmente os prazos de término de cada etapa, de acordo com o Cronograma do contrato;
- 10.7.** O período de avaliação dos serviços executados relacionado ao cumprimento do cronograma tomará como base o primeiro e o último dia do mês em que o serviço foi prestado pela CONTRATADA e recebido pela CONTRATANTE, dados os Critérios de Medição estabelecidos neste Termo de Referência.
- 10.7.1.** Não será admitida medição inferior a 30 (trinta) dias, exceto para a medição final.

- 10.8.** Serão considerados apenas os serviços efetivamente executados e aprovados pela Fiscalização, que estejam em conformidade com o projeto, as especificações técnicas e as normas de engenharia.
- 10.9.** A execução da obra de construção seguirá os projetos fornecidos pela CONTRATANTE. Deverão ser realizadas, pela CONTRATADA, todas as operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- 10.10.** Como condição indispensável para a última medição e recebimento integral do objeto, deverão ser apresentados pela CONTRATADA:
- a)** Projeto "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - b)** Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- 10.11.** O Cronograma com as etapas medidas no período deverá ser assinado pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE e deverá ser anexada ao processo de pagamento.
- 10.12.** O documento hábil para aferir a aplicação e conformidade das diretrizes e políticas exigidas pelo Agente Financiador é o Atestado de Conformidade Técnica emitido pela Unidade Gestora do Local (UGL).
- 10.13.** O Atestado de verificação e aceitação dos serviços executados no período, emitido pela fiscalização e/ou gestor para esse fim designada, deverá ser anexada ao respectivo processo de pagamento.

11. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 11.1.** A CONTRATADA deverá iniciar a execução do objeto contratado na data de emissão da Ordem de Serviço, a qual será emitida em duas vias pela Secretaria Municipal de Obras Públicas – SMOP.
- 11.2.** Para emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA compromete-se a apresentar, ao Gestor do Contrato, quando for o caso, os respectivos alvarás, licenças, autorizações, outorgas, estudos junto aos órgãos competentes.
- 11.3.** Como condição para o recebimento da Ordem de Serviço, sob pena de inadimplemento contratual, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal ou ao Gestor do Contrato os respectivos veículos, máquinas, equipamentos e a relação de profissionais necessários para a execução do contrato.
- 11.4.** Caso a CONTRATADA não venha a iniciar a execução do objeto dentro do prazo estipulado nas Ordens de Serviço específicas, sem que apresente justificativa plenamente aceita pela Gestão do contrato, a CONTRATANTE se reserva o direito de

cancelar as Ordens de Serviço expedidas com a consequente rescisão do contrato, fundamentada no que dispõe o II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5. Ocorrendo o disposto no item anterior, a CONTRATANTE poderá vir a efetivar a contratação do objeto nos termos do §7º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.6. Para o início do objeto a CONTRATADA deverá providenciar:

11.6.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao CREA/PR ou CAU/PR, referente à execução da obra, devendo ser observada a equipe técnica apresentada na Licitação e em concordância com as quantidades e especialidades indicadas na contratação, sendo indispensável e obrigatória a apresentação e quitação das mesmas nos primeiros 10 (dez) dias após a assinatura da Ordem de Serviço específica.

11.6.1.1. Os dados preenchidos nas ARTs e/ou RRTs devem ser compatíveis com os dados da contratação. Anteriormente a emissão final destes documentos a CONTRATADA deve consultar previamente o Fiscal, apresentando minuta de preenchimento, a fim de evitar retificações posteriores.

11.6.2. Relação da equipe completa dos profissionais disponibilizados para a execução do objeto, devendo nesta relação conter: nome, função (Responsável Técnico, Preposto, Encarregado, Servente, etc.), data de admissão na empresa, nº de CPF, endereço, nº da Carteira Profissional, acompanhada de declaração formal, passada pelo representante legal da CONTRATADA, de sua disponibilidade para atuarem na execução do objeto contratado.

11.6.3. Relatório fotográfico da situação anterior ao início de execução do objeto, de acordo com orientações e necessidades do Departamento competente da CONTRATANTE.

11.7. A CONTRATADA será responsável por apresentar o plano de trabalho detalhado para a execução da obra, contemplando a sequência executiva, cronograma físico-financeiro e medidas de segurança e controle ambiental, de forma a assegurar o cumprimento do prazo e escopo programados.

11.8. Anterior ao início da obra a CONTRATADA deverá providenciar Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, em atendimento ao Decreto Municipal nº 906/2022, devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

11.9. A CONTRATADA deverá realizar os serviços necessários a execução do objeto, de acordo com as especificações e condições descritas nos documentos componentes deste certame, bem como às diretrizes determinadas pelos projetos, memoriais e demais documentos entregues pela CONTRATANTE.

11.10. Os Fiscal(is) e/ou Gestor do contrato designados poderão solicitar a execução de serviços, que por questões de celeridade poderão ser passadas verbalmente e por e-mail, sendo preferencialmente as comunicações de forma escrita.

- 11.11.** A CONTRATADA deve conduzir e executar o objeto, utilizando-se de todos os critérios técnicos e recursos necessários para que se alcance resultados eficazes, de acordo e em conformidade com as Especificações Técnicas com as Normas pertinentes e vigentes da ABNT, com os padrões e orientações estabelecidos pelos projetos e memorial descritivo, e com as condições estabelecidas neste instrumento.
- 11.12.** Será de responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento do contrato, não podendo ceder este, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, bem como não será admitida a subcontratação total do objeto contratado, limitado ao disposto no item 33 deste Termo de Referência.
- 11.13.** Durante a execução do objeto, é absolutamente vedado à CONTRATADA a execução de serviços em áreas particulares ou a realização de outras tarefas que não sejam a execução do objeto contratado.
- 11.14.** Ao término da execução do objeto, o local de construção da obra deverá se apresentar limpo sem qualquer espécie de entulho devendo os custos deste serviço, estar previsto e já incluso nos preços propostos. Todos os recipientes a serem utilizados para o acondicionamento dos resíduos deverão estar incluídos no custo total do objeto, bem como a retirada e o descarte final dos resíduos.

12. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

- 12.1.** O Cronograma físico-financeiro do Contrato deverá atender aos seguintes requisitos:
- 12.1.1.** Expressar a programação das atividades e o correspondente desembolso mensal do presente instrumento, obrigatoriamente apresentando informações suficientes e necessárias para o monitoramento e controle das etapas da obra, sobretudo do caminho crítico;
- 12.1.2.** Representar todo o caminho crítico do objeto (projeto e obra), os quais não poderão ser alterados sem motivação circunstanciada e sem o correspondente aditamento do Contrato, independente da não alteração do prazo final;
- 12.1.3.** Identificar, previamente, as etapas mais relevantes para o cumprimento dos prazos pactuados, de modo a permitir o acompanhamento da execução parcial do objeto contratado e a aplicação das sanções previstas em Contrato;
- 12.1.4.** Representar o integral planejamento do projeto/empreendimento, inclusive das suas etapas/serviços, de modo a permitir o fiel acompanhamento dos prazos avençados, bem ainda, a aplicação das sanções previstas em Contrato;
- 12.1.5.** Representar todas as atividades na planilha orçamentária e no cronograma, com grau de detalhamento compatível com o planejamento de execução da CONTRATADA.

- 12.1.6.** Identificar, em termos da execução da respectiva obra ou serviço, todas as etapas, subetapas, parcelas, trechos ou subtrechos necessários à medição, ao monitoramento e ao controle da execução do objeto;
- 12.2.** Recomenda-se que seja utilizada metodologia PERT/CPM para identificação do caminho crítico do objeto.
- 12.3.** A CONTRATADA deverá efetuar seu próprio planejamento, levando em conta a produtividades de suas máquinas, equipamentos e mão-de-obra, sem, contudo, exceder o prazo estabelecido neste Termo de Referência.
- 12.4.** A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar o cronograma físico-financeiro no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, caso seja percebida, por ambas as partes, a necessidade de atualização da versão apresentada na proposta. Tal versão carecerá de aprovação da CONTRATANTE.
- 12.5.** Para fins de aprovação, o cronograma físico-financeiro será analisado em até 5 (cinco) dias corridos, sob responsabilidade da CONTRATANTE. Caso identificadas inconsistências, a CONTRATADA deverá realizar as correções necessárias no prazo de 5 (cinco) dias corridos.
- 12.6.** Após a entrega, análise e eventuais correções, o cronograma físico-financeiro será aprovado pela CONTRATANTE no prazo de até 5 (cinco) dias corridos.
- 12.7.** Caso seja verificada necessidade de adequação do planejamento durante execução do objeto, o Cronograma físico-financeiro do Contrato poderá ser atualizado.
- 12.7.1.** A adoção dessa medida implicará a revisão e aprovação de novo cronograma físico-financeiro, a ser elaborado pela CONTRATADA e validado pela CONTRATANTE, refletindo as alterações promovidas nas fases de execução, sem que isso implique acréscimos de prazo ou encargos adicionais ao contrato.

13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

13.1. DA FICHA DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- 13.1.1.** A fiscalização emitirá a Ficha de Avaliação de Desempenho dos Serviços executados na medição, conforme os Critérios de Avaliação de Desempenho dos Serviços apresentados no Anexo V - Modelo sugerido 06 deste Termo de Referência.
- 13.1.2.** Desempenhos inferiores a 7,0 (sete) pontos serão passíveis de abertura de processo de penalidade.

13.2. ACEITE E RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

- 13.2.1.** As medições dos serviços previstos nas etapas do Cronograma físico-financeiro do Contrato, apresentadas nas planilhas de medições, deverão ser aceitas pela fiscalização ou gestor do contrato, mediante atestado de verificação e aceitação dos serviços executados no período, quando for o caso.
- 13.2.2.** O recebimento provisório do objeto, quando couber, será promovido pela CONTRATANTE através do Gestor e Fiscais do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita da CONTRATADA, informando a conclusão do objeto.
- 13.2.3.** Sendo constatada pela CONTRATANTE, falhas e defeitos construtivos, bem como serviços executados sem a observância do indicado nas especificações e documentação pertinente ao contrato, este fará constar tais aspectos no Termo de Recebimento Provisório, passando a ser contado a partir da data do documento, o prazo para o saneamento dos apontamentos.
- 13.2.4.** Decorrido o prazo para a correção de defeitos, quando couber, o Gestor e Fiscais do contrato efetuaram a verificação e vistoria do objeto para o Recebimento Definitivo, com observância do indicado nas especificações e documentação pertinente ao contrato, passando o objeto, caso aprovado, ser considerado recebido definitivamente nos termos do art. 140, I, “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo para todos os efeitos legais, a responsabilidade decorrente de Lei.
- 13.2.5.** Caso a CONTRATADA execute o objeto contratado sem a observância do indicado nas especificações e na documentação pertinente ao contrato, ou não venha a cumprir com o circunstanciado no Termo de Recebimento Provisório quanto a execução de reparos e defeitos, a CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber o objeto definitivamente, respondendo a CONTRATADA pelas penalidades definidas neste Termo de Referência, bem como pelas estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.2.6.** A CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor do Contrato, quando da conclusão do objeto contratado, “As Built”, ou seja, projeto ou relatório que venha a refletir as condições finais do objeto, bem como relatório fotográfico da situação posterior à conclusão em meio impresso e digital, o qual deverá ser juntado aos autos do procedimento administrativo licitatório.
- 13.2.7.** A CONTRATADA deverá cumprir, quando da conclusão integral do objeto contratado, todos os requisitos dispostos neste Termo de Referência.
- 13.2.8.** Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.

- 13.2.9.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações, projetos e demais documentos técnicos.
- 13.2.10.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto contratado nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 13.2.11.** Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição dos materiais e da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da CONTRATADA.
- 13.2.12.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto contratado nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 13.2.13.** Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição dos materiais e da boa execução do objeto exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da CONTRATADA.
- 13.2.14.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a CONTRATADA, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez, segurança dos materiais e serviços executados, bem como pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel. Em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessária.

13.3. ATESTADO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 13.3.1.** O atestado de execução visa informar a execução de obra ou a prestação de serviço. Identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, local, período de execução, responsáveis técnicos envolvidos, atividades técnicas executadas e a empresa contratada, nos termos da Resolução Confea nº 1.137/2023, ou outra que vier substituí-la.
- 13.3.2.** O Atestado de Execução do objeto contratado será emitido apenas para os profissionais com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART no CREA, devidamente quitada, relativa ao objeto licitado, e que integrem a equipe designada na Declaração de Responsabilidade Técnica na época da licitação, ou por meio de substituições autorizadas pela CONTRATANTE.
- 13.3.3.** A CONTRATADA terá direito de receber o Atestado de Execução do objeto contratado relativo somente ao percentual que executou.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1.** Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes no Capítulo IV, Título III da Lei Federal nº 14.133/2021 e no que

couber, nas Normas e Procedimentos Administrativos sobre Contratações de Serviços de Engenharia, vigentes na SMOP.

- 14.2.** Fornecer todas as informações disponíveis e necessárias à execução do objeto contratado, caso não constem na documentação que integra este instrumento, assumindo a responsabilidade por sua correção e adequação, bem como, garantir acesso à CONTRATADA a toda documentação técnica necessária para a execução do objeto a ser contratado.
- 14.3.** Envidar esforços para superar e resolver quaisquer problemas supervenientes a execução do objeto, cuja solução esteja ao seu alcance ou para o qual possa contribuir efetivamente.
- 14.4.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, e a não liberação do pagamento referente à medição correspondente, quando a CONTRATADA não cumprir com as exigências constantes neste Termo de Referência.
- 14.5.** Estar ciente e fazer cumprir as atribuições de gestor, Fiscal e seus suplentes, que estão preconizadas nos artigos 62 e 63 do Decreto Municipal nº 2193/2023, respectivamente.
- 14.6.** Exigir as instalações mínimas necessárias para a implantação do canteiro de obra.
- 14.7.** Paralisar ou suspender parcial ou totalmente e a qualquer tempo, a execução do objeto contratado, desde que haja conveniência devidamente autorizada e fundamentada. Se isto vier a ocorrer, a CONTRATADA terá direito a receber os serviços efetivamente já executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações introduzidas posteriormente.
- 14.8.** Recusar todos e quaisquer serviços ou equipamentos que não estejam em conformidade com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, ficando a CONTRATADA, obrigada a sua substituição sem ônus para o CONTRATANTE.
- 14.9.** Fiscalizar, sem restrições de qualquer natureza, o local de execução do objeto, bem como a todos os elementos de informações relacionados ao objeto em execução, quando julgar necessários.
- 14.10.** Solicitar à CONTRATADA, quando achar necessário, que submeta a ensaios, testes e as demais provas para aferição de materiais e da boa execução do objeto do contrato de acordo com as normas técnicas oficiais e em conformidade com o preceituado nas normas técnicas da ABNT, SMOP, COMPAGÁS, SANEPAR, COPEL, e demais concessionárias que correrão por conta do contratado.
- 14.11.** Rejeitar os serviços executados com imperfeição ou em desacordo com as especificações técnicas constantes no edital.

- 14.12.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA, dos defeitos ou irregularidades verificadas na execução do objeto, fixando-lhe prazos para sua correção.
- 14.13.** Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.
- 14.14.** Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da Fiscalização, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.
- 14.15.** Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o Contrato.
- 14.16.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de multas, da notificação de débitos e da suspensão da execução do objeto.
- 14.17.** Emitir Ordens de Serviços e Autorizações específicas para a atuação da CONTRATADA.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1.** Executar o objeto de acordo com as especificações contidas no edital de licitação e condições descritas na Minuta do Contrato, Anexo X deste Termo de Referência.
- 15.2.** Designar e manter Responsável Técnico e Preposto da execução do objeto contratado, durante todo o prazo contratual, somente podendo substituí-lo por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 15.3.** Proceder ao registro da(o) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART em nome do Responsável Técnico e do Preposto indicados na Declaração fornecida na licitação.
- 15.4.** Apresentar, quando da data de emissão da Ordem de Serviço, as ARTs solicitadas, sob pena de multa, conforme determinado neste Termo de Referência.
- 15.5.** Comunicar com antecedência à Fiscalização da CONTRATANTE, a eventual substituição do Responsável Técnico da execução do objeto, para que seja previamente autorizada a sua substituição, conforme preconiza o §6º, art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021. Devendo ainda ser apresentada baixa da(o) ART em nome do substituído e o novo registro de ART do substituto.
- 15.6.** Responsabilizar-se pelo pagamento dos emolumentos prescritos em lei e a observância de todas as posturas referentes ao objeto contratado.
- 15.7.** Atender às determinações e exigências formuladas pela Fiscalização, além de permitir e facilitar as ações de Fiscalização da execução do objeto.

- 15.8.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, de acordo com cada caso.
- 15.9.** Manter contato permanente com o representante da CONTRATANTE (Fiscal e gestor) durante todo o período da execução contratual.
- 15.10.** Comparecer, sempre que solicitado, à sede da CONTRATANTE, em data e horário por esta estabelecido, a fim de participar de reuniões para fornecer e receber informações ou esclarecimentos referentes a execução do objeto.
- 15.11.** Comunicar, à Fiscalização do contrato, por escrito qualquer anormalidade verificada na execução do objeto, como também qualquer fato que resultar em risco por falta de segurança e estabilidade ou comprometer a qualidade do objeto contratado. Ocorrendo isso, com o objetivo de não causar danos a nenhuma das partes, a Fiscalização poderá, motivadamente, autorizar modificações de caráter urgente.
- 15.12.** Atender a todas as solicitações de natureza técnica da CONTRATANTE e fornecer para a Fiscalização, quando solicitado, todos os dados relativos a execução do objeto, sob pena de aplicação de multas, caso não atenda às exigências.
- 15.13.** Prestar todo e qualquer esclarecimento solicitado pela CONTRATANTE, garantindo-lhe, inclusive o acesso a documentos relativos aos serviços executados ou em execução.
- 15.14.** Levar ao conhecimento prévio da Gestão do Contrato, as alterações que por ventura desejar introduzir, objetivando facilitar a execução do objeto ou aprimorar a qualidade, o qual examinará as sugestões autorizando-as ou não.
- 15.15.** Fornecer equipamentos, materiais, mão de obra e demais elementos necessários e suficientes para a completa execução do objeto contratado, em conformidade com o cronograma físico financeiro ou o valor mensal previsto, em todas as suas fases pelo preço constante de sua proposta, obedecendo a todas as especificações constantes nos elementos técnicos descritos, bem como às normas técnicas vigentes, se constatada a insuficiência de elementos necessários a execução do objeto a CONTRATADA fica sujeita a aplicação de sanções e penalidades prevista no edital. Na constatação de qualquer lapso ou insuficiência de detalhes, estes não servirão de pretexto para que a CONTRATADA se desobrigue da responsabilidade pela completa e perfeita execução do objeto contratado pelo preço proposto.
- 15.16.** Responsabilizar-se pelos materiais, equipamentos, ferramentas, veículos e outros elementos a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização no local da execução do objeto, bem como a contratação, às suas expensas, da mão de obra necessária à execução do objeto.
- 15.17.** Comprometer-se a fornecer e aplicar na execução do objeto, insumos, materiais, equipamentos, máquinas e veículos da melhor qualidade, de acordo com as

especificações, quantitativos e condições descritas no projeto, orçamento proposto, termo de referência, demais documentos técnicos, Caderno de Encargos da SMOP e no edital de licitação e seus anexos, os quais deverão ser aprovados pela Fiscalização da CONTRATANTE, antes da utilização dos mesmos, sob pena dos serviços não serem aceitos.

- 15.18.** Responsabilizar-se integralmente por seus empregados na execução do objeto contratado, dentro dos ditames legalmente vigentes.
- 15.19.** Cumprir ao longo de toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme previsto no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.20.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e fiscais, inclusive o pagamento, na época devida, de eventuais tributos incidentes sobre o presente instrumento.
- 15.21.** Assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciárias, bem como às que dizem respeito às normas de segurança do trabalho, em relação a seus funcionários e terceiros por si contratados, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto contratado, nos termos do art. 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.22.** Cumprir todas as exigências das Leis e Normas atinentes a Segurança, Higiene e Medicina de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de sinalização e proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem nos serviços, bem como identificá-los adequadamente.
- 15.23.** Zelar pela guarda e preservação do bem, mantendo durante toda a execução do objeto as condições para garantir a mais adequada preservação pelas instalações e segurança.
- 15.24.** Responsabilizar-se por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos que venha dar causa, não sendo a CONTRATANTE responsabilizada por qualquer acidente de trabalho dos empregados da CONTRATADA, ou ainda, por danos à terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da CONTRATADA.
- 15.25.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato. O acompanhamento pelo contratante não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.
- 15.26.** Responsabilizar-se por quaisquer quebras, avarias, furtos e danos causados pelo uso de material inadequado ou pela prestação do serviço, devendo ser realizado o ressarcimento total pelo prejuízo causado, inclusive perante a terceiros.

- 15.27.** Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no exercício de suas atividades, venha direta ou indiretamente, provocar ou causar, por si ou por seus empregados ao CONTRATANTE ou a terceiros.
- 15.28.** Resguardar a CONTRATANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes da execução do Contrato.
- 15.29.** Analisar e endossar os dados, diretrizes e exequibilidade do referido objeto, apontando com antecedência os pontos que eventualmente possa discordar, responsabilizando-se, consequentemente, por seus resultados para todos os efeitos futuros.
- 15.30.** Atestar previamente que conhece o local e as condições para a execução do objeto.
- 15.31.** Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com a CONTRATANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos profissionais que respondem pela Secretaria Municipal de Obras Públicas -SMOP.
- 15.32.** Obedecer às instruções da Fiscalização quanto ao atendimento de medidas a serem tomadas de forma que o impacto da execução do objeto sobre o meio ambiente seja o mínimo possível, em atendimento as legislações vigentes.
- 15.33.** Submeter os serviços concluídos à Fiscalização da CONTRATANTE, que, concederá sua aprovação ou solicitará as correções necessárias. Devendo as correções solicitadas pela Fiscalização, serem realizadas sem quaisquer custos adicionais.
- 15.34.** Apresentar, após o término do objeto, o local limpo, sem qualquer espécie de entulho, devendo os custos inerentes a este serviço, estarem previstos e já inclusos nos preços propostos.
- 15.35.** Responsabilizar-se pela entrega de todas as documentações solicitadas referente ao faturamento mensal. Havendo necessidade de troca ou complementação de documentação, o trâmite do processo ficará suspenso até a CONTRATADA efetuar as devidas substituições e complementações, como condição para prosseguimento do devido pagamento. A suspensão do trâmite no processo, neste caso, suspende a contagem do prazo previsto no § Único do art. 137 do Decreto Municipal nº 700/2023.
- 15.36.** Apresentar à Gestão do contrato, quando da emissão da Ordem de Serviço, as Certidões Negativas de Débitos junto ao INSS e ao FGTS dentro de seus prazos de validade.
- 15.37.** Cumprir perfeita e integralmente as obrigações do edital, sujeitando-se, em caso de inadimplemento, às multas estabelecidas neste instrumento e às demais sanções previstas no Decreto Municipal n.º 700/2023 e na Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 15.38.** Respeitar as normas relativas aos serviços descritos no art. 45 da Lei 14.133/2021.
- 15.39.** Observar os princípios da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas e de desempenho, previsto no Inciso I do art. 47 da Lei 14.133/21.

- 15.40.** Cumprir ao longo de toda a execução do contrato, reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme disposto no art. 116 da Lei 14.133/21.
- 15.41.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.
- 15.42.** Garantir à CONTRATANTE, de acordo com os Incisos I e II do art. 30 do Decreto Municipal nº 700/2023, quando for o caso:
- 15.42.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 15.42.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE.
- 15.42.3.** Fornecer planilha de composição de custos a qualquer momento durante a vigência do contrato e, caso não atendida a solicitação a CONTRATADA ficará passível de sanção, conforme disposto no Ofício nº 9 - FT-ACF-SMF - Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento.

16. DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

- 16.1.** Para execução do objeto contratado, a CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE os veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, pessoal e todos os materiais e insumos necessários à execução do objeto, de acordo com as especificações, quantitativos e condições descritas no projeto, orçamento proposto, termo de referência e demais documentos técnicos.
- 16.2.** As marcas, modelos e outras características dos veículos, equipamentos e ferramentas propostos para a realização do objeto ficam a critério da proponente, desde que atendam a produtividade necessária a execução do objeto, obedecendo a referência da composição dos custos ou as referências repassadas pela fiscalização.
- 16.3.** Os veículos automotores, equipamentos e ferramentas a serem apresentados pela CONTRATADA para a realização do objeto deverão ser adequados e estarem em perfeitas condições de uso e disponíveis imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.
- 16.4.** Antes do início do objeto, a CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato, cópia dos documentos e da apólice do seguro total dos veículos utilizados na execução

do objeto contratado. Para os veículos e equipamentos a serem utilizados no cumprimento do objeto contratado a CONTRATADA deverá obter a aprovação do(s) fiscal(is) do contrato da qualidade desses, mediante a apresentação da nota fiscal dos equipamentos e/ou apresentação dos equipamentos para vistoria na Sede do Departamento competente da SMOP.

- 16.5.** Os veículos/equipamentos devem trazer, além das placas regulamentares, as informações necessárias à vistoria das condições de contratação.
- 16.6.** Não será permitida a exploração de publicidade nos veículos, máquinas e equipamentos ou nos uniformes dos funcionários envolvidos na execução do objeto. Somente deverão constar dizeres ou símbolos autorizados pelo CONTRATANTE.
- 16.7.** A CONTRATADA, nos casos em que o equipamento apresentar defeito ou provocar acidente, se obriga a consertá-lo no próprio local, quando possível, ou então substituí-lo em tempo razoável para que não haja prejuízo a execução do objeto, sob pena de aplicação de penalidades previstas no Decreto Municipal nº 700/2023.
- 16.8.** Todos os veículos, máquinas e equipamentos utilizados na execução do objeto deverão respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras e emissão de poluentes e atender as exigências ambientais.
- 16.9.** Os veículos, máquinas e equipamentos parados em via pública por ocasião da execução do objeto deverão ser sinalizados, obedecendo a legislação específica vigente de trânsito. Se necessário, em virtude das normas de trânsito, deverá a CONTRATADA obter autorização junto aos Órgãos responsáveis.
- 16.10.** A CONTRATADA deverá obedecer às exigências do Código Nacional de Trânsito, em relação ao transporte de pessoas, máquinas, equipamentos, materiais e resíduos.
- 16.11.** É expressamente vedado à CONTRATADA o transporte de trabalhadores em carrocerias de caminhões, dentro do canteiro de obras ou fora dele e que não atenda às Normas de Segurança do Trabalho e de Trânsito. O transporte coletivo de trabalhadores em veículos automotores deve obedecer às normas de segurança instituídas pelo Código Nacional de Trânsito, bem como às definidas pela Norma Regulamentadora nº 18, do Ministério do Trabalho, de forma que venha a ser elidida a responsabilidade solidária do CONTRATANTE.
- 16.12.** O CONTRATANTE poderá requerer a substituição de qualquer veículo que não esteja em perfeitas condições de uso ou que julgar impróprio para a execução do objeto e para o transporte dos trabalhadores.
- 16.13.** A CONTRATADA obriga-se a prover de sinalização os locais onde serão realizados o objeto contratado, colocando a partir do dia em que estes forem iniciados, placas, cordas, fitas de sinalização para isolamento da área, cones e cavaletes, bem como placas indicativas dos serviços padrão Prefeitura Municipal de Curitiba, sem ônus algum para o CONTRATANTE.

- 16.14.** A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de execução do objeto, principalmente nos de trabalho em áreas e vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

17. DO PESSOAL

- 17.1.** Compete à CONTRATADA a admissão de mão de obra descritas nas composições de custo dos serviços, no Termo de Referência, correndo por sua conta também os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo pelos danos causados por seus empregados, auxiliares e prepostos ao patrimônio público ou a outrem.
- 17.2.** Os funcionários da CONTRATADA deverão possuir capacidade física e qualificação adequada para executar com técnica e perfeição o objeto do contrato.
- 17.3.** A CONTRATADA deverá estar ciente que as pessoas que venham a executar o objeto contratado, deverão possuir vínculo empregatício exclusivamente com a CONTRATADA, sendo esta titular responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamentos dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas, quando em serviço, na forma expressa e considerada nos arts. 19 a 21 da Lei Federal nº 8.213/1991, conforme disposto no art. 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 17.4.** A CONTRATADA deverá manter Profissionais com Responsabilidade Técnica pertinente ao objeto contratado, para atuarem como Responsáveis Técnicos da execução do objeto, cujos nomes virão a constar da Anotação de Responsabilidade Técnica ART ou Registro Responsabilidade Técnica – RRT, pertinentes ao objeto.
- 17.4.1.** O Profissional indicado como Preposto deverá permanecer no local de execução do objeto na medida do equacionado em planilha orçamentária.
- 17.4.2.** Será permitida a indicação do Responsável Técnico para atuar como Preposto, além disso, será exigida a sua permanência no local de execução do objeto.
- 17.5.** Para a comprovação do vínculo profissional dos profissionais declarados na proposta, admitir-se-á apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), contrato de prestação de serviço devidamente registrados em cartório, ou da apresentação do contrato social do licitante.
- 17.6.** No decorrer da execução do objeto, a eventual substituição do Responsável Técnico indicado, deverá ser previamente autorizada pela Fiscalização da CONTRATANTE, que observará o disposto no §6 do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021. Deverá ser apresentada baixa da ART em nome do substituído e o novo registro de ART do substituto.

- 17.7.** A CONTRATADA deverá apresentar, quando da data de emissão da Ordem de Serviço, as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, com comprovante de pagamento, sob pena de aplicação das sanções prevista no contrato.
- 17.8.** A CONTRATADA deverá apresentar à Gestão do Contrato, antes do início da execução do objeto, a relação de todos os profissionais, a indicação de cargo e função, dos funcionários necessários a execução do objeto.
- 17.9.** A CONTRATADA deverá responder pela violação, por si, seus empregados ou prepostos, das leis, regulamentos ou posturas aplicáveis a execução do objeto.

18. DA PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO

- 18.1.** A CONTRATADA deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica.
- 18.2.** A CONTRATADA deverá cumprir as normas que regulam a segurança e medicina do trabalho e, em caso do não cumprimento das exigências legais, a CONTRATANTE poderá interditar imediatamente, por medida de cautela, obras ou serviços ou parte destes. Essas paralisações, caso ocorram não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução de obras ou serviços.
- 18.3.** A CONTRATADA deverá atender ao regramento disposto junto a NR-7 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme discorre na Portaria MTb nº 3.214, de 08 de junho de 1978.
- 18.4.** A CONTRATADA deverá elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e PGR observando-se as Normas Regulamentadoras e Portaria n.º 08, de 08 de maio de 1996, e Portaria n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, do Ministério do Trabalho e suas alterações caso necessário.
- 18.5.** A CONTRATADA deverá apresentar à Gestão do contrato todos os documentos exigidos pela Lei Federal n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977, Portaria n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, NRs 01 a 28 e em especial as NRs de n.º 04, 05, 06, 10 e 18 e demais legislações trabalhistas pertinentes.
- 18.6.** A CONTRATADA deverá entregar ao Gestor do contrato documento comprovando que todos os funcionários da CONTRATADA em atividade na execução do objeto contratado, receberam os EPI's necessários para a execução dos serviços.
- 18.7.** A CONTRATADA deverá colocar à disposição do objeto a ser executado, profissionais inerentes as funções exigidas à atividade, sempre que necessário e solicitado pelo Fiscal do Contrato.
- 18.8.** A CONTRATADA deverá, ainda, atender as seguintes disposições:

- 18.9.** Fornece uniformes, Equipamentos de Proteção Individual - EPI's (com certificação), Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC's e demais materiais adequados a execução do objeto, com qualidade para garantir a segurança e bem-estar do empregado.
- 18.9.1.** Orientar e supervisionar seus empregados sobre o uso obrigatório e correto dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e os de Proteção Coletiva – EPC's.
- 18.9.1.1.** Os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, fornecidos aos empregados, deverão obrigatoriamente conter a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho (CA) e a identificação da CONTRATADA.
- 18.9.1.2.** A CONTRATADA não poderá iniciar a execução dos trabalhos sem que sejam revisados os sistemas de proteção individual e coletivo bem como analisados os riscos e o estado geral das ferramentas e equipamentos a serem utilizados.
- 18.9.2.** Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.
- 18.9.3.** Instruir os seus empregados, através de ordens de serviço escritas e com a ciência do trabalhador, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar Acidentes de Trabalho ou Doenças Ocupacionais.
- 18.9.4.** Zelar pela segurança individual e coletiva de seus trabalhadores e não se eximir de qualquer responsabilidade a respeito.
- 18.9.5.** Observar todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do Município de Curitiba e de outrem, e aos materiais envolvidos nos serviços, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e conforme normas específicas contidas no Caderno de Encargos da SMOP e no Manual de EPI, que se encontra a disposição dos interessados no endereço eletrônico: <https://portal-rh.curitiba.pr.gov.br/manualepi>.
- 18.9.6.** Solicitar à CONTRATANTE, a presença imediata do responsável pela Fiscalização em caso de acidente em serviço e/ou bens de terceiro, para que seja providenciada a perícia necessária.
- 18.9.7.** Revisar os sistemas de proteção individual e coletivo, analisar os riscos e o estado geral das ferramentas e equipamentos a serem utilizados.
- 18.9.8.** Manter, em todos os locais dos serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, de acordo com as normas de Segurança de Trabalho e especificações do Caderno de Encargos da SMOP. No caso do serviço ser executado em via pública, além das regras de segurança de trabalho deverão ser observadas às regras de trânsito.
- 18.9.9.** Elaborar e cumprir o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais

contemplando os aspectos da NR nº 18 e outros dispositivos complementares de segurança, elaborado e executado por profissional legalmente habilitado na área de Segurança do Trabalho.

- 18.9.10.** A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei nº 6.514/1977, Portaria nº 3.214/1978, Normas Regulamentadoras (NRs) nº 01 a 37 e em especial as NRs de n.º 04, 05, 06, 07, 09, 12, 18, 20, 21 e 24.
- 18.9.11.** A CONTRATADA, não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.
- 18.9.12.** A CONTRATADA deverá possuir profissionais qualificados e instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho. Eles devem apresentar estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas. Os trabalhos não deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos, previstos os sistemas de proteção individual e coletiva e estado geral das ferramentas, equipamentos e máquinas utilizados.
- 18.9.13.** O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NRs) aprovadas pela Portaria nº 3.214/1978 e Lei nº 6.514/1977.
- 18.9.14.** A CONTRATADA deverá tomar providências em tempo razoável ao cumprimento das exigências do CONTRATANTE, para que não haja prejuízo a execução do objeto, sob pena de aplicação de penalidades previstas no Decreto Municipal nº 700/2023. Para casos específicos, em que a Fiscalização conceder prazos de 48 (quarenta e oito) horas para deferimento das exigências, as prorrogações dos referidos prazos não poderão ultrapassar a 15 (quinze) dias corridos para atendimento completo.
- 18.9.15.** Esgotado o prazo descrito no item anterior, o CONTRATANTE poderá promover as medidas que foram necessárias, cobrando da CONTRATADA, as despesas daí decorrentes, sem prejuízo de outras penalidades previstas no edital, inclusive sua rescisão.
- 18.9.16.** Caberá à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização, em casos de acidentes em serviços e ou bens de terceiros, para que seja providenciada a perícia necessária.
- 18.9.17.** A CONTRATADA deve apresentar ao Gestor do Contrato no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de assinatura do Contrato, via SUP - Sistema Único de Protocolo à Gerência de Segurança do Trabalho - APSO-5G, fotocópia dos documentos abaixo relacionados, quando for o caso:
- a)** Fornecer por escrito, em papel timbrado da empresa, os procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal.

- b)** Apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR - (NR nº 1) ou PCMAT - NR nº 18 (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), esclarecendo que as orientações e correções apontadas devem ser de conhecimento dos funcionários.
- c)** Cópia da Ata da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - na qual se discutiu o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
- d)** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO - (NR nº 7);
- e)** ASO - Atestado de Saúde Ocupacional e Mapas de Risco, contendo os exames clínicos complementares dos empregados que forem executar os serviços de trabalho em Altura NR-35, trabalho em Espaços Confinados NR-33, instalações e Serviços em Eletricidade NR-10, e outros trabalhos de risco, quando for o caso, sempre atendendo as NRs vigentes.
- f)** Ordens de Serviço sobre Segurança e Saúde no trabalho contendo os riscos profissionais que possam ocorrer nos locais de trabalho, os meios para prevenir e limitar tais riscos e os procedimentos a serem adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho com a ciência dos empregados envolvidos na execução dos serviços, conforme item 1.7 da NR nº 1.
- g)** Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional, com carga horária mínima de 06 (seis) horas, conforme previsto no item 18.28 da NR nº 18.
- h)** Ficha de controle de recebimento de EPI's e termo de responsabilidade assinado pelo trabalhador.
- i)** Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros, onde couber, (conforme *Portaria nº 3.214/1978* do Ministério do Trabalho– NR nº4 e NR nº5), com telefone, endereço, etc.
- j)** Registro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT da empresa CONTRATADA na Delegacia Regional do Trabalho - DRT, conforme NR nº 4;
- k)** Registro profissional dos integrantes do SESMT da empresa nos respectivos órgãos de classe: Médico do Trabalho - CRM, Engenheiro de Segurança do Trabalho - CREA, Técnico de Segurança do Trabalho - TEM. O dimensionamento destes profissionais dar-se-á através do Anexo II da NR-04;
- l)** Registro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA na Delegacia Regional do Trabalho - DRT;

- m)** Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.

18.9.18. Durante a execução do objeto, a CONTRATADA deverá, quando for o caso, apresentar ao Gestor do Contrato, fotocópia dos seguintes documentos:

- a)** Em caso de acidente de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT, providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA.
- b)** No caso de acidente grave ou fatal, a CONTRATADA deverá informar imediatamente a ocorrência à fiscalização do órgão municipal (Gerência de Segurança do Trabalho) e solicitar a perícia no local, conforme legislações indicadas no item acima
- c)** Comprovar a realização dos exames médicos admissionais, demissionais e periódicos através da cópia do ASO do funcionário.

18.9.19. Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor do Contrato, até o segundo dia útil o Relatório de Segurança e Medicina do Trabalho do mês anterior, no mínimo com as seguintes informações:

- a)** Número de empregados na execução do objeto contratado.
- b)** Número de acidentes pessoais e materiais.
- c)** Número de homens/horas trabalhadas.
- d)** Números de dias perdidos e dias debitados referentes aos acidentes.
- e)** Número de inspeções de segurança realizadas.
- f)** Número de cursos/treinamentos realizados.
- g)** Composição do SESMT e da CIPA.

18.9.20. Cabe ao CONTRATANTE exigir da CONTRATADA o total cumprimento das normas que regulam a segurança e medicina do trabalho, e em caso do não cumprimento das exigências legais poderá interditar imediatamente por medida de cautela os serviços ou parte destas. Essas paralisações se houverem, não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução do objeto contratado.

18.9.21. A CONTRATADA deverá apresentar todos os documentos elencados acima ao Gestor do Contrato, com a finalidade de obter autorização prévia do CONTRATANTE. Caso contrário, a CONTRATADA não poderá iniciar a execução do objeto contratado nas dependências dos próprios municipais, ficando sujeita às penalidades previstas no item " DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS " deste Termo de Referência.

18.9.22. Quando for o caso, a depender do objeto contratado e do serviço a ser executado, a Fiscalização avaliará os seguintes itens, dentre outros que considerar importantes:

- a) Equipamentos e máquinas devidamente aterrados;
- b) Proteção correta das partes energizadas;
- c) Dispositivos de desligamento e manobras sinalizados;
- d) Cabeamento elétrico condicionado a eletrodutos e leitos;
- e) EPC's e EPI's compatíveis com o trabalho executado;
- f) Curso de primeiros socorros para eletricitas – comprovante;
- g) Programa de manutenção periódica para automotivos – comprovação de implantação de programa de máquinas e equipamentos terceirizados;
- h) Sinalização de carga máxima em equipamentos de movimentação de cargas;
- i) NR-12 - espaços mínimos de movimentação de materiais e de partes móveis de máquinas e equipamentos;
- j) Corredores de circulação no mínimo com 1,20 metros;
- k) Máquinas e equipamentos com dispositivos de parada rápida;
- l) Máquinas e equipamentos com chave geral e ao alcance do operador;
- m) NR -15 - Levantamento ambiental em higiene ocupacional;
- n) Laudos de avaliação – Ruído, calor;
- o) NR-17 - Existência de laudo ergonômico para os postos de trabalho atualizado e arquivado;
- p) Transporte e movimentação de peças e materiais são realizados sem comprometer a saúde dos trabalhadores;
- q) Proteção contra intempéries nos trabalhos a céu aberto;
- r) Formação de brigadistas/socorristas;
- s) Equipamento anti-incêndio;
- t) NR-24 - Limpeza e conservação dos vestiários e sanitários;
- u) Sinalização e informações conforme NR-26.

18.9.23. De acordo com as características dos serviços que serão prestados pela empresa CONTRATADA, os gestores de contrato devem exigir que a mesma apresente os certificados das capacitações realizadas pelos seus funcionários, conforme relação abaixo. Esta solicitação de apresentação de certificados deve ser parte integrante do edital de licitação.

- a) Trabalho em Altura - NR-35 - item 35.4.2.1 - carga horária mínima de 08 (oito) horas.

- b)** Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade - NR-10 - Anexo III - carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.
- c)** Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção - NR 18 - Anexo I, Quadro 1 - carga horária mínima de 04 (quatro) horas, tendo periodicidade de 02 (dois) anos. Participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional.
- d)** Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados - NR-33 - conforme item 33.6 e Anexo III.
- e)** Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos - NR-12 - conforme item 12.16 e Anexo III - Meios de acesso a máquinas e equipamentos, Anexo V - Motosserras, Anexo XII - Equipamentos de guindar para elevação de pessoas e realização de trabalho em altura.
- f)** Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais - NR 11 - Anexo I - carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas, tendo periodicidade de 03 (três) anos.

18.9.24. A CONTRATADA só estará autorizada a executar os serviços para o Município de Curitiba com profissionais qualificados e instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho, e que apresentem estado de saúde compatível com as atividades a serem desenvolvidas.

18.9.25. Cabe ao CONTRATANTE exigir da CONTRATADA o total cumprimento das normas que regulam a segurança e medicina do trabalho, e em caso do não cumprimento das exigências legais poderá interditar imediatamente por medida de cautelar obras ou serviços ou parte destas. Essas paralisações se houverem, não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução de obras ou serviços.

18.9.26. O CONTRATANTE poderá paralisar a execução do objeto contratado quando detectar que a empresa CONTRATADA não está cumprindo as exigências legais quanto ao uso correto dos EPI's; quanto à comprovação de regularidade funcional do empregado; e descumprimento de Normas de Segurança NRs da Portaria nº 3.214/1978.

19. FORMA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento das despesas contratuais é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, e pelo Capítulo X, Título IV do Decreto Municipal nº 700/2023, sem prejuízo das disposições constantes das normas gerais de finanças públicas e normativas expedidas pela SMF, no que couber.

19.1.1. O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos contados a partir do atesto da execução do objeto, após comprovado o adimplemento da CONTRATADA de todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas.

19.2. Mensalmente, a solicitação de pagamento deverá ser protocolada eletronicamente através do "link" <https://procecpagamentos.curitiba.pr.gov.br>, devendo estar o "Processo Eletrônico de Pagamento" composto pela documentação listada no "checklist" para o Processo de Pagamento. Em atendimento ao art.138 do Decreto Municipal nº 700/2023.

Para a realização do pagamento deverão ser apresentados os seguintes documentos junto a respectiva fatura:

- 19.2.1.** Certidão negativa de débitos previdenciários e de terceiros referente ao mês imediatamente anterior;
- 19.2.2.** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária, devidamente quitadas;
- 19.2.3.** Guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS devidamente quitadas e Relação de Empregados - RE envolvidos na execução do objeto contratado, acompanhadas do respectivo protocolo oficial de envio;
- 19.2.4.** Folhas de salário dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, com discriminação das verbas pagas;
- 19.2.5.** Declaração do responsável legal pela empresa dando conta da regular quitação de todos os direitos sociais trabalhistas de seus empregados;
- 19.2.6.** Termos de rescisão contratual firmados no período e correspondente termo de quitação das verbas rescisórias e recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, acompanhados do relatório e Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS - GRRF ou outra que vier a substituí-lo;
- 19.2.7.** Declaração do responsável legal da empresa, contendo indicação dos empregados que desenvolveram as atividades previstas no objeto do contrato por posto de trabalho e período, integral ou parcial, de atuação no mês de apuração, com indicativo expresso da jornada cumprida em cada posto de trabalho e horário de intervalo de cada empregado;
- 19.2.8.** Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT;
- 19.2.9.** Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 19.2.10.** Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 19.2.11.** A declaração mencionada no item 19.2.7 acima deverá trazer, ainda, a qualificação civil e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS de cada um dos empregados envolvidos, bem como o motivo de eventual afastamento durante o mês.
- 19.3.** O “Processo Eletrônico de Pagamento” deverá conter ainda os documentos digitais e na ordem constante do “*checklist*” para o Processo Eletrônico de Pagamento, conforme descrito abaixo:
 - 19.3.1.** Requerimento de Pagamento (1 via) – VIA ORIGINAL;
 - 19.3.2.** Nota Fiscal de Serviços (2 vias) – VIA ORIGINAL PARA NOTAS FISCAIS NÃO ELETRÔNICAS;

- 19.3.3.** Fatura Discriminativa (2 vias) – VIA ORIGINAL;
- 19.3.4.** Guia de Recolhimento da Previdência Privada – GPS (1 via);
- 19.3.5.** Comprovante de Pagamento da Guia de Recolhimento da Previdência Privada – GPS (1 via);
- 19.3.6.** Cópia da Carteira de Trabalho ou do registro do Funcionário na Empresa – para os casos em que o funcionário tenha sido contratado recentemente e ainda não constar na folha de pagamento e/ou na SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP (1 via);
- 19.3.7.** Declaração do responsável legal da empresa, contendo indicação dos empregados que desenvolveram as atividades previstas no objeto do contrato no mês de apuração, com indicativo expresso da jornada cumprida e horário de intervalo (Relação de Funcionários). A declaração deverá trazer, ainda, a qualificação civil e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS dos funcionários, bem como o motivo do afastamento durante o mês (1 via);
- 19.3.8.** Declaração de Responsabilidade Solidária (1 via) – VIA ORIGINAL;
- 19.3.9.** Cópia da Ordem de Serviço (1 via);
- 19.3.10.** Termo de Medição – devidamente assinado e carimbado (1 via) – VIA ORIGINAL.
- 19.4.** Quando for o caso, no mês em que ocorrer entrega de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal, sob pena de não serem medidos os serviços realizados no período e sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, deverão ser anexados ao “Processo de Pagamento”:
- 19.4.1.** Original(is) ou cópia(s) autenticada(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) de aquisição dos referidos materiais;
- 19.4.2.** Declaração de emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal;
- 19.4.3.** Original da primeira via da ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- 19.4.4.** Comprovante do Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- 19.5.** O documento digitalizado anexado ao processo eletrônico de pagamento deverá ter qualidade suficiente para que todos os envolvidos no trâmite, consigam identificar com clareza as informações prestadas e, especialmente, à assinatura firmada pelo responsável

- 19.6.** O pagamento será efetuado após a medição ser comprovada pela Fiscalização, com prévia autorização da CONTRATANTE para emissão da nota Fiscal e mediante protocolo de solicitação de desembolso, que deverá conter os documentos hábeis de cobrança, nos termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 19.7.** Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação das faturas correspondentes às medições dos serviços efetivamente prestados, de acordo com o cronograma físico-financeiro ou o valor mensal previsto. Esses pagamentos estarão sujeitos à emissão de um certificado de verificação e aceitação dos serviços, emitido pela Fiscalização designada para esse fim. Os pagamentos serão efetuados exclusivamente à empresa CONTRATADA, independentemente de cessão de crédito a terceiros.
- 19.8.** Os pagamentos, serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de adimplemento dos serviços.
- 19.8.1.** Na eventualidade da ocorrência de atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente, com base em critérios, definições e índices dispostos na RESOLUÇÃO Nº 2 da SMF - Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba, de 10 de maio de 2024 ou a normativa interna que vier substituí-la.
- 19.8.2.** O prazo de pagamento será suspenso por qualquer fato imputável à CONTRATADA tais como ausência de documentação, documentação inadequada aos termos do Edital e a legislação em vigor.
- 19.9.** No corpo da Nota Fiscal (DUAS VIAS), ou em campo apropriado, deverá ser informado o número da nota de empenho correspondente.
- 19.10.** As Notas Fiscais (DUAS VIAS) e faturas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional.
- 19.11.** Não será efetuado qualquer pagamento para a empresa ou profissional penalizado sem que haja recolhido a multa que lhe tenha sido aplicada.
- 19.12.** Na Nota Fiscal (DUAS VIAS) deverão ser indicados o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente onde será creditado o valor.
- 19.13.** Depositado o valor correspondente ao pagamento do objeto, a CONTRATADA não poderá mais reclamar quaisquer diferenças, dando plena, geral e irrevogável quitação dos valores recebidos.

20. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E ACEITABILIDADE DE PREÇO

- 20.1.** O critério de julgamento das propostas é o de "**MENOR PREÇO**".
- 20.2.** Será considerada a proposta mais vantajosa aquela que apresentar o menor preço global para a execução completa do objeto.

20.3. A proponente melhor classificada, deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico e em arquivo digital, a planilha do orçamento base da licitação, com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, e ainda, as declarações previstas nos anexos deste Termo de Referência conforme enquadramento e descrito no item 21 abaixo.

20.4. O valor proposto não poderá ser superior ao valor total do orçamento base estimado da licitação.

21. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

21.1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

21.1.1. A documentação a ser exigida no certame licitatório, para a comprovação da Habilitação Jurídica da empresa proponente, nos termos da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 388/2023 e alterações, deverá ser a seguinte:

21.1.1.1. Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor da empresa, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores atuais.

21.1.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de composição da diretoria em exercício.

21.1.1.3. No caso de firma individual, apresentar Cédula de Identidade e Inscrição Comercial, com prova de Registro na Junta Comercial ou repartição correspondente.

21.1.1.4. No caso de Sociedade mercantil, apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no Órgão Competente.

21.1.1.5. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, se for o caso, subscrito por todos os consorciados, contendo, minimamente:

- i. indicação da empresa líder, que detenha a maior participação no consórcio, sendo a responsável principal perante o Município, e que deverá ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do procedimento licitatório e da execução contratual, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contrato e praticar todos os atos necessários à fiel e perfeita execução do objeto do contrato, até o término de sua vigência;
- ii. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- iii. compromisso expresso de reponsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados em consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao contrato, até o recebimento definitivo de seu objeto pelo Município;

- iv. compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma modificada, sem prévia anuência do Município, até o recebimento definitivo do objeto contratual;
- v. compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros;
- vi. compromissos, obrigações, e definição da participação individual de cada consorciado e seu percentual financeiro em relação ao objeto desta licitação e do contrato;
- vii. duração do consórcio, no mínimo, pelo prazo de vigência do contrato, se este vier a ser firmado;
- viii. declaração expressa dos consorciados de que providenciarão, até a assinatura do contrato, o arquivamento do instrumento de constituição do consórcio na respectiva Junta Comercial, devendo a certidão do arquivamento ser publicada;
- ix. declaração de que atenderão ao disposto no artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- x. O termo de Compromisso de Constituição do Consórcio deverá ser acompanhado do respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor de todas as empresas participantes, conforme citado acima.

21.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

21.2.1. A documentação a ser exigida no certame licitatório, para a comprovação da Habilitação Técnica da empresa proponente e de seu Responsável Técnico designado, nos termos do art. 67 da Lei 14.133/2021, deverá ser a seguinte:

21.2.1.1. Certificado de Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA. Caso a proponente seja sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no CREA de origem, deverá apresentar, se vencedora da licitação, visto junto ao CREA/PR, antes da homologação do certame;

21.2.1.2. Declaração da equipe técnica, conforme Modelo sugerido 03 do Anexo VII deste Termo de Referência, assinada pelo representante legal da empresa e os respectivos profissionais indicados, de nível superior, devidamente registrados no conselho profissional que possuam habilitação, para responder tecnicamente pelos serviços do objeto desta contratação.

21.2.1.3. Declaração formal, conforme Modelo sugerido 03 do Anexo VII deste Termo de Referência, assinada pelos profissionais indicados no subitem “21.2.1.2” supra, autorizando sua inclusão na equipe técnica dos serviços contratados;

21.2.1.4. Certificado de Registro dos profissionais indicados acima, junto ao conselho profissional competente (CREA ou CAU);

21.2.1.5. Comprovação da **Qualificação Técnico-operacional da Empresa**, mediante apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (CREA ou CAU), demonstrando que a empresa executou serviços com as especificações e quantidades mínimas descritas abaixo, realizados em uma ou mais obras ou serviços.

Item	Descrição do serviço	UD	Quantidade Orçamento	Quantidade exigida para qualificação (50%)
1	Muro de gabião, enchimento com pedra de mão tipo rachão, de gravidade, com gaiolas de comprimento igual a 2 metros, altura do muro de até 4 metros	M³	3414	1707
2	Proteção superficial de canal em gabião tipo colchão, altura de 23 centímetros, enchimento com pedra de mão tipo rachão	M²	1852	926

21.2.1.6. Comprovação da Qualificação Técnico-profissional, mediante apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (CREA), demonstrando que o profissional designado acima executou os serviços com as especificações descritas abaixo, realizados em uma ou mais obras ou serviços;

Especificação dos serviços
<p>Apresentação de profissional HABILITADO, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço que contenha:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Muro de gabião, enchimento com pedra de mão tipo rachão, de gravidade, com gaiolas de comprimento igual a 2 metros, altura do muro de até 4 metros; - Proteção superficial de canal em gabião tipo colchão, altura de 23 centímetros, enchimento com pedra de mão tipo rachão

21.2.1.7. As comprovações de aptidão da empresa e dos profissionais para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, apenas serão aceitas mediante a apresentação de experiência em execução de obra conforme definido neste Termo de Referência.

21.2.1.8. A Certidão de Acervo deve vir acompanhada do Atestado fornecido pela CONTRATANTE da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos, as atividades técnicas executadas e a empresa contratada, nos termos do § único do art. 58 e art. 59 da Resolução Confea nº 1.137/2023.

21.2.1.9. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do inciso VI do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante apresentação de Declaração de Visita Técnica, conforme Modelo sugerido 04 no Anexo VII deste Termo de Referência ou Declaração de Declínio de Visita Técnica, conforme Modelo sugerido 10 no Anexo VII deste Termo de Referência;

21.2.1.10. As demais Declarações, conforme modelos sugeridos nos Anexos V e VII deste Termo de Referência, assinadas pelo Representante Legal da empresa;

21.2.1.11. As proponentes que não apresentarem os documentos elencados acima ou apresentarem em desacordo com o solicitado, serão inabilitadas.

21.2.2. Para a comprovação da qualificação técnica/operacional da Empresa, será considerada a soma dos Atestados ou Certidões mesmo compreendidos em períodos simultâneos, realizados em obras ou serviços distintos. Isto é, poderá a empresa somar todos os atestados e certidões que possuir, respeitando o quantitativo mínimo indicado no Quadro acima. A comprovação da quantidade executada poderá ser apresentada em outra unidade de medida, desde que os atestados e certidões indiquem as dimensões necessárias a conversão e equivalência entre as unidades de medida.

21.2.3. Deverão ser apresentados somente o(s) Atestado(s) e/ou Certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido, com a indicação/destaque em marca texto dos itens que comprovarão as exigências.

21.2.4. Os Profissionais Responsáveis Técnicos não necessitam ser funcionários da empresa na data prevista para recebimento dos documentos da licitação. Porém, será condição prévia para a assinatura do contrato que o Profissional indicado seja sócio, que pertença ao quadro da empresa ou possua contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum. Esta comprovação se fará, se funcionário, mediante cópia da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa, referente a sua contratação. No caso de sócio, se fará através do Contrato Social ou Ata de Constituição da empresa proponente. O vínculo com o Profissional indicado poderá ser comprovado com a apresentação de contrato de prestação de serviços referente à obra/serviço de engenharia a ser contratado com a Administração Pública Municipal, o qual deverá estar vigente até o momento do recebimento definitivo da obra/serviço.

21.2.5. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, de acordo com o §10 do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

21.2.5.1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas.

21.2.5.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

21.2.5.3. Na hipótese do item 21.2.5 supra, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da

certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

21.2.6. Na documentação de que trata o profissional indicado no item 21.2.1.7 não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

21.2.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

21.2.8. Não serão aceitos atestados emitidos pelo mesmo grupo empresarial da licitante.

21.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

21.3.1. A documentação a ser exigida no certame licitatório, para a comprovação da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista da empresa proponente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 388/2023 e alterações, deverá ser as seguintes:

21.3.1.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

21.3.1.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

21.3.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante, dentro de seus prazos de validade, de acordo com o Inciso III do art. 69, III da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante apresentação de:

21.3.1.3.1. Certidão (Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa) Conjunta de Quitação de Tributos Federais, da Dívida Pública da União e Regularidade Social Previdenciária – INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

21.3.1.3.2. Certidão (Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa) de Tributos Estaduais emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda;

21.3.1.3.3. Certidão (Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa) de todos os Tributos Municipais, expedida pela respectiva Secretaria Municipal da Fazenda.

21.3.1.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro de seus prazos de validade.

21.3.1.5. Certidão (Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT, na forma da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

21.3.1.6. Declaração de cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e da Inexistência de Fato Impeditivo, conforme Modelo sugerido 01 no Anexo VII deste Termo de Referência.

21.3.1.6.1. Quando se tratar de consórcio, cada empresa dele integrante deve apresentar os documentos relacionados no item 21.3.1.3.6 supracitado.

21.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

21.4.1. A qualificação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos e demais comprovações pertinentes previstas neste Termo de Referência, devidamente justificados no processo licitatório, nos termos do Decreto Municipal nº 2051, de 2025, ficando restrita à apresentação da seguinte documentação:

21.4.1.1. Prova de Capital Social ou Patrimônio Líquido – a licitante deverá demonstrar possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, registrado até a data de apresentação da proposta, em conformidade com o art. 69, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

Orçamento base estimado	Capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo exigido (10% do orçamento base)
R\$ 5.506.202,77	R\$ 550.620,28

21.4.1.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

21.4.1.2.1. Os documentos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

21.4.1.2.2. Para o atendimento ao item 21.4.1.2 acima, o licitante deverá apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), conforme segue:

- a)** Quando se tratar de empresas S/A: deverão seguir as diretrizes previstas no art. 289 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Lei das Sociedades Anônimas e/ou por meio de ECD – Escrituração Contábil Digital
- b)** Quando se tratar de empresas de outra forma societária: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE acompanhados das cópias dos Termos de abertura e encerramento, extraídos do Livro Diário, § 2º do art. 5º do Decreto Lei Federal nº 486, de 3 de março de 1969, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e/ou em outro órgão equivalente
- c)** Quando se tratar de empresa sujeita à Escrituração Contábil Digital - ECD do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, apresentar o recibo de entrega do livro contábil

digital emitido pelo sítio do SPED da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, que comprove a sua autenticação, conforme legislação vigente

- d) Quando se tratar de ME-EPP-MEI optantes pelo Simples Nacional: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, identificação e assinaturas legíveis do proprietário e/ou responsável pela administração da empresa. Apresentar o Termo de Autenticação do Livro Diário expedido por Cartório de Títulos e Documentos, caso a empresa seja registrada nesse órgão.

21.4.1.2.3. Identificação e assinaturas legíveis do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade

21.4.1.2.4. O Microempreendedor Individual - MEI não tem a obrigatoriedade de produzir e apresentar os balanços patrimoniais.

21.4.1.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante

21.4.1.4. Apresentação da situação econômico-financeira dos exercícios sociais com a demonstração da memória de cálculo, assinada por representante legal da empresa e contador habilitado e que será aferida por contador da Administração.

21.4.1.5. Conforme Modelo sugerido 02 do Anexo VII, a comprovação da situação financeira será constatada mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela empresa interessada dos índices econômicos, de forma cumulativa, com aplicação das fórmulas específicas, conforme Decreto nº 2051/2025:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) $\geq 1,00$:
 $ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

Índice de Liquidez Geral (ILG) $\geq 1,00$:
 $ILG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$:
 $SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

Grau de Endividamento (GE) $\leq 0,35$:
 $GE = (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}) / \text{Ativo total}$

Capital Circulante Líquido (CCL) $\geq 16,66\%$ do valor anual estimado da contratação:
 $CCL = (\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}) / \text{Valor anual máximo para contratação} \times 100$

Relação de Compromissos Assumidos (RCA): Patrimônio Líquido $\geq 1/12$ do valor total dos contratos firmados:
 $RCA = PL \geq \text{Total dos contratos firmados} / 12$.

Patrimônio Líquido (PL) $\geq 10\%$ do valor anual estimado da contratação.
 $PL = \text{Patrimônio Líquido} / \text{Valor anual estimado da contratação} \times 100$

- 21.4.1.5.1.** A comprovação referente aos índices acima, é exigida para os 2 (dois) últimos exercícios sociais, devendo ser demonstrada com memória de cálculo assinada por representante legal da empresa e contador habilitado e será aferida por contador da Administração.
- 21.4.1.5.2.** Havendo divergência entre a informação apresentada pela empresa e a aferição realizada pela Administração, prevalecerá o cálculo realizado pela Administração.
- 21.4.1.5.3.** O licitante deverá apresentar relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.
- 21.4.1.5.4.** A verificação de índices não se aplica para microempreendedor individual – MEI.
- 21.4.1.6.** As empresas na condição de Microempreendedor individual - MEI, de Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, de forma complementar, deverão apresentar as seguintes comprovações:
- a)** As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, deverão apresentar Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede da empresa interessada ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte;
 - b)** Microempreendedor individual - MEI, deverá ser apresentado o recibo de entrega da declaração original - Declaração Anual do SIMEI - sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de Microempreendedor individual - MEI. Estando desobrigado da apresentação dos balanços patrimoniais;
- 21.4.1.7.** No caso de licitante que participe na forma de consórcio, o Capital Social Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo exigido será comprovado mediante a soma dos valores apresentados por cada empresa consorciada, observado o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido do licitante individual, nos termos do art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e cláusula 21.4.1.5 deste Termo de Referência (que determina o valor exigido para Licitante individual).
- 21.4.1.8.** O acréscimo previsto no item 21.4.1.7., não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
- 21.4.1.9.** A comprovação dar-se-á mediante apresentação das demonstrações contábeis individualizadas de cada consorciada, que deverão estar em plena consonância com as exigências do presente edital e do Termo de Referência.
- 21.4.1.10.** Em caso de substituição de alguma empresa consorciada após a habilitação, a entrada da nova empresa deverá ser previamente autorizada pela administração e condicionada à apresentação dos mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica

e dos mesmos valores para qualificação econômico-financeira originalmente exigidos da empresa substituída, conforme determina o art. 15, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

21.4.1.11. O descumprimento dos percentuais mínimos e das condições estabelecidas neste item acarretará a inabilitação do consórcio quanto à qualificação econômico-financeira.

21.4.1.12. Declaração formal assinada pelo representante legal da empresa, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Modelo sugerido 07 do Anexo VII deste Termo de Referência.

21.4.1.13. Caso a empresa melhor classificada, não apresente os documentos de habilitação exigidos ou apresentem em desconformidade com as orientações do Edital de licitação, sujeita a Declarante às penalidades legais, dentre elas a desclassificação do certame licitatório.

22. DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

22.1. Após a fase de lances, deverá ser apresentada, sob pena de inabilitação, pela empresa licitante melhor colocada, a documentação referente à Habilitação e os documentos componentes da Proposta reelaborada, nos termos definidos neste Termo de Referência e no Edital.

22.2. Os documentos componentes da Proposta referem-se aos elencados abaixo, bem como os respectivos requisitos mínimos de apresentação destes:

22.3. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

22.3.1. O Cronograma físico-financeiro, Anexo VIII deste Termo de Referência, serve como orientação para o planejamento dos serviços e composição do valor global das parcelas a serem recebidas pela CONTRATADA.

22.3.2. O documento supracitado deverá ser apresentado pela licitante, nos termos do Anexo VIII, com os percentuais adequados ao valor global de sua proposta, o qual será parte integrante da proposta.

22.3.3. Na apresentação do Cronograma físico-financeiro, pela CONTRATADA, poderá ser apresentado prazo de execução menor do previsto pela Administração, desde que a CONTRATADA siga todos os critérios determinados pelos documentos técnicos do certame, bem como promova execução do objeto conforme o que rege às normativas vigentes e atenda ao padrão de qualidade exigido pela CONTRATANTE.

22.3.4. O Cronograma apresentado na fase de habilitação não servirá necessariamente de referência para a execução das metas de desempenho, vide as diretrizes estabelecidas no item 12 deste Termo de Referência.

22.3.5. A elaboração do cronograma deverá atender ao disposto no item 12 deste Termo de Referência.

22.4. PLANILHA DE PREÇOS

22.4.1. A Planilha deve ser apresentada contendo os valores dos preços de todos os itens do orçamento base, compatíveis com os valores apresentados no Cronograma físico-financeiro, nos termos do Anexo VIII deste Termo de Referência.

22.4.2. A elaboração da Planilha Proposta corresponde em reelaborar e apresentar a Administração o orçamento base da licitação, de acordo com o valor proposto pela licitante e deverá conter os valores dos preços unitários e as quantidades de todos os itens do orçamento base, devidamente assinado, pelo Responsável Legal e pelo Responsável Técnico indicado da empresa, nas seguintes condições:

22.4.2.1. Todos os valores dos preços da planilha proposta deverão ter somente duas casas decimais (duas casas após a vírgula), eliminando as demais por meio da função TRUNCAR.

22.4.2.2. O valor total da Planilha Proposta não poderá ser superior ao valor proposto.

22.4.2.3. Caso o valor total da Planilha Proposta seja inferior ao valor da proposta, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação adotará o menor valor para a contratação do objeto.

22.4.2.4. Os preços unitários da Planilha Proposta não poderão ser superiores aos preços unitários do orçamento base estimado da licitação.

22.4.2.5. Ao preencher a proposta a empresa o faz tendo em vista melhor informar à Administração quais são seus preços, assumindo desta forma total responsabilidade pelo ali contido, inclusive no tocante às falhas que porventura esta venha a apresentar.

22.4.2.6. Deverá haver compatibilização dos cálculos entre os valores da Tabela, que deverão ser apresentados com somente duas casas decimais para todos os preços da planilha. Havendo erros aritméticos no cálculo da planilha a proponente poderá corrigir os valores da Tabela, no entanto, o valor apresentado não poderá ser superior ao valor proposto.

22.4.2.7. Fica expressamente estabelecido que o valor proposto pela vencedora inclui todos os custos diretos e indiretos para a execução do objeto, na data de apresentação da proposta, de acordo com as especificações, quantitativos e condições descritas no projeto, orçamento proposto, termo de referência, demais documentos técnicos, caderno de encargos da SMOP e no edital de licitação e seus anexos, constituindo-se assim a sua única remuneração pelo trabalho contratado.

22.4.2.8. O valor total do contrato apenas poderá ser alterado mediante modificações significativas das condições pré-estabelecidas para elaboração dos projetos e execução

da obra. É de responsabilidade da CONTRATA ofertar proposta que contemple todos os custos para execução integral do objeto em referência.

22.4.2.8.1. Os preços ofertados na proposta deverão incluir todos os valores necessários a execução completa do objeto, tais como: mão-de-obra, veículos, equipamentos, ferramentas, materiais, insumos, EPI's e EPC's, placas, cones, sinalizações, mobilização, desmobilização, transporte, fretes e todos os demais itens necessários à realização do objeto, conforme modelo de composição de preços sugerido no Modelo sugerido 03 do Anexo V deste Termo de Referência.

22.4.2.8.2. A mão de obra, veículos, máquinas, equipamentos, materiais, insumos e todos os itens necessários à execução do objeto serão fornecidos pela CONTRATADA e os custos de aquisição, transporte, armazenamento e utilização deverão estar inclusos nos preços propostos para os diferentes serviços necessários a execução completa do objeto. Os mesmos deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações e as normas e especificações existentes e devem ser aprovadas pela fiscalização do Departamento competente da SMOP.

22.4.2.9. Durante a vigência do contrato, se for solicitado, a empresa deverá apresentar a(s) "PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS". O prazo para apresentação das planilhas poderá ser prorrogado a critério do Gestor do Contrato.

22.4.2.10. A composição de Preços Unitários deverá destacar os custos dos veículos e equipamentos, categorias profissionais envolvidas, e respectivos salários base respeitando os Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho vigentes à época da proposta, o percentual de encargos sociais aplicados aos salários e materiais, devendo apropriar os custos e distâncias reais de transporte independente daquelas indicadas na execução dos serviços e deverá ser apresentada, conforme Modelo sugerido 03 do Anexo V deste Termo Referência.

22.4.2.11. Apresentadas as Composições de Preços Unitários, estas serão objeto de análise pelo Setor técnico da SMOP, a qual poderá se for o caso, sugerir adequações das mesmas desde que não altere o valor global da proposta de preços da licitante. Somente será aceita alteração se o novo valor for inferior ao da proposta original, observado o princípio da economicidade.

22.4.2.12. Serão conferidas a Planilha Proposta, as Composições de BDI, as Composições de Encargos Sociais e as Composições de Preços Unitários, apresentadas pela empresa vencedora.

22.4.2.13. Como condição para homologação do certame e adjudicação do objeto à empresa vencedora, caso seja(m) constatado(s) erro(s) na(s) composição(s) apresentada(s), esses deverão ser corrigidos pela empresa. Havendo erros que não são passíveis de correções nos termos supracitados, a proposta será rejeitada e a licitante será desclassificada. Neste caso, será solicitado a apresentação da documentação para a empresa classificada em segundo lugar e assim sucessivamente até que uma proposta seja considerada correta e válida, para posterior homologação.

- 22.4.2.14.** As planilhas e declarações deverão ser entregues em arquivo eletrônico e em arquivo digital, no endereço eletrônico informado no Edital de Licitação.
- 22.4.2.15.** As Composições de Encargos Sociais e o BDI a serem apresentadas deverão estar em consonância com a legislação vigente e apresentadas utilizando os modelos em Excel que acompanham o edital.
- 22.4.2.16.** Deverão ser elaboradas as Tabela de Encargos Sociais para HORISTA e MENSALISTA, conforme regime tributário escolhido pela empresa, ou seja, com ou sem desoneração ou ainda o Simples Nacional.
- 22.4.2.17.** No caso de ser optante pelo Regime Tributário Simples Nacional, deverá apresentar o Programa Gerador do Documento de arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D) ou Extrato do Simples Nacional
- 22.4.2.18.** Para a apresentação da Composição Detalhada do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, para os Serviços de Engenharia e para Fornecimento de Materiais e Equipamentos, deverão ser utilizados os modelos em Excel que acompanham este Termo de Referência, respeitando os limites máximos e mínimos, tanto para o valor final quanto para as parcelas de formação do BDI. Para o cálculo do BDI, deverão ser obedecidas as normativas constantes do Acórdão Nº 2662/2013 – TCU.
- 22.4.2.19.** No caso de o valor final do BDI extrapolar, para mais ou para menos, o intervalo entre o valor mínimo e máximo dos modelos que seguem anexos ao edital, será exigida justificativa por item componente do mesmo e demonstrados mediante documentos específicos;
- 22.4.2.20.** As incidências por item componente do BDI devem observar o disposto abaixo:

ITEM COMPONENTE DO BDI	%
Administração Central	variável
Seguro e Garantia	variável
Risco	variável
Despesas Financeiras	variável
Lucro	variável
TRIBUTOS	conf. regime tributário
COFINS	conf. regime tributário
PIS	conf. regime tributário
ISS	conf. regime tributário
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	conf. regime tributário

22.5. TRIBUTOS

- 22.5.1.** Adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos, observando a forma de

definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS (ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário).

22.5.2. As alíquotas dos BDI's, aplicados no orçamento base estimado, encontram-se detalhados no orçamento referencial.

22.5.3. Sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) observar a Lei Federal nº 14.973/2024. Este tributo incide na composição do BDI, para as empresas optantes pela desoneração da folha de pagamentos.

22.5.4. Para o cálculo do BDI a empresa deverá utilizar-se da metodologia apresentada na fórmula abaixo:

$$BDI = \left\{ \left[\frac{(1 + AC + S + R) (1 + DF) (1 + L)}{(1 - I)} \right]^{-1} \right\}$$

Onde:

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

S = Taxa representativa dos seguros e garantias;

R = Taxa representativa dos riscos;

DF = Taxa representativa das despesas financeiras;

L = Taxa representativa do lucro;

I = Taxa representativa dos impostos.

22.5.4.1. As taxas dos componentes do BDI antes de serem inseridas na fórmula devem ser transformadas em centésimos, ou seja, divididas por 100. Exemplo hipotético: se AC= 5%, fórmula = (5/100) = 0,05.

22.5.5. A Administração local, instalação de canteiro, acampamento, mobilização e desmobilização (de mão de obra e de equipamentos) devem compor a planilha orçamentária dos serviços, ficando vedada sua inclusão na composição do BDI.

22.5.6. No detalhamento da composição do seu BDI – Benefícios e Despesas Indiretas (despesas indiretas + lucro operacional + tributos) e os respectivos percentuais praticados, fica vedada a inclusão de tributos de natureza direta e personalíssima que oneram pessoalmente o contratado, tais como IR (Imposto de Renda) e CSLL (Contribuição Sobre o Lucro Líquido), não podendo ser repassado à CONTRATANTE.

22.5.7. Havendo a isenção de pagamento do Imposto Sobre Serviços, prevista no art. 85, V, da Lei Complementar nº 40/2001 e com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 48/2003, para a prestação de serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços anexa à Lei, quando contratados pela Prefeitura Municipal de Curitiba, suas Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista, fica, nestas hipóteses, vedada à inclusão do imposto no BDI – Benefícios e Despesas Indiretas da empresa, conforme abaixo transcrito:

- a) *“7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviço fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)”.*
- b) *“7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).”*

22.5.8. A isenção prevista no dispositivo citado no item acima, não é extensiva aos prestadores de serviços de engenharia consultiva e de serviços auxiliares ou complementares à construção civil, hipótese em que o imposto poderá compor o BDI da empresa.

22.5.9. A empresa deverá observar a alíquota vigente no Município e o regime tributário a que está enquadrado, bem como, caso solicitado, deverá comprovar sua situação através do Contrato Social ou documento equivalente, apresentar consulta da Situação Cadastral no Departamento de Rendas Imobiliárias da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento.

22.6. Serão passíveis de correções a Planilha Proposta, as composições do BDI e a Tabela de Encargos Sociais que se enquadrarem nas seguintes situações:

22.6.1. Erro de algoritmo de cálculo, que compreende a sequência finita e ordenada de instruções, ou seja, cálculos aritméticos nas fórmulas pré- estabelecida.

22.6.2. Irregularidade formal na proposta vencedora que, por sua irrelevância não gera nulidade, se a irregularidade praticada pela licitante vencedora a ela não trouxer vantagem, nem implicar em desvantagem para as demais participantes, não resultando assim em ofensa à igualdade; se o erro apontado não interfere no julgamento objetivo da proposta, e se não se vislumbra ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública (RMS nº 23.714/DF / STF, 1ª T, em 5/9/2000).

22.7. Na elaboração do orçamento base estimado da licitação foram consideradas as seguintes taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), Encargos Sociais e Alíquotas do ISS, cujos demonstrativos encontram-se em anexo a este Termo de Referência:

22.7.1. BDI para Obras de Infraestrutura de Drenagem de 20,95% (vinte vírgula noventa e cinco por cento), considerando o regime sem desoneração da folha de pagamento, com alíquota de 0,00% (cinco por cento) de ISS.

22.7.2. ENCARGOS SOCIAIS para MENSALISTA de 72,50% (setenta e dois vírgula cinco por cento), considerando o regime sem desoneração da folha de pagamento.

- 22.7.3.** ENCARGOS SOCIAIS para HORISTA 116,37% (cento e dezesseis vírgula trinta e sete por cento), considerando o regime sem desoneração da folha de pagamento.

23. CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E VISITA TÉCNICA

- 23.1.** A licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e para preparo de sua proposta, mediante apresentação de declaração de visita técnica ou declaração de dispensa de visita técnica.
- 23.2.** Caso tenha interesse, visando subsidiar a apresentação da declaração acima, a licitante poderá agendar visita ao local da execução do objeto da licitação no horário de segunda a sexta-feira das 08h00min às 17h00min, sendo necessário agendar com antecedência junto à Gestão do Processo, pelo telefone (41) 3350-9760 - Andrea, de até 03 (três) dias úteis antes da data e horário de abertura da licitação.
- 23.3.** Os interessados que optarem por realizar a visita técnica deverão apresentar uma via, no momento da visita, ao representante da SMOP designado, com a declaração de visita técnica, conforme Modelo sugerido 04 do Anexo VII deste Termo de Referência, o qual atestará através de assinatura e identificação a vistoria no local do objeto da licitação.
- 23.4.** Caso os interessados optem por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, conforme Modelo sugerido 10 do Anexo VII deste Termo de Referência assinada pelo responsável técnico da proponente, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município.

24. CRITÉRIOS PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 24.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 24.2.** O reequilíbrio econômico e financeiro pode-se dar na forma de:
- I. revisão de preços;
 - II. reajuste de preços em sentido estrito; e
 - III. atualização monetária.
- 24.3.** Os efeitos financeiros decorrentes de reequilíbrio econômico e financeiro deverão incidir sobre eventos ocorridos a partir da data do fato gerador que ensejou a alteração.
- 24.4.** A revisão de preços visa restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos do contratado e a remuneração pela Administração, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro. Isso se aplica em casos de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, mas

de consequências incalculáveis, que atrasem ou impeçam a execução do contrato, bem como em situações de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, caracterizando álea econômica extraordinária e extracontratual.

24.5. A revisão de preços pode ser concedida a qualquer momento, independentemente de previsão contratual, desde que solicitada expressamente e mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I. o evento seja futuro e incerto;
 - II. o evento ocorra após a apresentação da proposta;
 - III. o evento não ocorra por culpa do contratado;
 - IV. a possibilidade da revisão de preços seja aventada pelo contratado ou pela Administração;
 - V. a modificação seja substancial nas condições contratadas de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração;
 - VI. existência de nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos do contratado;
 - VII. demonstração nos autos da quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.
- 24.6.** Compete ao contratado solicitar e comprovar seu direito à revisão, mediante a demonstração clara da ocorrência do fato gerador e dos impactos excessivamente onerosos na equação econômico-financeira do contrato. O contratado deverá justificar e comprovar, de forma detalhada e consistente, as alterações nos preços dos itens, apresentando o índice de variação pretendida, quando aplicável, além da análise financeira e dos demonstrativos de cálculos dos valores contratuais.
- 24.7.** Compete ao gestor do contrato atestar a ocorrência dos fatos geradores, especialmente nos casos de eventos externos à vontade das partes, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.
- 24.8.** As alterações dos valores contratuais advindas da revisão de preços considerarão ainda a manifestação da Assessoria de Custos e Análise de Projetos da SMF ou dos setores financeiros das autarquias ou fundações.
- 24.9.** Após realizados os cálculos pela Assessoria de Custos e Análise de Projetos da SMF, compete ao gestor do contrato a verificação de onerosidade excessiva ao contratado e a análise técnica final da recomposição do equilíbrio econômico financeiro pleiteada.

- 24.10.** O reajuste de preços, em sentido estrito, quando aplicável, será realizado na periodicidade prevista pela legislação nacional, considerando a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado até o efetivo adimplemento da obrigação. O cálculo será feito com base no índice setorial oficial de preços ou, na ausência deste, no índice geral de preços definido no contrato.
- 24.11.** O reajuste de preços, em sentido estrito, será aplicado após o decurso de um ano a partir da data da planilha orçamentária, elaborada em 30/09/2025, independentemente da data da tabela referencial utilizada. O índice de reajuste será aplicado conforme a referência do orçamento, de acordo a Instrução Normativa nº 3/2023, expresso resumidamente abaixo:
- a) SINAPI – PR;
 - b) DNIT / Drenagem;
 - c) IPCA.
- 24.12.** O reajuste de preços em sentido estrito deverá ser solicitado expressamente pelo contratado até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer preclusão lógica de exercer o seu direito.
- 24.13.** O reajuste de preços em sentido estrito será por índice geral de preços nos termos da IN 03/2023 da SMF.
- 24.13.1.** Na hipótese de adoção de mais de um índice de reajuste de preços em sentido estrito deverá haver a indicação do item respectivo ao qual cada índice será aplicável, definindo o percentual.
- 24.14.** A atualização monetária é devida em razão do processo inflacionário e da desvalorização da moeda, devendo ser calculada desde a data em que deveria ser efetuado o pagamento da fatura de determinada parcela do contrato até seu pagamento efetivo, de acordo com as normativas internas da SMF.
- 24.14.1.** A atualização monetária é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não seja responsável pelo atraso.
- 24.14.2.** A atualização monetária de que trata será devida caso o pagamento ocorra após 30 (trinta) dias do atesto do recebimento definitivo.
- 24.14.3.** A atualização monetária, quando aplicável, deve ser calculada por critérios estabelecidos obrigatoriamente no edital e no contrato, nos termos das normativas internas da SMF.
- 24.15.** Os serviços e obras contratados que tiverem suas execuções atrasadas, por culpa da CONTRATADA, e ultrapassarem os 12 meses, não sofrerão reajustes.
- 24.16.** O período e a fórmula de reajuste serão realizados em conformidade com o Art. 14 da IN 03/2023 da SMF.

25. DA ALTERAÇÃO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO CONTRATUAL

- 25.1.** O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Capítulo VII, Título III da Lei Federal nº 14.133/21.
- 25.2.** Qualquer modificação necessária durante a execução do objeto, seja nos projetos, detalhes, especificações ou quantitativos, somente poderá ser feita a critério da CONTRATANTE, através de termo aditivo ao contrato da Secretaria Municipal de Obras Públicas, que autorizará a alteração, ficando obrigada a CONTRATADA a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões que se fizerem necessários para a melhor adequação do objeto, obedecidos os limites legais estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 25.3.** A alteração do contrato, decorrente de acréscimo e supressão atenderão aos procedimentos descritos nos artigos 102 a 108 do Decreto Municipal nº 700/2023.
- 25.3.1.** Se for necessário a realização de serviços adicionais de itens que constam na proposta original, o valor dos mesmos serão definidos de acordo com o valor proposto. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.
- 25.3.2.** Se for necessário a realização de serviços adicionais não previstos originalmente na proposta, os valores dos mesmos serão definidos com base nos preços unitários constantes das Tabelas Referenciais de Preços que deram origem ao orçamento base da licitação, considerando o percentual da taxa de BDI e aplicando-se o desconto proposto pela CONTRATADA. Será aplicada a menor taxa de BDI entre as utilizadas no orçamento base da licitação e a apresentada na proposta da CONTRATADA, haja vista a necessidade de observância do princípio da economicidade que rege a Administração Pública. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.
- 25.3.3.** Se for necessário a realização de serviços adicionais não previstos originalmente na proposta e que não constam nas Tabelas Referenciais de Preços, deverão ser apresentadas pelo contratado pelo menos três cotações de preços de mercado, onde se calcula a média, para o caso de definição de preços de insumos ou serviços terceirizados, ou, composição de custo unitário para cada serviço não previsto na proposta, desde que aprovados pela CONTRATANTE. Deverão ser adotados os procedimentos, diretrizes e critérios para pesquisa de preços e definição do valor, descritos no Decreto Municipal nº 384/2023 e na Instrução Normativa nº 03/2023- SMF. Será aplicada a menor taxa de BDI entre as utilizadas no orçamento base da licitação e a apresentada na proposta da CONTRATADA, haja vista a necessidade de observância do princípio da economicidade que rege a Administração Pública. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

25.4. As solicitações de interesse da CONTRATADA referente ao acréscimo e/ou supressão de serviços deverão ser por ela fundamentadas e justificadas, através de processo administrativo protocolado na SMOP, com as respectivas planilhas orçamentárias, as quais serão objeto de análise pela CONTRATANTE.

25.5. No caso de alteração contratual, o empenho correspondente somente será expedido após a formalização do respectivo aditamento ao contrato primitivo, obedecidas as formalidades legais, devendo ser atualizado o respectivo cronograma físico- financeiro com a respectiva atualização de prazos da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando couber, sob pena de serem aplicadas as penalidades previstas no Edital.

26. ATUALIZAÇÃO DE CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS FIXOS OU VARIÁVEIS

26.1. Independente de solicitação pelo contratado, o gestor do contrato deverá providenciar tratativas quanto a atualização de custos não renováveis fixos ou variáveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, observando as normativas internas da SMF.

27. DA PRECLUSÃO

27.1. O reajuste em sentido estrito e a revisão deverão ser pleiteados expressamente pelo contratado, antes da formalização do instrumento de contratação, até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer preclusão lógica de exercer o seu direito, nos termos dos art. 130 a 133 do Decreto Municipal nº 700/2023 e §Único do art. 131 da Lei Federal nº 14.133/2021.

27.2. As hipóteses de preclusão serão regidas pelos Arts. 130 a 133 do Decreto Municipal 700/2021, bem como pelo Art. 131, da Lei Federal 14133/2021.

28. ANÁLISE DE RISCO

28.1. Em conformidade com o art. 103 da Lei nº 14.133/2021, integra este Termo de Referência, bem como integrará o contrato, a Matriz de Risco, apresentada no Anexo II deste Termo de Referência, em que se identificam os riscos contratuais previstos e presumíveis, alocando-os entre Contratante e Contratada, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.

29. DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO DA LICITAÇÃO

29.1. O orçamento-base da licitação, apresentado pela Administração, constante no Anexo IX deste Termo de Referência, será publicado no Edital de licitação, considerando que o valor da contratação foi obtido a partir de Tabelas Públicas referenciais e a sua divulgação melhor atende ao princípio da Publicidade, de acordo com o parágrafo Único do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021.

30. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS

Será permitida a participação de Consórcios nos termos do Edital e Contrato.

- 30.1.** Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, limitados a 3 empresas por consórcio, devendo ser apresentada a comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, sendo a líder necessariamente empresa de Construção, atendidas as condições previstas no Art. 15, da Lei de Licitações nº 14133/2023 e aquelas estabelecidas neste Edital, compromisso este que deverá ser objeto de análise e aprovação pelo Município de Curitiba através da SMOP.
- 30.2.** Na hipótese de ser constatado pela Comissão de Licitação que o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, no qual a participação de uma empresa consorciada é desprovida de qualquer significação econômica, sendo o consórcio constituído única e exclusivamente com o objetivo de aportar atestados técnicos para efeito de qualificação, o que caracterizaria o compromisso de consórcio como negócio jurídico simulado, nos termos do artigo 167 do Código Civil, e, portanto, negócio jurídico nulo, a Administração Pública Municipal deverá desqualificar o consórcio, sendo que a critério da autoridade superior, poderá ensejar as penalidades previstas no edital e na legislação vigente.
- 30.3.** No compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, devem constar, em cláusulas próprias:
- a)** Composição do consórcio;
 - b)** Objeto do consórcio;
 - c)** Prazo de duração do Consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva, bem como o endereço do Consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;
 - d)** Indicação da empresa responsável (líder do consórcio), que será sua única representante perante a SMOP, com quem, por meio da pessoa do seu representante legal, serão mantidos todos os entendimentos relativos à licitação e ao contrato, devendo atender às condições legais de liderança;
 - e)** Designação do representante legal do consórcio;
 - f)** Compromisso e obrigações das empresas consorciadas, dentre os quais o de que cada uma delas responderá, individual e solidariamente, por suas obrigações de ordem Fiscal e administrativa, com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada, bem como a etapa da participação na execução dos serviços, objeto da presente licitação, até a conclusão dos serviços que vierem a serem contratados com o consórcio;
 - g)** Compromisso expresso de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, em relação à seleção e posteriormente, ao eventual contrato;

- h)** Compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da CONTRATANTE, até a conclusão dos serviços que vierem a serem contratados;
 - i)** Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente da de seus consorciados;
 - j)** Compromisso e obrigações de cada um dos consorciados individualmente, em relação ao objeto deste certame.
 - k)** Compromisso expresso das consorciadas de que apresentarão, antes da assinatura do eventual termo do contrato decorrente da licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, arquivado no registro do comércio local de sua sede ou o registro no cartório de Títulos e Documentos, conforme a natureza das pessoas consorciadas. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.
- 30.4.** Conforme indicado na alínea (g), do item acima, os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação pelo Município de Curitiba através da SMOP.
- 30.5.** Na hipótese de solicitação de alteração do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, a Comissão de Licitação caso ainda não formalizado o contrato e o gestor do contrato quando da sua respectiva formalização deverão verificar a comprovação dos seguintes critérios, os quais serão analisados e deliberados pela autoridade superior da SMOP:
- a)** que o consórcio permaneça cumprindo todos os requisitos exigidos à época da habilitação na licitação, nos termos do edital;
 - b)** que haja comprovação por parte do consórcio de fatos novos, para justificar a alteração;
 - c)** que a nova composição percentual das empresas no consórcio não prejudique a execução do objeto contratado, nem constitua burla ao procedimento licitatório;
 - d)** em se tratando de alteração significativa, que muito mais equivale a uma dissolução do consórcio do que uma alteração de composição propriamente dita deverá ser comprovado e justificado se a alteração pretendida não acarretará nenhum prejuízo à execução do contrato e se todas as condições apresentadas pelo consórcio permanecerão intactas, nos mesmos moldes inicialmente apresentados;
 - e)** o consórcio deverá esclarecer as razões de alterações, indicando os fatos novos, inexistentes à época da apresentação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, que acarretaram a alteração, os quais serão objeto de análise e deliberação;

- f) esclarecer se a nova composição do consórcio teria, à época da licitação, condições de se sagrar, sozinha, vencedora do certame;
- g) deverá ser averiguado se após a alteração pretendida, restarão asseguradas a manutenção de todas as condições estabelecidas no edital e no contrato original.

30.6. No caso de consórcio, cada uma das empresas que o compõe, deverá apresentar os documentos de habilitação, deste Edital, admitindo-se:

30.6.1. Para efeito de qualificação técnica, a comprovação por quaisquer das empresas que o compõe ou somatório dos quantitativos de cada consorciado, do atendimento aos requisitos de qualificação técnica definidos neste Termo de Referência;

30.6.2. Para efeito de qualificação econômico-financeira, deverá haver a demonstração dos índices econômico-financeiros do Consórcio e de cada consorciado na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos requisitos contábeis definidos neste Termo de Referência.

31. GARANTIA DE PROPOSTA

31.1. Não será exigido o recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito para pré-habilitação.

32. GARANTIA DE EXECUÇÃO

32.1. A empresa vencedora do certame licitatório, ficará obrigada a depositar junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento - SMF no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da notificação, a título de Caução de Garantia da Execução Contratual, a quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a qual poderá ser representada por Moeda Corrente no País, Títulos da Dívida Pública, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, que garantirá a fiel observância dos termos do contrato.

32.2. Da proponente vencedora, cujo preço global analisado for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional equivalente à diferença entre o valor da proposta e o preço global orçado, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.

32.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

32.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

- c) Prejuízos e danos causados a terceiros por culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;
 - d) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
 - e) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, inclusive de acidente de trabalho, custas e honorários advocatícios e indenizações que envolvam empregados da empresa afiançada, quando couber;
 - f) Condenações em processos judiciais contra a Administração motivadas pela CONTRATADA, inclusive execuções fiscais, trabalhistas e previdenciárias, cujo objeto guarde relação com o contrato.
 - g) Demais multas ou indenizações nos termos do §8º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 32.5.** O prazo indicado acima, poderá a critério da Administração ser prorrogado, não podendo ultrapassar 30 (trinta) dias da data de recebimento da notificação, no caso, de interesse de outra(s) licitante(s) em contratar com base no valor da licitante vencedora, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.
- 32.6.** Caso o contrato venha a ser prorrogado a CONTRATADA deverá providenciar a renovação ou prorrogação da garantia e na hipótese de alteração do valor contratual deverá efetuar o reforço da garantia.
- 32.7.** A licitante perderá o direito a contratação, caso não apresente a comprovação da Garantia da Execução Contratual no prazo indicado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 32.8.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme §2º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

33. DA SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

- 33.1.** A CONTRATADA não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, bem como não será admitida a subcontratação total do objeto do contrato. Somente será admitida subcontratação parcial mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, até o máximo de 30% (trinta por cento).
- 33.1.1.** A CONTRATADA não poderá fazer a subcontratação de qualquer pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na

Fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

- 33.1.2.** A subcontratação de que trata este item não será admitida para os serviços considerados na atestação da capacidade técnico-operacional da empresa e técnico-profissional
- 33.2.** Quando houver necessidade de subcontratação, a CONTRATADA deverá preferencialmente subcontratar, até o limite determinado no item 33.1 supra, com Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP (Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores). No caso da não possibilidade de atendimento ao acima informado poderá a CONTRATADA subcontratar com empresas não enquadradas como ME ou EPP, desde que devidamente justificado e aceito pelo Gestor do Contrato.
- 33.3.** Quando houver necessidade de subcontratação, a CONTRATANTE exigirá do subcontratado a apresentação dos documentos de habilitação requisitados na licitação, especialmente quanto à regularidade jurídica, idoneidade Fiscal, qualificação técnica necessária a execução do serviço subcontratado, qualificação econômico-financeira e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU 4. ed. Brasília: TCU, 2010).
- 33.4.** A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, que avaliará se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 33.4.1.** A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 33.5.** No que se referem aos pagamentos quando houver subcontratação, a subcontratada deverá apresentar via CONTRATADA todos os documentos exigidos neste instrumento.
- 33.6.** A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito à CONTRATANTE e somente depois de autorizado pela Gestão do contrato, os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados.
- 33.7.** A subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica, somente poderá ser efetuada com empresas devidamente registradas no CREA, com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.
- 33.8.** Na subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica será exigida a apresentação das respectivas ARTs.
- 33.9.** Para que seja autorizada a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar, também, prova de regularidade da empresa subcontratada para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da empresa subcontratada, dentro de seus prazos de validade, mediante a apresentação de:

- 33.9.1.** Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais, da Dívida Pública e Regularidade Social e Previdenciária – INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- 33.9.2.** Certidão Negativa de Tributos Estaduais, emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa subcontratada;
- 33.9.3.** Certidão Negativa de Tributos Municipais, expedida pela respectiva Secretaria Municipal da Fazenda da sede da empresa subcontratada;
- 33.9.4.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).
- 33.9.5.** Qualificação econômico-financeira proporcional a parcela subcontratada;
- 33.9.6.** Qualificação técnica proporcional a parcela subcontratada.
- 33.10.** A autorização do CONTRATANTE para a CONTRATADA subcontratar parcialmente os serviços objeto do contrato, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA para com a CONTRATANTE em decorrência do Contrato, nem importará no estabelecimento de qualquer vínculo entre a CONTRATANTE e o subcontratado.
- 33.11.** A subcontratada estará sujeita às exigências relativas a Encargos Sociais, Trabalhistas e Segurança e Medicina no Trabalho previstos no edital de licitação.
- 33.12.** Os pagamentos serão efetuados exclusivamente à CONTRATADA.

34. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 34.1.** Os contratos poderão ser extintos de acordo com os motivos e procedimentos descritos nos artigos 154 a 164 do Decreto Municipal nº 700/2023.

35. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

- 35.1.** A Fiscalização da execução do objeto contratado será feita pela CONTRATANTE através de profissionais para esse fim designados, com responsabilidades específicas.
 - 35.1.1.** A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 35.2.** A CONTRATADA deverá permitir que funcionários, engenheiros, arquitetos, especialistas e demais profissionais enviados pela CONTRATANTE, a qualquer tempo, inspecionem a execução do objeto, examinem os registros e documentos que considerem necessários conferir, bem como que verifiquem se estão disponíveis nos locais de execução do objeto os veículos, máquinas, equipamentos, materiais e mão de obra, indicados e necessários a execução do contrato. No desempenho destas tarefas, deverão os técnicos da CONTRATANTE contar com a total colaboração da CONTRATADA.

- 35.3.** A CONTRATADA deve manter no local de execução do objeto o “Diário de Ocorrências”, quando couber, que deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e periodicamente pela Fiscalização.
- 35.4.** Quando for o caso, para início de uma nova etapa, a etapa anterior, a critério da Fiscalização, deverá ser submetida à aprovação do Fiscal.
- 35.5.** A CONTRATADA é obrigada, se for o caso, a efetuar e entregar no prazo requisitado pela Fiscalização o resultado de testes, ensaios, laudos, etc. que se fizerem necessários nos serviços e materiais.
- 35.5.1.** As despesas decorrentes dos testes e ensaios descritos acima são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 35.6.** A CONTRATANTE e a CONTRATADA, de um a outro, podem solicitar reuniões de gerenciamento da execução do objeto contratado. Quando isso vier a ocorrer, a CONTRATANTE elaborará ata dos assuntos tratados nas reuniões de gerenciamento e distribuirá cópias da mesma aos participantes da reunião. A responsabilidade das partes na tomada de providências deve ser decidida e informada por escrito.
- 35.7.** Toda comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser formalizada por escrito. Quando se tratar de “notificação”, esta somente tornar-se-á efetiva após seu recebimento por parte da CONTRATADA, responsabilizando-se a CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer corresponsabilidade.
- 35.8.** A Fiscalização da CONTRATANTE terá poderes para:
- 35.8.1.** Suspender os trabalhos sempre que a medida for considerada necessária à boa execução das atividades;
- 35.8.2.** Recusar qualquer trabalho que tenha resultados diferentes dos padrões exigidos por este Contrato;
- 35.8.3.** Decidir dentro dos limites de suas atribuições, por questões que se levantarem no campo durante a execução do objeto;
- 35.8.4.** Controlar os quantitativos de pessoal, equipamentos, veículos e caminhão.
- 35.9.** Ao Gestor do Contrato é reservado o direito de recusar todo e quaisquer serviços que não atendam as Especificações Técnicas ou que sejam considerados inadequados pela Fiscalização, ficando a CONTRATADA obrigada a refazer os serviços que não atendam ao requisitado, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 35.10.** A CONTRATANTE pode paralisar o serviço enquanto não satisfeitas as exigências legais de uso correto dos EPI's e EPC's, da comprovação de regularidade funcional dos empregados e do cumprimento de normas de segurança e condições de uso de veículos, máquinas e equipamentos.

35.11. Ficam designados como Gestor e Suplente da contratação os respectivos servidores: Thais Almeida Magalhães Mauricio, matrícula nº 189325, e Debora Paludetto Pascuti, matrícula nº 197223, do Departamento de Pontes e Drenagem da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

35.12. Ficam designados como Fiscais da contratação os respectivos servidores: Eliseu Henrique Martins, matrícula nº 74573, e Eduardo Camargo Ferreira da Cruz, matrícula nº 197222, do Departamento de Pontes e Drenagem da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

36. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA, CATÁLOGO OU DESCRITIVO TÉCNICO

36.1. Não serão solicitadas amostras de produtos e serviços na fase de habilitação. Poderão ser solicitada amostras de produtos e serviços durante o período de execução do objeto.

36.2. Os descritivos e especificações técnicas estão indicados nos projetos, orçamento, termo de referência e demais documentos técnicos anexos ao edital.

37. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

37.1. Pelas infrações cometidas pelos licitantes ou contratados previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, sem prejuízo de possível rescisão contratual e reparação pelos prejuízos na esfera cível e penal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, as sanções prevista no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133 e de acordo com as infrações, sanções administrativas e procedimentos, previstos no Título VII, Capítulo I, do Decreto Municipal nº 700/23.

37.2. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções preceituadas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com alterações posteriores, e do artigo 248 do Decreto Municipal nº 700/2023, exceto por motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado e justificado, quando cometer as seguintes infrações administrativas:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 37.3.** Nos termos do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e artigo 248 do Decreto Municipal nº 700, de 2023, as sanções previstas para o inadimplemento do contrato, sem prejuízo de sua rescisão e reparação pelos prejuízos na esfera cível e sanções criminais, são as seguintes:
- I. Advertência;
 - II. Multa;
 - III. Impedimento de licitar e contratar;
 - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 37.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II. as peculiaridades do caso concreto;
 - III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 37.5.** A aplicação de penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais para se ressarcir pelos danos causados, podendo, ainda, reter créditos decorrentes do contrato ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial por eventuais perdas e danos.
- 37.6.** A **advertência** poderá ser aplicada quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com o artigo 250 do Decreto Municipal nº 700, de 2023. (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 37.7.** A **multa** será aplicada obedecendo aos procedimentos previstos em lei e no Decreto Municipal nº 700/2023, observado o seguinte:
- 37.7.1.** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 37.7.2.** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia ou apresentação das ARTs;
- 37.7.3.** Compensatória de até 10,0% (dez por cento) do valor do contrato, para a inexecução total do contrato;
- 37.7.4.** Compensatória de 10,0% (dez por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas no item 37.2, incisos VIII a XII.
- 37.8.** Vencido os prazos dos itens 37.7.1 e 37.7.2 a Administração deverá avaliar o interesse público na continuidade do ajuste, podendo extinguir o contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos disposto no inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízos das demais sanções previstas.
- 37.9.** A aplicação de multa moratória não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.
- 37.10.** O **impedimento de licitar e contratar com o Município** serão aplicados, quando praticadas as condutas descritas no item 37.2, incisos II a VII, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos, nos termos do artigo 252 do Decreto Municipal nº 700, de 2023.
- 37.11.** A **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** será aplicada quando praticadas as condutas descritas no item 37.2, itens a 37.2.8, bem como no item 37.2, incisos II a .2 a 37.2.4, que justifiquem a imposição e penalidade mais grave.
- 37.12.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE, conforme §9º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 37.13.** Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme §7º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 37.14.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se para as sanções de advertência e multa o procedimento previsto nos artigos 255 a 262 do Decreto Municipal nº 700, de 2023; e para as sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de

inidoneidade para licitar ou contratar o previsto nos artigos 263 a 284 do Decreto Municipal nº 700, de 2023.

37.15. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE. Incluídos prejuízos ao interesse público na oferta de serviços à população;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme orientações normativas expedidas pela Controladoria Geral do Município.

37.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

37.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

37.18. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

37.19. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens II a VII do subitem 37.2 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

37.20. A **inidoneidade para licitar ou contratar** será declarada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens VIII a XII do subitem 37.2 deste edital, em conformidade com o dispositivo legal citado, quando justificada a imposição de

penalidade mais grave do que a prevista no subitem 37.19. Essa penalidade impedirá o responsável de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 37.21.** À aplicação da sanção será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal ou a autoridade a quem for delegada essa atribuição, em conformidade com o Decreto Municipal nº 2391/2023 e alterações.
- 37.22.** As sanções previstas nos subitens I, III e IV, subitem 37.3, deste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II, do mesmo subitem 37.3, deste edital.
- 37.23.** Caso a multa aplicada e as indenizações cabíveis se tornem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 37.24.** A aplicação das sanções previstas no artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 37.25.** Na aplicação da multa, em conformidade com o inc. II, art. 156 da Lei Federal nº 14133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 37.26.** A aplicação das sanções previstas nos subitens III e IV, do subitem 37.3, deste edital, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, seguindo os ditames dos §§ 1º, 2º, 3º, e 4º (inc. I, II e III) do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 37.27.** Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 37.28.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 37.29.** No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, será informado e mantido atualizado todos os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, bem como nos sítios eletrônicos oficiais e TCE-PR. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 37.30.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2023.
- 37.31.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14133/2021.
- 37.32.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- I. reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - II. pagamento da multa;
 - III. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
 - IV. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
 - V. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos referidos requisitos.
- 37.33.** A sanção pelas infrações previstas nos subitens VIII e XII, do Item 23.1., deste edital, em conformidade com o parágrafo único, do art. 163 da Lei Federal nº 14133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
- 37.34.** É dever do agente responsável pelo processo comunicar à autoridade competente acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar aos tipos infracionais previstos no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como prestar o auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.
- 37.35.** Para a aplicação de qualquer penalidade é obrigatória a abertura de protocolo específico que garanta ao contratado:
- I. acesso a todos os protocolos de interesse ao exercício do direito de defesa, desde que solicitada pelo interessado;
 - II. direito à manifestação em sede de defesa prévia e recurso, observada uma instância recursal;
 - III. oportunidade de apresentar provas em sede de defesa prévia, desde que lícitas e

demonstrada a sua pertinência, necessidade e que não se caracterize como medida protelatória;

- IV.** oportunidade de apresentar provas em sede recursal somente quando decorrentes de fatos novos, desde que lícitas e demonstrada a sua pertinência, necessidade e que não se caracterize como medida protelatória;
- V.** direito de ser notificado e se manifestar a qualquer tempo, sempre que for juntado ao processo sancionatório fato novo que lhe seja desfavorável.

37.36. A aplicação de sanções ao licitante ou contratado não exclui o dever de reparação integral do dano causado à Administração.

37.37. Em situações excepcionais, caso a penalidade prevista neste edital ou no contrato originário se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá justificadamente reduzi-la.

37.38. A aplicação de qualquer penalidade não prejudica o direito da Administração de recorrer às garantias contratuais para se ressarcir pelos danos causados, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial por eventuais perdas e danos, em conformidade com o art. 254 do Decreto Municipal nº 700/2023.

37.39. O procedimento relativo à aplicação das penalidades de advertência e multa seguirá os ditames dos arts. 255 a 262, da Sessão III, do Decreto Municipal nº 700/2023.

37.40. Os procedimentos relativos à aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar seguirão os ditames dos arts. 263 a 284, da Sessão IV, do Decreto Municipal nº 700/2023.

37.41. Os efeitos da aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, dar-se-ão em conformidade com os arts. 285, da Sessão V, do Decreto Municipal nº 700/2023, estendendo-se também aos convênios, acordos e outros ajustes.

37.42. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Municipal nº 14.133, de 2021 e artigo 283 do Decreto Municipal nº 700, de 2023.

37.43. A declaração de inidoneidade aplicada por qualquer órgão, agente ou banco multilateral internacional, pela Administração Pública, ou de qualquer esfera federativa e a suspensão do direito de licitar ou contratar aplicada pelo Município não têm efeito retroativo e não acarreta a rescisão dos outros contratos vigentes, conforme previsto no artigo 285 do Decreto Municipal nº 700, de 2023.

37.44. Excetua-se da regra prevista no item anterior, e, diante do caso concreto, poderá o Município rescindir os contratos vigentes com o sancionado desde que sejam indicadas nos autos a que se refere o contrato as razões de interesse público, de alta relevância e

amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE.

- 37.45.** A rescisão prevista no item anterior ocorrerá apenas a partir da data da decisão irreversível que aplica a sanção à CONTRATADA, sendo devido o pagamento apenas pelos serviços prestados ou bens fornecidos até então, relacionados ao objeto do contrato.
- 37.46.** A aplicação das penalidades previstas no item 37.20 impede a nova contratação do sancionado, enquanto durarem os efeitos da sanção, bem como a prorrogação do prazo de vigência de eventuais outros contratos vigentes firmados pelo sancionado.
- 37.47.** O não recolhimento da multa dentro do prazo estabelecido dará à CONTRATANTE o direito de descontar da caução e/ou medição/fatura ainda não pagas, bem como de inscrevê-la em dívida ativa do Município ou de cobrá-la judicialmente.
- 37.48.** As regras passíveis de aplicação a todos os procedimentos sancionatórios seguirão os ditames dos arts. 286 a 289, do Decreto Municipal nº 700/2023.
- 37.49.** Em todos os casos sancionatórios será preservado o direito ao contraditório e ampla defesa, bem como a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

37.50. Dos Crimes em Licitação

- 37.50.1.** Os crimes em licitação estão tipificados no art. 178, da Lei Federal nº 14133/2021, do Título XI, da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848/1940, acrescido do Capítulo II-B a seguir:

I. Frustração do caráter competitivo de licitação

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

- a. Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa;

II. Patrocínio de contratação indevida

Art. 337-G. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:

- a. Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

III. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo

Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos

celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade:

- a. Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

IV. Perturbação de processo licitatório

Art. 337-I. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório:

- a. Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

V. Violação de sigilo em licitação

Art. 337-J. Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

- a. Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

VI. Afastamento de licitante

Art. 337-K. Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

- a. Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

a1. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida.

VII. Fraude em licitação ou contrato

Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

- i. entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidades diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;
 - ii. fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;
 - iii. entrega de uma mercadoria por outra;
 - iv. alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;
 - v. qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:
- a. Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

VIII. Contratação inidônea

Art. 337-M.

a. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

a.1. Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

b. Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

b.1. Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

b.1.1. Incide na mesma pena deste item aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

IX. Impedimento indevido

Art. 337-N. Obstar, impedir ou dificultar injustamente a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito:

a. Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

X. Omissão grave de dado ou de informação por projetista

Art. 337-O. Omitir, modificar ou entregar à Administração Pública levantamento cadastral ou condição de contorno em relevante dissonância com a realidade, em frustração ao caráter competitivo da licitação ou em detrimento da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse:

a. Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

a.1. Consideram-se condição de contorno as informações e os levantamentos suficientes e necessários para a definição da solução de projeto e dos respectivos preços pelo licitante, incluídos sondagens, topografia, estudos de demanda, condições ambientais e demais elementos ambientais impactantes, considerados requisitos mínimos ou obrigatórios em normas técnicas que orientam a elaboração de projetos.

a.2. Se o crime é praticado com o fim de obter benefício, direto ou indireto, próprio ou de outrem, aplica-se em dobro a pena prevista no caput deste artigo.

Art. 337-P. A pena de multa cominada aos crimes previstos neste Capítulo seguirá a metodologia de cálculo prevista neste Código e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

38. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 38.1.** Os documentos solicitados deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, devendo ser autenticadas em cartório ou por servidor da unidade que realiza a licitação acompanhada do original, ou ainda apresentada prova da publicação em órgão de imprensa oficial.
- 38.1.1.** Em conformidade com o Decreto Municipal nº 1139/2023, será aceito documento com declaração de “confere com original” emitida por advogado constituído pelo licitante.
- 38.2.** Quando a CONTRATADA tenha sua sede em outro Município, a mesma deverá constituir, num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, Escritório com capacidade técnica, jurídica e administrativa, para manter todos os entendimentos que se fizerem necessários entre ela e a CONTRATANTE, visando a plena execução do objeto contrato.
- 38.3.** Qualquer alteração que ocorra no contrato social da CONTRATADA, deverá ser comunicada ao Gestor do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a aprovação da alteração na junta comercial.
- 38.4.** Caso existiram divergências entre os termos deste Termo de Referência com o Contrato ou com o Edital de Embasamento e seus anexos, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

39. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência foi elaborado por Daniel de Freitas Gurgel, Matrícula 184.400, Departamento de Pontes e Drenagem da Secretaria Municipal de Obras Públicas de Curitiba.

Daniel de Freitas Gurgel

Matrícula 184.400 - Agente de planejamento
Departamento de Pontes e Drenagem

Aprovo o conteúdo do presente Termo de Referência na íntegra,

Paulo Vitor Lucca

Matrícula 164.024 - Diretor
Departamento de Pontes e Drenagem

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO

Em virtude da grande quantidade de documentos técnicos (termo de referência, memorial descritivo, projetos, orçamentos e cronogramas) entre outras informações, os arquivos correspondentes estão disponibilizados, para “download”, no link abaixo:

Link:

Senha de acesso:

O “link” em questão será expirado na data de/..../2026 todavia, os referidos arquivos também estão disponíveis, permanentemente, para “download”, no “Portal da Transparência”, do sítio eletrônico da Prefeitura de Curitiba, através do link:

<https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/licitacoes.aspx>

onde poderá ser realizada a consulta através do número e modalidade da licitação.



ANEXO II – MATRIZ DE RISCOS

Descrição dos critérios de probabilidade:

- 1% a 10% - Raro - Muito baixa - Não é provável que aconteça
- 11% a 30% - Improvável - Baixa - Raramente ocorre
- 31% a 50% - Possível - Moderada - Ocorre de vez em quando
- 51% a 70% - Provável - Alta - Ocorre com frequência
- 71% a 90% - Muito Provável - Muito alta - Acontece com muita frequência

Descrição dos critérios de impacto

- Muito baixo - Os riscos possuem consequências pouco significativas
- Baixo - Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com custos pouco significativos
- Médio - Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com custos baixos
- Alto - Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com custos altos
- Muito alto - Os riscos possuem consequências irreversíveis ou com custos inviáveis



MATRIZ DE RISCOS

		IMPACTO				
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
PROBABILIDADE	RARO	MUITO BAIXO	MUITO BAIXO	MUITO BAIXO	MUITO BAIXO	BAIXO
	IMPROVÁVEL	MUITO BAIXO	MUITO BAIXO	BAIXO 26	BAIXO 12; 16; 20; 21; 25; 27; 28; 29; 31; 45; 46; 48; 49	MÉDIO 19; 32
	POSSÍVEL	MUITO BAIXO 1; 3	BAIXO	BAIXO 17; 35; 36; 39; 40; 41	MÉDIO 2; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 13; 14; 15; 18; 22; 23; 24; 30; 33; 34; 37; 38; 42; 43; 44; 47	ALTO
	PROVÁVEL	MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO PROVÁVEL	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO	MUITO ALTO



Riscos técnicos ou de engenharia					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
1	Falhas, omissões, imprecisões, desconformidades ou insuficiências em projetos de engenharia.	Baixa qualificação técnica e/ou desconhecimento das especificidades para obras de macrodrenagem e/ou contenções em concreto armado por parte da equipe de engenharia e arquitetura responsável pela elaboração e ajuste do projeto.	Planejamento	Administração	MUITO BAIXO
Impactos					
1. Realização de ajustes durante a execução da obra; 2. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas					
1. Uso de metodologias para antecipar e corrigir problemas ainda na fase de projeto básico; 2. Implementação de revisão técnica aprofundada e compatibilização dos projetos antes do início da obra.					
Ações de Contingência					
1. Revisão técnica e ajuste dos projetos.					



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
2	Atraso ou demora na liberação da área, local ou objeto necessário à execução da obra, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a: (i) atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriações, à desocupação de áreas públicas ou ao licenciamento ambiental; (ii) necessidade de execução prévia de serviço a cargo da Administração ou de terceiro por ela contratado; (iii) morosidade do Poder Judiciário em relação à prática de atos relacionados ao processo de desapropriação de bem abrangido na execução da obra que não sejam imputáveis à contratada; (iv) morosidade dos órgãos públicos responsáveis pelas liberações necessárias à execução da obra, que fuja ao tempo padrão de análise e de tramitação dos processos sob a responsabilidade da contratada.	1 – Falhas, omissões, imprecisões, desconformidades ou insuficiências de informações para emissão dos documentos. 2 – Morosidade do Poder Público no andamento dos processos.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos					



1. Realização de ajustes durante a execução do projeto executivo ou da obra;
2. Atraso do início da obra;
3. Aumento do custo final da contratação.

Ações Preventivas

1. Obtenção da liberação das áreas na fase de planejamento;
2. Verificação da titularidade/desocupação das áreas com antecedência à fase de contratação.

Ações de Contingência

1. Agilização dos processos necessários para desocupação da área;
2. Execução dos serviços preliminares de responsabilidade da Administração, para fins de início das obras.



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
3	Intercorrências no processo licitatório.	1 - Falta de planejamento adequado, documentos preparatórios inadequados e/ou incompletos; 2 - Proposta com preço inferior ao valor de mercado.	Seleção do Fornecedor	Administração	MUITO BAIXO
Impactos					
1. Impugnação do edital; 2. Recursos judiciais; 3. Contratação ineficiente, não atingindo o seu objetivo; 4. Empresa contratada sem qualificação técnica, causando problemas durante a execução; 5. Possível contratação de empresa sem capacidade financeira para a execução dos serviços ou descumprimento de requisitos legais; 6. Processo licitatório fracassado, deserto ou contratação insatisfatória.					
Ações Preventivas					
1. Realização do planejamento da licitação por equipe técnica adequada e qualificada; 2. Realizar pesquisa de preços de acordo com as normas e orientações vigentes; 3. Elaboração dos documentos preparatórios com zelo e baseados nas boas práticas e na legislação vigente.					
Ações de Contingência					
1. Retificação dos documentos convocatórios; 2. Identificação e correção das inconsistências observadas nos Estudos Preliminares e na Pesquisa de Preço; 3. Realização de um novo processo licitatório.					



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
4	Seleção de empresa sem capacidade de execução.	Imperícias quando da elaboração dos documentos de planejamento da contratação e/ou não avaliação dos critérios estabelecidos no edital de forma satisfatória.	Seleção do Fornecedor	Contratada	MÉDIO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Contratação de empresa sem qualificação; 2. Problemas na elaboração do projeto executivo; 3. Problemas na execução da obra; 4. Atraso na elaboração do projeto executivo; 5. Atraso na execução da obra. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração dos documentos preliminares do processo licitatório por equipe técnica qualificada; 2. Estabelecimento de critérios claros e objetivos para comprovação da capacidade técnica e econômico-financeira das proponentes. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Sanções administrativas à empresa contratada; 2. Rescisão do contrato; 3. Convocação da próxima empresa melhor classificada no certame. 					



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
5	Atrasos na obtenção de licenças ambientais (Autorização da Execução da Obra - AEO, Autorização de corte de árvores, etc.).	1 - Desconhecimento da contratada dos critérios para obtenção destes documentos; 2 - Demanda reprimida dos órgãos responsáveis pela emissão destes documentos.	Gestão do contrato	Conforme as causas do risco: 1 – Contratada; 2 – Administração.	MÉDIO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso no início da obra; 2. Reajustes no orçamento dado o tempo decorrido; 3. Necessidade de adequações do projeto executivo; 4. Necessidade de complementação do projeto de recomposição florestal, se for o caso. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Protocolo dos documentos em tempo hábil para emissão das licenças; 2. Realização de estudos de viabilidade ambiental aprofundados antes do projeto básico; 3. Consulta prévia e diálogo contínuo com os órgãos ambientais competentes desde as fases iniciais; 4. Inclusão de equipe multidisciplinar com especialistas em licenciamento ambiental no planejamento; 5. Mapeamento de todas as licenças necessárias e seus prazos, com plano de ação detalhado. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Negociação junto aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental para agilização das autorizações; 2. Elaboração de documentação complementar necessária para obtenção das autorizações/licenças ambientais. 					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
6	Ocorrência de danos ao canteiro de obras por fatos exclusivamente imputáveis à contratada.	Falta de planejamento e imperícia na gestão do canteiro de obras.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos					
1. Execução de reparos; 2. Atraso na execução da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas					
1. Planejamento eficiente do canteiro de obras; 2. Gestão do canteiro com uso de indicadores.					
Ações de Contingência					
1. Identificação e correção dos procedimentos que deram origem às ocorrências de danos.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
7	Ocorrência de acidentes ou danos diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência da execução da obra por fatos exclusivamente imputáveis à contratada.	Omissão, falta de planejamento e imperícia na gestão e execução da obra.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos					
1. Atraso na execução da obra; 2. Aumento do custo final da obra; 3. Processo judicial; 4. Indenizações a terceiros.					
Ações Preventivas					
1. Gestão do canteiro de obras; 2. Planejamento da execução da obra; 3. Gestão da engenharia de segurança.					
Ações de Contingência					
1. Identificação e correção dos procedimentos que deram origem à ocorrência de acidentes e/ou danos; 2. Correção dos danos; 3. Planejamento e execução da obra com auxílio da engenharia de segurança.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
8	Danos causados pela Contratada, por seus empregados, prepostos, terceirizados ou empresas subcontratadas, decorrentes da execução da obra pública.	Omissão, falta de planejamento e imperícia na gestão e execução da obra.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso na execução da obra; 2. Aumento do custo final da obra; 3. Processo judicial; 4. Indenizações a terceiros. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão do canteiro de obras; 2. Planejamento da execução da obra; 3. Gestão da engenharia de segurança. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação e correção dos procedimentos que deram origem às ocorrências de acidentes e/ou danos; 2. Correção dos danos ocasionados pela obra. 					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
9	Vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou de materiais nela empregados por razões imputáveis à contratada.	Omissão, falta de planejamento e imperícia na gestão e execução da obra.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos					
1. Atraso na execução da obra; 2. Aumento do custo final da obra; 3. Demolição de serviços executados; 4. Refazimento dos serviços.					
Ações Preventivas					
1. Gestão do canteiro de obras; 2. Planejamento da execução da obra; 3. Controle de qualidade dos insumos durante a execução da obra; 4. Execução de testes de qualidade durante a execução da obra.					
Ações de Contingência					
1. Identificação e correção dos procedimentos que deram origem à ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções; 2. Substituição de insumos com problemas de qualidade.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
10	Vícios ou defeitos ocultos na infraestrutura ou na área transferida à Contratada para a execução da obra.	Infraestrutura antiga, pública ou privada, abandonada e não cadastrada. Vício ou defeito oculto na área destinada à execução da obra não detectado pelas sondagens ou ensaios geotécnicos.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos					
1. Atraso na execução da obra; 2. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas					
1. Investigação das interferências existentes no local; 2. Investigação geotécnica mais precisa.					
Ações de Contingência					
1. Identificação e correção dos vícios ou defeitos na infraestrutura ou na área para execução da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
11	Prejuízos causados por roubos, furtos, perecimento, vandalismos, extravios ou perdas no local da obra, canteiro de obras, frentes de serviço ou equipamentos, por omissão da contratada em adotar medidas usualmente empregadas para promover a segurança da área, até a entrega oficial do objeto contratado.	Omissão de medidas para promover a segurança da área até a entrega oficial do objeto contratado.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso na execução da obra; 2. Aumento do custo final da obra; 3. Refazimento de serviços vandalizados; 4. Substituição de insumos vandalizados. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Adoção de medidas de segurança. 2. Considerar, na elaboração do projeto executivo, a condição social, econômica e ambiental da região, propondo soluções que dificultem a materialização desse risco. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Adoção imediata de medidas de segurança; 2. Refazimento de serviços danificados; 3. Substituição de insumos/equipamentos danificados/roubados. 					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
12	Interferências subterrâneas em área, objeto ou local de execução da obra que não tenham sido previamente identificadas nas informações disponibilizadas à contratada nos documentos licitatórios e todas as consequências a elas relacionadas, inclusive ônus, custos e prazos, decorrentes da necessidade de remoção ou deslocamento.	Falhas, omissões ou imprecisões no levantamento de interferências na etapa de anteprojeto/projeto básico.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso na execução da obra; 2. Paralisação da obra; 3. Reajustes no orçamento, dado o tempo decorrido; 4. Necessidade de solução das interferências; 5. Complementação do projeto. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento das interferências na fase de anteprojeto/projeto básico. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar interferências junto às concessionárias de serviços públicos e privados; 2. Negociar o remanejamento das interferências junto às concessionárias de serviços públicos e privados; 3. Realização de ajustes no orçamento. 					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
13	Não identificação de interferências subterrâneas em área, objeto e/ou local de execução da obra identificáveis ou detectáveis por técnicas usualmente utilizadas em serviços de sondagem, quando tal levantamento foi previsto em edital e/ou contrato.	Ineficiência de levantamento de interferências na etapa de projeto executivo.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos					
1. Atraso na execução da obra; 2. Paralisação da obra; 3. Reajustes no orçamento, dado o tempo decorrido; 4. Necessidade de solução das interferências; 5. Complementação do projeto; 6. Danos a equipamentos; 7. Segurança dos trabalhadores afetada.					
Ações Preventivas					
1. Levantamento das interferências na fase de projeto.					
Ações de Contingência					
1. Identificar interferências com base nos estudos geotécnicos; 2. Realizar o remanejamento das interferências; 3. Realização de ajustes no orçamento.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
14	Interferências de concessionária de serviço público ou de órgãos públicos na execução das obrigações da contratada, por razões a ela não imputáveis.	Falhas, omissões ou imprecisões no levantamento de interferências na etapa de anteprojeto/projeto básico.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso na execução da obra; 2. Paralisação da obra; 3. Reajustes no orçamento, dado o tempo decorrido; 4. Necessidade de solução das interferências; 5. Complementação do projeto. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento das interferências na fase de anteprojeto/projeto básico. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar interferências junto às concessionárias de serviços públicos; 2. Negociar o remanejamento das interferências junto às concessionárias de serviços públicos; 3. Realização de ajustes no orçamento. 					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
15	Interferências com prestadores de serviços públicos em área, objeto ou local de execução da obra que não tenham sido previamente identificadas nas informações disponibilizadas à contratada nos documentos licitatórios e todas as consequências a elas relacionadas, inclusive ônus, custos e prazos, decorrentes da necessidade de remoção ou deslocamento.	Falhas, omissões ou imprecisões no levantamento de interferências na etapa de anteprojeto/projeto básico.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso na execução da obra; 2. Paralisação da obra; 3. Reajustes no orçamento, dado o tempo decorrido; 4. Necessidade de solução das interferências; 5. Complementação do projeto. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento das interferências na fase de anteprojeto/projeto básico. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar interferências junto aos prestadores de serviços públicos; 2. Negociar a remoção ou deslocamento junto aos prestadores de serviços públicos; 3. Realização de ajustes no orçamento. 					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
16	Falhas, omissões, imprecisões, desconformidades ou insuficiências das informações geológicas da área em que a obra será executada, disponibilizadas nos documentos licitatórios, que impliquem custos, encargos ou despesas à contratada.	Falha e/ou insuficiência de informações geotécnicas/geológicas.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso na execução da obra; 2. Paralisação da obra; 3. Reajustes no orçamento dado o tempo decorrido; 4. Necessidade de complementação do projeto; 5. Deslizamentos, desmoronamentos e inundações. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento geotécnico/geológico na fase de anteprojeto/projeto básico; 2. Levantamento geotécnico complementar na fase do projeto executivo. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Complementação das informações geotécnicas/geológicas; 2. Realização de ajustes no orçamento. 					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
17	Lençol freático em condições diversas daquelas consideradas nas informações disponibilizadas nos documentos licitatórios da Administração ou necessidade de complementação do sistema de drenagem previsto.	Falha e/ou insuficiência de informações geotécnicas/geológicas.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso na execução da obra; 2. Paralisação da obra; 3. Reajustes no orçamento dado o tempo decorrido; 4. Necessidade de complementação do projeto. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento geotécnico/geológico na fase de anteprojeto/projeto básico; 2. Levantamento geotécnico complementar na fase de projeto executivo. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Complementação das informações geotécnicas/geológicas; 2. Realização de ajustes no orçamento. 					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
18	Alteração das fundações, como comprimento, engastamento e tipo de fundação devido a alterações na área ou no local de execução da obra que não tenham sido previamente identificadas nos documentos licitatórios.	Falha e/ou insuficiência de informações geotécnicas/geológicas.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso na execução da obra; 2. Paralisação da obra; 3. Reajustes no orçamento dado o tempo decorrido; 4. Necessidade de complementação do projeto. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento geotécnico/geológico na fase de anteprojeto/projeto básico; 2. Levantamento geotécnico complementar na fase de projeto executivo. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Complementação das informações geotécnicas/geológicas; 2. Realização de ajustes no orçamento. 					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
19	Atraso ou paralisação da execução da obra, ou impactos e alterações nos custos da contratada por identificação de vestígios arqueológicos, históricos ou culturais, ou por interferência dos órgãos de proteção ao patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural.	Falha e/ou insuficiência de informações geotécnicas/geológicas ou arqueológicas.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso na execução da obra; 2. Paralisação da obra; 3. Reajustes no orçamento dado o tempo decorrido; 4. Necessidade de complementação do projeto; 5. Novas condicionantes a serem observadas durante a execução da obra. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento geotécnico/geológico/arqueológico na fase de projeto. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Complementação das informações geotécnicas/geológicas; 2. Negociação com os órgãos de proteção ao patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural; 3. Realização de ajustes no orçamento. 					



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
20	Ocorrência de condições climáticas que interfiram na execução da obra, cuja intensidade, duração e quantidade sejam inferiores ao valor máximo de precipitação com tempo de recorrência pré-definido no contrato.	Condições climáticas adversas.	Gestão do Contrato	Contratada	BAIXO
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso na execução da obra; 2. Desfazimento de serviços; 3. Refazimento de serviços; 4. Aumento do custo da obra. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Previsão de tecnologias sustentáveis para suportar tais intempéries; 2. Planejamento da contratação considerando a época de estiagem; 3. Planejamento do cronograma de execução considerando eventos climáticos recorrentes (chuvas de janeiro a março, etc); 4. Contratação de seguro que abarque tais situações. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Acionamento do seguro; 2. Refazimento dos serviços. 					



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
21	Danos gerados ao canteiro de obras em decorrência de alagamentos, incêndios, tremores de terra, vendavais ou de outros eventos climáticos e meteorológicos inevitáveis pelo dever esperado da contratada de proteção e preservação da área e do canteiro de obras.	Condições climáticas extremas.	Gestão do Contrato	Administração	BAIXO
Impactos					
1. Atraso na execução da obra; 2. Desfazimento de serviços; 3. Refazimento de serviços; 4. Aumento do custo da obra.					
Ações Preventivas					
1. Previsão de tecnologias sustentáveis para suportar tais intempéries; 2. Planejamento da contratação considerando a época de estiagem; 3. Planejamento do cronograma considerando eventos climáticos recorrentes (chuvas de janeiro a março, etc); 4. Contratação de seguro que abarque tais situações.					
Ações de Contingência					
1. Acionamento do seguro; 2. Refazimento dos serviços.					



Riscos econômico-financeiros					
Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
22	Varição individualizada no preço de insumo integrante da estrutura de custos do contrato, em patamar superior a (10 %) (dez por cento) para além da variação do reajustamento previsto contratualmente, havida a partir da apresentação da proposta no âmbito da licitação.	Crises econômicas, alterações nas legislações tributárias, escassez de matéria-prima e/ou mão de obra.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos:					
1. Atraso e/ou paralisação da obra; 2. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Executar a obra de acordo com o cronograma; 2. Planejamento da obra adequado.					
Ações de Contingência:					
1. Negociação com fornecedores e sindicatos, conforme o caso; 2. Negociação para ajuste dos preços e/ou repactuação conforme Lei nº 14.133/2021.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
23	Não atendimento dos parâmetros de qualidade previstos para a obra ou atraso no cumprimento do cronograma físico-financeiro por razões exclusivamente relacionadas ao desempenho insuficiente da contratada.	Imperícia da empresa contratada.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Obras com vícios de execução; 2. Impactos sociais negativos; 3. Necessidade de refazimento de serviços; 4. Paralisação da obra; 5. Aumento do custo final da obra. 					
Ações Preventivas:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Especificar de forma adequada o objeto e exigências de qualificação técnica suficientes para apresentação de proposta condizentes com a necessidade da Administração Pública; 2. Implementação de revisão técnica aprofundada e compatibilização dos projetos antes do início da obra; 3. Acompanhamento e fiscalização técnica da execução da obra pelo responsável técnico da fiscalização; 4. Auditorias técnicas regulares durante a execução; 5. Definição clara de padrões e critérios de aceitação dos materiais e serviços. 					
Ações de Contingência:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Glosa dos serviços que não apresentarem os critérios de aceitabilidade técnica; 2. Rescisão do contrato, caso necessário; 3. Convocação das demais empresas classificadas, caso necessário. 					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
24	Prejuízos decorrentes de falhas, omissões ou erros na execução da obra pública por razões exclusivamente relacionadas ao desempenho insuficiente da contratada. Desgaste precoce dos materiais empregados pela contratada na execução da obra.	Imperícia da empresa contratada.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos:					
<ol style="list-style-type: none"> Obras com vícios de execução; Necessidade de refazimento de serviços; Paralisação da obra; Aumento do custo final da obra. 					
Ações Preventivas:					
<ol style="list-style-type: none"> Especificar de forma adequada o objeto e exigências de qualificação técnica suficientes para apresentação de proposta condizentes com a necessidade da Administração Pública; Acompanhamento e fiscalização técnica da execução da obra pelo responsável técnico da fiscalização; Verificação dos insumos antes de serem aplicados na obra; Auditorias técnicas regulares durante a execução; Definição clara de padrões e critérios de aceitação dos materiais e serviços. 					
Ações de Contingência:					
<ol style="list-style-type: none"> Glosa dos serviços que não apresentarem os critérios de aceitabilidade técnica; Rescisão do contrato, caso necessário; Convocação das demais empresas classificadas, caso necessário; Negociação para ajuste dos preços conforme Lei nº 14.133/2021. 					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
25	Indisponibilidade de utilidades essenciais fornecidas por prestadoras de serviços públicos - como água e energia elétrica - que afete a execução dos serviços e que se dê por tempo superior a um número de horas definido no contrato, por razões não imputáveis à contratada.	Eventos supervenientes, omissão na verificação da disponibilidade de serviços públicos essenciais no local de execução da obra.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação da disponibilidade de serviços públicos essenciais no local de execução da obra;					
Ações de Contingência:					
1. Negociação com as concessionárias públicas para disponibilização dos serviços públicos essenciais no local de execução da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
26	Atraso ou impossibilidade de contratação dos seguros e garantias, obrigatórios, ou contratação em inobservância aos prazos, aos limites e às regras estabelecidas em contrato por fatores imputáveis à contratada.	Omissão ou imperícia.	Gestão do contrato	Contratada	BAIXO
Impactos:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra. 					
Ações Preventivas:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificação da possibilidade de contratação dos seguros e das garantias obrigatórios em observância aos prazos, limites e regras do contrato; 					
Ações de Contingência:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Negociação com as seguradoras. 					



Riscos jurídicos					
Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
27	Alterações na legislação, em regulamentos ou em outras normas aplicáveis ao contrato, bem como restrições regulatórias e administrativas que alterem os custos necessários à execução da obra.	Alterações imprevisíveis da legislação.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Não há.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações conforme nova legislação.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
28	Decisões administrativas, judiciais ou arbitrais que impeçam ou determinem a suspensão da execução da obra pública por fatos não imputáveis à contratada.	Eventos supervenientes ou fatos imprevisíveis.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra e 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação de atendimento à legislação na fase de planejamento da obra; 2. Audiências públicas ou consultas prévias, quando aplicáveis.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações conforme legislação.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
29	Criação ou variação no custo de quaisquer tributos ou encargos legais supervenientemente à celebração do contrato, com repercussão sobre os preços contratados.	Eventos supervenientes ou imprevisíveis.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Não há.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações conforme legislação.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
30	Atraso ou não obtenção de licenças, alvarás ou autorizações necessárias à execução das obras por razões exclusivamente imputáveis à contratada.	Falha, omissão ou imperícia.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Planejamento para obtenção de licenças, alvarás ou autorizações para início da obra.					
Ações de Contingência:					
1. Adotar medidas cabíveis para obtenção de licenças, alvarás ou autorizações para início da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
31	Atraso ou não obtenção de licenças, alvarás ou autorizações necessárias à execução das obras por razões não imputáveis à contratada.	Falha, omissão ou imperícia.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Planejamento para obtenção de licenças, alvarás ou autorizações para início da obra.					
Ações de Contingência:					
1. Adotar medidas cabíveis para obtenção de licenças, alvarás ou autorizações para início da obra.					



Riscos extraordinários					
Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
32	Materialização de evento extraordinário, imprevisível ou de consequências incalculáveis, que impeça ou dificulte a execução da obra nos termos originalmente contratados.	Eventos supervenientes ou imprevisíveis.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Não há.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
33	Atraso ou impossibilidade de execução ou continuidade das obras em decorrência de efeitos ou impactos impostos por pandemia, guerra ou outros fatos similares extremos não previsíveis.	Eventos supervenientes ou imprevisíveis.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Não há.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Riscos administrativos					
Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
34	Modificações no projeto, na concepção ou na metodologia de execução da obra, bem como acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto por determinação unilateral da Administração Pública.	Falha, omissão ou imperícia na fase de elaboração do anteprojeto/projeto básico.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação do projeto na fase de anteprojeto/projeto executivo; 2. Verificação de interferências que possam demandar de adequações do projeto executivo.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
35	Atraso ou inexecução de parcelas de obras sob a responsabilidade da Administração Pública.	Fatos supervenientes	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Impactos sociais negativos; 3. Atraso da obra; 4. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação do projeto e possíveis interferências; 2. Planejamento da execução da obra.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
36	Inadimplemento ou atraso nos pagamentos devidos pela Administração Pública à contratada.	1 - Atraso na elaboração das medições; 2 – Atraso no crédito dos recursos na conta vinculada ocasionado pelo Ministério Gestor.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Planejamento da fiscalização da obra; 2. Antecipação do crédito de recursos pelo órgão financiador ou de repasse.					
Ações de Contingência:					
1. Realização das medições em atraso; 2. Planejamento das próximas medições; 3. Negociação com o órgão financiador ou de repasse para antecipação do crédito de recursos.					



Riscos ambientais					
Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
37	Atraso ou impossibilidade de obtenção das licenças ambientais necessárias à execução da obra por fatores não imputáveis à contratada, inclusive devido à morosidade do órgão ambiental competente ou por falha da Administração no fornecimento de informações e documentos sob seu encargo, ainda que a obtenção do licenciamento esteja sob a responsabilidade da contratada.	1 - Falha, omissão ou imperícia na fase de elaboração do anteprojeto/projeto básico; 2 - Alterações imprevisíveis da legislação.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação das condicionantes para emissão de licenciamento ambiental.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
38	Necessidade de alterações do escopo contratual em decorrência do processo de licenciamento ambiental.	1 - Falha, omissão ou imperícia na fase de elaboração do anteprojeto/projeto básico; 2 - Alterações imprevisíveis da legislação.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação das condicionantes para emissão de licenciamento ambiental.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
39	Ações e custos para o atendimento de eventuais condicionantes ambientais das licenças existentes ou informadas à contratada nos documentos licitatórios.	Falha, omissão ou imperícia na fase de elaboração do projeto executivo.	Gestão do contrato	Contratada	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação das condicionantes para emissão de licenciamento ambiental.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
40	Ações e custos para o atendimento de novas condicionantes exigidas pelo órgão ambiental durante a execução da obra, ou que não tenham sido informadas à contratada nos documentos licitatórios.	1 - Falha, omissão ou imperícia na fase de elaboração do projeto executivo; 2 - Alterações não previstas da legislação.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação das condicionantes para emissão de licenciamento ambiental.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
41	Ações e custos para o atendimento de condicionantes de licenças ambientais decorrentes exclusivamente de opções realizadas pela contratada na elaboração de projeto básico ou executivo em contratações integradas e semi-integradas.	Falha, omissão ou imperícia na fase de elaboração do projeto executivo.	Gestão do contrato	Contratada	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação das condicionantes para emissão de licenciamento ambiental.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
42	Ações e custos para o gerenciamento de passivos ambientais na área e nos bens transferidos à contratada para a execução da obra pública que não foram previamente informados à contratada nos documentos licitatórios.	Falha, omissão ou imperícia na fase de elaboração do anteprojeto ou projeto básico e na fase de elaboração do edital da licitação.	Gestão do contrato	Administração	MÉDIO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação dos passivos ambientais.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
43	Descarte e disposição ambientalmente inadequados dos resíduos sólidos e de resíduos perigosos gerados durante a execução da obra.	Falha, omissão ou imperícia da executora.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Correta execução do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos e da Construção Civil – PGRCC; 2. Verificação e cumprimento das condicionantes ambientais descritas no licenciamento ambiental; 3. Gestão ambiental durante a execução da obra.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações e cumprimento do PGRCC para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
44	Danos ou impactos na flora e na fauna em locais adjacentes à execução da obra, ocasionados por fatores exclusivamente imputáveis à contratada.	Falha, omissão ou imperícia da executora.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos:					
<ol style="list-style-type: none"> Degradação da biodiversidade local; Comprometimento da qualidade de vida das comunidades locais; Paralisação da obra; Atraso da obra; Aumento do custo final da obra. 					
Ações Preventivas:					
<ol style="list-style-type: none"> Monitoramento de eventuais impactos; Planejamento de medidas de compensação ambiental; Correta execução do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos e da Construção Civil – PGRCC; Verificação e cumprimento das condicionantes ambientais descritas no licenciamento ambiental; Gestão ambiental eficiente na fase de projeto e durante a execução da obra. 					
Ações de Contingência:					
<ol style="list-style-type: none"> Adequações e cumprimento do PGRCC para possibilitar a continuidade da obra. Mitigação dos danos causados; Contato/verificação com os órgãos ambientais das ações de contenção. 					



Riscos trabalhistas					
Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
45	Não cumprimento da jornada de trabalho necessária à execução da obra que tenha sido previamente informada à contratada no Edital de Licitação e em seus respectivos anexos.	Falta de planejamento da execução da obra.	Gestão do contrato	Contratada	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação e cumprimento das disposições do edital de licitação.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
46	Restrições supervenientes à jornada de trabalho decorrentes de normas legislativas ou regulamentares, e/ou de imposições da Administração Pública durante a execução das obras.	1 – Falta de planejamento; 2 – Fatos supervenientes.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação e cumprimento da legislação vigente.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
47	Incidentes ou acidentes de trabalho ocorridos na área de execução das obras por razões imputáveis à contratada.	1 – Falta de planejamento; 2 – Falhas, omissões e/ou imperícia da segurança do trabalho no canteiro de obra.	Gestão do contrato	Contratada	MÉDIO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra e 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Segurança do trabalho no canteiro de obras; 2. Planejamento da obra.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
48	Ocorrência de greves, paralisações ou manifestações de funcionários da contratada, de seus fornecedores, subcontratadas ou terceirizados que afetem a execução da obra ou a prestação dos serviços, quando tais eventos forem motivados por demandas daqueles direcionadas à contratada, exceto quando consideradas ilegais pelo Poder Judiciário.	1 – Falta de planejamento; 2 – Falhas, omissões e/ou imperícia da contratada.	Gestão do contrato	Contratada	BAIXO
Impactos:					
1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas:					
1. Verificação e cumprimento da legislação; 2. Planejamento e gestão da obra.					
Ações de Contingência:					
1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra.					



Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
49	Ocorrência de greves, paralisações ou manifestações, gerais ou locais, que afetem a execução da obra ou a prestação dos serviços, quando tais eventos não forem motivados por demandas direcionadas à contratada.	Eventos supervenientes.	Gestão do contrato	Administração	BAIXO
Impactos:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Paralisação da obra; 2. Atraso da obra; 3. Aumento do custo final da obra. 					
Ações Preventivas:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Não há. 					
Ações de Contingência:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Adequações para possibilitar a continuidade da obra. 					



ANEXO III – DECLARAÇÕES DE ACEITE - DECLARAÇÕES FEITAS AO DAR ACEITE NO SISTEMA PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO NO SISTEMA E-COMPRAS

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: *(inserir)*

Para a participação nesta licitação, declaramos para todos os fins de direito, que:

1. Conhecemos e aceitamos o regulamento do Sistema e-Compras Curitiba.
2. Somos responsáveis pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras.
3. Possuímos plena capacidade operacional e administrativa para executar os serviços, procedendo às contratações necessárias em tempo hábil, bem como efetuando, quando necessário, as substituições ou complementações no quadro de pessoal, assumindo inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução do objeto da presente licitação.
4. Atendemos a todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, e respondemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei e que faremos prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou quando solicitado.
5. A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
6. Entre nossos dirigentes, sócios, responsável técnico ou legal, não figura servidor público, funcionário, empregado ou ocupante de cargo comissionado, não se encontram no exercício de cargos ou funções públicas, na Administração Municipal ou na Câmara Municipal de Curitiba.
7. Não participamos da elaboração do Termo de Referência, Projeto Básico e Executivo, dos serviços do objeto do certame licitatório em epígrafe, bem como não estamos incurso em nenhuma das vedações previstas no edital.
8. Conhecemos e concordamos com os critérios e descontos de valores indicados na FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS conforme Modelo 06 do anexo V sugerido.
9. Não fomos declarados inidôneos por qualquer esfera federativa e de que não está suspenso de licitar ou impedido de contratar com o Município;
10. Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
11. Temos o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento.
12. Cumprimos os requisitos para a habilitação e a conformidade da proposta com as exigências do edital.
13. Damos cumprimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o inc. IV, art. 63 da Lei nº 14.133/2021, quando couber o cumprimento legal;



- 14.** Damos cumprimento ao disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que estipula a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 15.** Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 16.** Temos pleno conhecimento de responsabilidade da empresa licitante acompanhar os boletins de esclarecimentos, comunicados, ofícios, republicações e demais dispositivos de comunicação com os licitantes registrados no presente edital.
- 17.** o licitante organizado em cooperativa declara, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 18.** Declaramos estar enquadrada como ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.
- Sim ☐ Não ☐

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e Data.

Assinatura devidamente identificada

Nome completo

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR PARA EMPRESAS
ENQUADRADAS COMO ME / EPP / MEI**

Modelo sugerido. (papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: *(inserir)*

A empresa [____], pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob n.º [____], com sede *[inserir o endereço da sede empresa proponente]*, através do seu Representante Legal o(a) Sr. (a) [____] portador (a) da carteira de identidade nº [____] e inscrito (a) no CPF nº [____], **DECLARA** sob as penas da lei, para fins de participação em licitação promovida pela Prefeitura Municipal de Curitiba, com fundamento no §2º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que:

- 1) Está regularmente enquadrada como *[Microempresa / Empresa de Pequeno Porte]*, conforme definido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 2) No ano-calendário da realização da presente licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública que, somados, ultrapassem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente;
- 3) Compromete-se a comunicar imediatamente à Administração qualquer alteração nesse enquadramento durante a fase licitatória ou contratual, especialmente se vier a ultrapassar o limite de receita previsto em lei;
- 4) Está ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas poderá ensejar a aplicação das sanções legais previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas pertinentes.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e Data.

Assinatura devidamente identificada
Nome completo
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ

ANEXO V – MODELOS DE DOCUMENTOS DE RATIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

DOCUMENTOS PERTINENTES À RATIFICAÇÃO DA PROPOSTAS (REELABORADA E APRESENTADA APÓS A FASE JULGAMENTO - § 5º, INC. II, ART. 56 DA 14.133/2021) LANÇADA EM CERTAME, POR MEIO ELETRÔNICO.

A NÃO APRESENTAÇÃO LEVA À DESCLASSIFICAÇÃO

DECLARAÇÃO de opção ou não da desoneração da folha de pagamento Lei 13.161/2015

Modelo sugerido 01 – DESTE ANEXO V

DECLARAÇÃO de enquadramento sindical.

Modelo sugerido 02 – DESTE ANEXO V

PLANILHA de Composição de Preços Unitários.

Modelo sugerido 03 – DESTE ANEXO V

TABELA de encargos sociais horista/mensalista

Modelo sugerido 04 – DESTE ANEXO V

PLANILHA de Composição do BDI

Modelo sugerido 05 – DESTE ANEXO V

DECLARAÇÃO de ciência e concordância com os critérios de avaliação de desempenho

Modelo sugerido 06 – DESTE ANEXO V



**ANEXO V - MODELO 01 - DECLARAÇÃO DE OPÇÃO OU NÃO PELA DESONERAÇÃO
DA FOLHA DE PAGAMENTO LEI Nº 13.161/2015 – DE 31 DE AGOSTO DE 2015**

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: *(inserir)*

[Qualificação da empresa proponente] _____, pessoa jurídica
de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede
_____, através de seu representante legal, conforme faculta
a Lei nº 13.161/2015, DECLARA estar inserida na seguinte situação:

(assinalar a opção correspondente à situação da empresa):

- ☐ OPTANTE pela aplicação da desoneração da Folha de Pagamento;
☐ NÃO OPTANTE pela aplicação da desoneração da Folha de Pagamento.

Local e Data.

Assinatura devidamente identificada

Nome completo

RESPRESENTANTE LEGAL

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ



ANEXO V - MODELO 02 - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO SINDICAL

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO
OBJETO: *(inserir)*

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que os trabalhadores da empresa (inserir nome da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº, CNAE principal:, com sede....., Bairro....., em- PR., são representados ou afiliados ao(s) (inserir nome do(s) sindicato(s) da(s) categoria(s) profissional(is), inscrito no CNPJ sob o nº entidade(s) que celebra(m) Convenções Coletivas ou Acordos Coletivos que estabelecem os pisos salariais e demais normas complementares da relação empregatícia, cuja data-base encontra-se legalmente fixada(s) no(s) dia(s) (inserir as datas da DATA-BASE dos respectivos sindicatos), respectivamente.

Anexa a esta declaração, encontra(m)-se a(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ou Acordos Coletivos que estabelecem os pisos salariais e demais normas complementares da relação empregatícia.

Para que surtam os efeitos legais firma-se o presente na (pessoa do Presidente), ou representante legal dessa entidade Declarante.

Local e Data.

Assinatura devidamente identificada

Nome completo

REPRESENTANTE LEGAL

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ

ANEXO V - MODELO 03 - MODELO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

(em papel timbrado da empresa)

ATENÇÃO: as Composições de preços unitários deverão seguir os padrões de apresentação conforme definido pela SMOP na aba “COMPOSIÇÕES” constante da planilha de orçamento fornecida em Excel anexo ao Edital.

Em virtude da grande quantidade de documentos técnicos (termo de referência, memorial descritivo, projetos, orçamentos e cronogramas) entre outras informações, os arquivos correspondentes estão disponibilizados, para “download”, no link abaixo:

Link:

Senha de acesso:

O “link” em questão será expirado na data de/....../2026 todavia, os referidos arquivos também estão disponíveis, permanentemente, para “download”, no “Portal da Transparência”, do sítio eletrônico da Prefeitura de Curitiba, através do link:

<https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/licitacoes.aspx>

onde poderá ser realizada a consulta através do número e modalidade da licitação.



ANEXO V - MODELO 04 - TABELAS DE ENCARGOS SOCIAIS

 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS JANEIRO 2025 - COM DESONERAÇÃO		 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS JANEIRO 2025 - COM DESONERAÇÃO	
A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS		A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	Mensalista
> A1 Previdência Social - INSS	5,00%	> A1 Previdência Social - INSS	5,00%
> A2 Serviço Social da Indústria (Sesi)	1,50%	> A2 Serviço Social da Indústria (Sesi)	1,50%
> A3 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1,00%	> A3 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1,00%
> A4 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	0,20%	> A4 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	0,20%
> A5 Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE)	0,60%	> A5 Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE)	0,60%
> A6 Salário Educação	2,50%	> A6 Salário Educação	2,50%
> A7 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S)	8,00%	> A7 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S)	8,00%
> A8 Seguro contra Acidente de trabalho.(INSS)	3,00%	> A8 Seguro contra Acidente de trabalho.(INSS)	3,00%
> A9 Seconci	1,00%	> A9 Seconci	1,00%
> TOTAL (A)	22,80%	> TOTAL (A)	22,80%
> B - ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE "A"		> B - ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE "A"	
> B1 Repouso Semanal e Feriados	17,91%	> B1 Repouso Semanal e Feriados	0,00%
> B2 Feriados	3,97%	> B2 Feriados	0,00%
> B3 Auxílio Enfermidade	0,86%	> B3 Auxílio Enfermidade	0,65%
> B4 13º Salário	11,07%	> B4 13º Salário	8,33%
> B5 Licença Paternidade	0,07%	> B5 Licença Paternidade	0,05%
> B6 Faltas Justificadas	0,74%	> B6 Faltas Justificadas	0,56%
> B7 Dias de Chuva	1,70%	> B7 Dias de Chuva	0,00%
> B8 Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	> B8 Auxílio Acidente de Trabalho	0,07%
> B9 Férias Gozadas	12,55%	> B9 Férias Gozadas	9,45%
> B10 Salário Maternidade	0,03%	> B10 Salário Maternidade	0,03%
> TOTAL (B)	49,00%	> TOTAL (B)	19,14%
> C - ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE "A"		> C - ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE "A"	
> C1 Aviso Prévio Indenizado	5,48%	> C1 Aviso Prévio Indenizado	4,12%
> C2 Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	> C2 Aviso Prévio Trabalhado	0,10%
> C3 Férias Indenizadas	1,68%	> C3 Férias Indenizadas	1,27%
> C4 Depósito Recisão Sem Justa Causa	2,81%	> C4 Depósito Recisão Sem Justa Causa	2,12%
> C5 Indenização Adicional	0,46%	> C5 Indenização Adicional	0,35%
> TOTAL (C)	10,56%	> TOTAL (C)	7,96%
> D - TAXAS DE REINCIDÊNCIAS		> D - TAXAS DE REINCIDÊNCIAS	
> D1 Reincidência de "A" sobre "B"	10,62%	> D1 Reincidência de "A" sobre "B"	3,95%
> D2 Reincidência de "A" sobre "C2" e Reincidência de "A7" sobre "C1".	0,47%	> D2 Reincidência de "A" sobre "C2" e Reincidência de "A7" sobre "C1".	0,35%
> TOTAL (D).....	11,09%	> TOTAL (D).....	4,30%
TOTAL GERAL.....	93,45%	TOTAL GERAL.....	54,20%
		Células não editáveis (com fórmula) Células não editáveis (valor obrigatório) Células editáveis (Sendo CCT SINDUSCON x SINTRACON, ou que contribuam ao SECONCI lançar o valor de 1%) Células editáveis se for apresentado o Certificado do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, homologado pelo INSS) Células editáveis (deverão ser justificadas em caso de diligência)	



 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS JANEIRO 2025 - SEM DESONERAÇÃO		 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS JANEIRO 2025 - SEM DESONERAÇÃO	
<u>A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</u>		<u>A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</u>	
	Horista		Mensalista
> A1 Previdência Social - INSS	20,00%	> A1 Previdência Social - INSS	20,00%
> A2 Serviço Social da Indústria (SESI)	1,50%	> A2 Serviço Social da Indústria (SESI)	1,50%
> A3 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1,00%	> A3 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1,00%
> A4 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	0,20%	> A4 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	0,20%
> A5 Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE)	0,60%	> A5 Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE)	0,60%
> A6 Salário Educação	2,50%	> A6 Salário Educação	2,50%
> A7 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S)	8,00%	> A7 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S)	8,00%
> A8 Seguro contra Acidente de trabalho (INSS)	3,00%	> A8 Seguro contra Acidente de trabalho (INSS)	3,00%
> A9 Seconci	1,00%	> A9 Seconci	1,00%
> TOTAL (A)	37,80%	> TOTAL (A)	37,80%
<u>B - ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE "A"</u>		<u>B - ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE "A"</u>	
> B1 Repouso Semanal e Feriados	17,91%	> B1 Repouso Semanal e Feriados	0,00%
> B2 Feriados	3,97%	> B2 Feriados	0,00%
> B3 Auxílio Enfermidade	0,86%	> B3 Auxílio Enfermidade	0,65%
> B4 13º Salário	11,07%	> B4 13º Salário	8,33%
> B5 Licença Paternidade	0,07%	> B5 Licença Paternidade	0,05%
> B6 Faltas Justificadas	0,74%	> B6 Faltas Justificadas	0,56%
> B7 Dias de Chuva	1,70%	> B7 Dias de Chuva	0,00%
> B8 Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	> B8 Auxílio Acidente de Trabalho	0,07%
> B9 Férias Gozadas	12,55%	> B9 Férias Gozadas	9,45%
> B10 Salário Maternidade	0,03%	> B10 Salário Maternidade	0,03%
> TOTAL (B)	49,00%	> TOTAL (B)	19,14%
<u>C - ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE "A"</u>		<u>C - ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE "A"</u>	
> C1 Aviso Prévio Indenizado	5,48%	> C1 Aviso Prévio Indenizado	4,12%
> C2 Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	> C2 Aviso Prévio Trabalhado	0,10%
> C3 Férias Indenizadas	1,68%	> C3 Férias Indenizadas	1,27%
> C4 Depósito Recisão Sem Justa Causa	2,81%	> C4 Depósito Recisão Sem Justa Causa	2,12%
> C5 Indenização Adicional	0,46%	> C5 Indenização Adicional	0,35%
> TOTAL (C)	10,56%	> TOTAL (C)	7,96%
<u>D - TAXAS DE REINCIDÊNCIAS</u>		<u>D - TAXAS DE REINCIDÊNCIAS</u>	
> D1 Reincidência de "A" sobre "B"	18,52%	> D1 Reincidência de "A" sobre "B"	7,23%
> D2 Reincidência de "A" sobre "C2" e Reincidência de "A7" sobre "C1"	0,49%	> D2 Reincidência de "A" sobre "C2" e Reincidência de "A7" sobre "C1"	0,37%
> TOTAL (D)	19,01%	> TOTAL (D)	7,60%
TOTAL GERAL	116,37%	TOTAL GERAL	72,50%
		<div> <div></div> <div>Células não editáveis (com fórmula)</div> </div> <div> <div></div> <div>Células não editáveis (valor obrigatório)</div> </div> <div> <div></div> <div>Células editáveis (Sendo CCT SINDUSCON x SINTRACON, ou que contribuem ao SECONCI lançar o valor de 1%)</div> </div> <div> <div></div> <div>Células editáveis se for apresentado o Certificado do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, homologado pelo INSS)</div> </div> <div> <div></div> <div>Células editáveis (deverão ser justificadas em caso de diligência)</div> </div>	

Os referidos arquivos também estão disponíveis, permanentemente, para “download”, no “Portal da Transparência”, do sítio eletrônico da Prefeitura de Curitiba, através do link:

<https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/licitacoes.aspx>

onde poderá ser realizada a consulta através do número e modalidade da licitação.

ANEXO V - MODELO 05 - COMPOSIÇÃO DE B.D.I.

CÁLCULO DO B.D.I. PARA ALÍQUOTA DE I.S.S. = 0,00 %		
OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE DRENAGEM PMC		
Itens Componentes do B.D.I		
Administração Central (AC) =		4,93%
Seguro e garantia (S) =		0,49%
Risco (R) =		1,39%
Despesas financeiras (DF) =		0,99%
Lucro (L) =		8,04%
PIS, COFINS (I) =		3,65%
ISS (I) =		0,00%
Cont. Prev. S/ Receita Bruta - Desoneração (I) =		0,00%
		B.D.I
		SEM Desoneração 20,95%
		COM Desoneração

	Células editáveis em caso de empresa optante pelo Simples Nacional.
	Células editáveis, respeitando os valores mínimos e máximos.

1. Para o Cálculo do BDI deverão ser obedecidas as normativas constantes do Acórdão Nº 2662/2013 - TCU.
2. Quando os valores das parcelas extrapolarem os valores mínimos ou máximos, deverão ser justificados.

$$BDI = \{ [(((1+AC+S+R+G) * (1+DF) * (1+L)) / (1-I)) - 1] * 100$$

Os referidos arquivos também estão disponíveis, permanentemente, para “download”, no “Portal da Transparência”, do sítio eletrônico da Prefeitura de Curitiba, através do link:

<https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/licitacoes.aspx>

onde poderá ser realizada a consulta através do número e modalidade da licitação.

ANEXO V - MODELO 06 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: *(inserir)*

[Qualificação da empresa proponente] _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede _____, através de seu representante legal, DECLARA ciência e concordância com os critérios de avaliação de desempenho de serviços indicados abaixo:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS	
1.0 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	Pontos
1.1 Atende totalmente - Cronograma físico em conformidade com o previsto.	2
1.2 Atende parcialmente - Cronograma físico com atraso inferior a 20% do previsto.	1
1.3 Não atende - Cronograma físico com atraso superior a 20% do previsto.	0
2.0 ATENDIMENTO À FISCALIZAÇÃO	
2.1 Atende totalmente - Estabelece uma interação profissional entre o engenheiro preposto e a fiscalização, estando em grande parte do tempo à frente dos serviços, atendendo as solicitações dos mesmos.	2
2.2 Atende parcialmente - Estabelece uma interação profissional entre o engenheiro preposto e a fiscalização, mas não gerencia adequadamente a execução dos serviços ocasionando dificuldades em atender às solicitações da mesma.	1
2.3 Não atende - Não atende a fiscalização de forma sistemática no recebimento de comunicações e notificações formais ou o engenheiro preposto raramente encontra-se à frente dos serviços.	0
3.0 QUALIDADE DOS SERVIÇOS	
3.1 Atende totalmente - Serviços executados conforme padrões, normas técnicas e atendendo o Caderno de Encargos da SMOP (quando couber).	2
3.2 Atende parcialmente - Serviços executados conforme padrões, normas técnicas e atendendo o Caderno de Encargos da SMOP (quando couber), mas com não conformidades durante o período de avaliação.	1



3.3 Não atende - Serviços executados em desacordo com as normas técnicas, com diversas não conformidades, exigindo a reexecução dos serviços.	0
4.0 EQUIPAMENTOS, INSUMOS E TÉCNICA	
4.1 Atende totalmente - Equipamentos adequados com os serviços e compatíveis com o cronograma físico da obra/serviço, com produção de equipe normal. Insumos em conformidade com as especificações técnicas. Técnica de execução compatível com as normas da SMOP.	1
4.2 Atende parcialmente - Equipamentos alternativos não utilizados usualmente neste tipo de serviço, com produção de equipe inferior ao cronograma físico. Parte dos insumos em não conformidade com as especificações técnicas. Técnica de execução compatível com as normas da SMOP.	0,5
4.3 Não atende - Equipamentos inadequados ou em número insuficiente para atendimento do cronograma físico ou manutenção deficitária. Insumos ou técnicas de execução inadequadas.	0
5.0 EQUIPE TÉCNICA	
5.1 Atende totalmente – Equipe técnica compatível ao serviço contratado e produção adequada ao cronograma físico.	1
5.2 Atende parcialmente - Equipe técnica compatível ao serviço contratado e produção inferior ao cronograma físico.	0,5
5.3 Não atende - Equipe técnica e produção não compatível ao serviço contratado.	0
6.0 SEGURANÇA DO TRABALHO	
6.1 Atende totalmente – Equipamento de proteção individual adequado à legislação, preocupação permanente com funcionários e eventuais usuários do espaço nos serviços.	1
6.2 Não atende – Equipamento de proteção individual não adequados à legislação ou desinteresse com a segurança dos eventuais usuários do espaço nos serviços.	0
7.0 ADMINISTRAÇÃO E INSTALAÇÃO DA OBRA	
7.1 Atende totalmente – Administração eficiente dos serviços. Canteiro de obras/serviços compatível ao desenvolvimento das atividades.	1
7.2 Atende parcialmente – Administração eficiente dos serviços/obra com algumas não conformidades. Canteiro de obras/serviços parcialmente inadequado às atividades.	0,5



7.3 Não atende – Administração ineficiente dos serviços/obra. Canteiro de obras/serviços incompatível ao desenvolvimento das atividades.	0
TOTAL.....	10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS		
DEPARTAMENTO DE PONTES E DRENAGEM		
FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS MEDIDOS NO PERÍODO		
LICITAÇÃO n°	O.S. n °:	EMPRESA:
OBRA/SERVIÇO:		MEDIÇÃO N°:
PERÍODO:		VALOR:
ITEM		PONTOS
1. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO		
2. ATENDIMENTO A FISCALIZAÇÃO		
3. QUALIDADE DOS SERVIÇOS		
4. EQUIPAMENTOS, INSUMOS E TÉCNICA		
5. EQUIPE TÉCNICA		
6. SEGURANÇA DO TRABALHO		
7. ADMINISTRAÇÃO E INSTALAÇÃO DA OBRA		
PONTUAÇÃO DE DESEMPENHO:		
VALOR DA FATURA:		
ATESTADO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
ATESTAMOS QUE OS SERVIÇOS, OBJETO DO FATURAMENTO ANEXO, FORAM EXECUTADOS DE ACORDO COM A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO		



SUPRA, ESTANDO SEU VALOR CORRETO E DE CONFORMIDADE COM A RESPECTIVA LICITAÇÃO E ORDEM DE SERVIÇO.		
Data: / /		
DIRETOR	GESTOR	FISCAL

Local e Data.

Assinatura devidamente identificada

Nome completo

RESPRESENTANTE LEGAL

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ

ANEXO VI – DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

Os documentos de habilitação exigidos na licitação estão descritos no Capítulo 21 deste termo de referência, conforme informado abaixo:

1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Para a comprovação da qualificação Jurídica a proponente deverá apresentar os documentos indicados no item **21.1** do Termo de Referência

2. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO TÉCNICA:

Para a comprovação da qualificação técnica a proponente deverá apresentar os documentos indicados no item **21.2** do Termo de Referência.

3. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Para a comprovação da Regularidade Fiscal a proponente deverá apresentar os documentos indicados no item **21.3** do Termo de Referência.

4. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Para a comprovação da qualificação Econômica - Financeira a proponente deverá apresentar os documentos indicados no item **21.4** do Termo de Referência.

OBSERVAÇÕES:

- (1)** Os documentos solicitados neste ANEXO deverão estar dentro de seus prazos de validade. No caso de o documento não ter prazo de validade estabelecido, este deverá ser expedido com data não superior a 90 (noventa) dias corridos da data de abertura do presente certame licitatório.
- (2)** A inverdade relativa às DECLARAÇÕES ora prestadas sujeita a declarante às penalidades legais, dentre elas a exclusão do certame licitatório.
- (3)** As Declarações e outros anexos deverão, de preferência, atender os termos dos modelos apresentados neste edital.
- (4)** As proponentes que não apresentarem os documentos exigidos ou apresentarem em desacordo serão inabilitadas, caso não seja possível o saneamento de mero erro que não afete a isonomia entre os licitantes.

ANEXO VII – MODELOS DE DECLARAÇÃO - HABILITAÇÃO

Modelos Sugeridos

DECLARAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO NA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e de inexistência de fato impeditivo a participação na licitação - **Modelo sugerido 01 – deste ANEXO VII.**

DECLARAÇÃO dos índices contábeis, relação de compromissos assumidos e tipo de contabilização de empresa enquadrada dentro da Lei Complementar nº 123/2006, assinado por contador com registro de CRC - **Modelo sugerido 02 – deste ANEXO VII.**

DECLARAÇÃO de indicação e autorização de responsável técnico e preposto - **Modelo sugerido 03 – deste ANEXO VII.**

DECLARAÇÃO FORMAL relativa à visita técnica - **Modelo sugerido 04 – deste ANEXO VII.**

DECLARAÇÃO de que atendem aos requisitos de habilitação, bem como de que sua proposta está em conformidade com as exigências estipuladas no presente processo licitatório e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei - **Modelo Sugerido 05 – deste ANEXO VII.**

DECLARAÇÃO de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata inc. IV o art. 63 da Lei nº 14.133/2021, caso se enquadre nesta exigência - **Modelo sugerido 06 – deste ANEXO VII.**

DECLARAÇÃO de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. A não apresentação leva a desclassificação - **Modelo sugerido 07 – deste ANEXO VII.**

DECLARAÇÃO de observância dos Arts. 78º, Parágrafo único e 98º, da Lei Orgânica do Município de Curitiba - **Modelo sugerido 08 – deste ANEXO VI.**

DECLARAÇÃO de idoneidade - **Modelo sugerido 09 – deste ANEXO VI.**



**ANEXO VII - MODELO 01 - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO INC XXXIII, ART 7º
CEF E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: *(inserir)*

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, residente e domiciliado (*citar a cidade, rua, estado, CEP*), portador da cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, **DECLARA**, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

DECLARA, também, para fins de participação no certame da **INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, nos termos do art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Obs.: *em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.*

Local e Data.

Assinatura devidamente identificada

Nome completo
**REPRESENTANTE
LEGAL**

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ

ANEXO VII - MODELO 02 - DECLARAÇÃO DOS ÍNDICES CONTÁBEIS, DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS E TIPO DE CONTABILIZAÇÃO DA EMPRESA

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: (inserir)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____ e do seu Contador(a) Sr.(a) _____, portador da cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____ e do CRC nº _____, abaixo assinados:

- **DECLARA** sob as penas da Lei, que as DEMONSTRAÇÕES abaixo correspondem a real situação desta Empresa, e, que a qualquer tempo, desde que solicitado pela Administração, nos comprometemos a apresentar as Demonstrações Financeiras que comprovarão as informações.

TIPO DE ÍNDICE	Exerc. Anterior ()	Último Exercício ()
Índice de Liquidez Geral (ILG) $\geq 1,00$: ILG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)		
Índice de Liquidez Corrente (ILC) $\geq 1,00$: ILC = Ativo Circulante/Passivo Circulante		
Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$: SG = Ativo Total / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)		
Grau de Endividamento (GE) $\leq 0,35$ GE = (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) / Ativo Total		
Capital Circulante Líquido (CCL) $\geq 16,66\%$ do Valor Estimado da Contratação CCL = (Ativo Circulante – Passivo Circulante) / Valor anual máximo para contratação x 100		
Relação dos Compromissos Assumidos (RCA): Patrimônio Líquido $\geq 1/12$ do valor total dos contratos assumidos; RCA = $\geq 1/12$ Total dos contratos firmados / 12		
Patrimônio Líquido (PL) $\geq 10\%$ do valor anual estimado da contratação PL = Patrimônio Líquido / Valor Anual Estimado da Contratação x 100		

ONDE:			
Índices:	Informações do Balanço:	Exerc. Anterior ()	Último Exercício ()
ILG = Índice de Liquidez Geral	AC = Ativo Circulante		
ILC = Índice de Liquidez Corrente	RLP = Realizável a Longo Prazo		
SG = Solvência Geral	III = Imobilizado, Investimentos e Intangível		
GE = Grau de Endividamento	AT = Ativo Total		
CCL = Capital Circulante Líquido	PC = Passivo Circulante		
RCA = Relação Anual dos Compromissos Assumidos	PNC = Passivo Não Circulante		
PL = Patrimônio Líquido	Cap = Capital		
	RC = Reservas de Capital		
	RLP = Reservas de Lucros ou Prejuízos Acumulados		
	PL = Patrimônio Líquido		
	PT = Passivo Total		

Os índices deverão ser apresentados com 02 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.



- **DECLARA**, nos termos do § 3º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, que possuímos os compromissos assumidos relacionados abaixo, decorrentes de contratos em vigor e que ainda não foram totalmente executados, que importam diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

Relação dos Compromissos Assumidos - RCA

Item	Nº do Contrato	Contratante	Vigência do Contrato	Obra ou Serviço	Valor do Compromisso/ Contrato (R\$)	Valor já Faturado (R\$)	Valor Remanescente (R\$)
1							
2							
3							
4							
5							
6							
...							
VALOR TOTAL DOS CONTRATOS FIRMADOS							

A proporção de 1/12 (um doze avos) da Relação de Compromissos Assumidos (RCA) da licitante não poderá ser superior ao seu Patrimônio Líquido, de acordo com a seguinte fórmula: **RCA = PL ≥ TOTAL DOS CONTRATOS FIRMADOS / 12**

- **DECLARA** ainda, para todos os fins e efeitos legais, com relação aos Balanços de ____/____/____ e ____/____/____ apresentados nesta licitação, que a empresa..... pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob nº, NIRE nº, com sede à....., Bairro....., em- PR.

(assinalar a opção correspondente à situação da empresa):

[] ESTÁ sujeita à ECD - Escrituração Contábil Digital instituída pelo Decreto Federal nº 6022/2007 e Instrução Normativa nº 787/2007-RFB, (a partir do ano calendário de 20____);

[] NÃO ESTÁ sujeita à ECD - Escrituração Contábil Digital instituída pelo Decreto Federal nº 6022/2007 e Instrução Normativa nº 787/2007-RFB.

Os Signatários da presente, supracitados, **DECLARAM**, ainda, para todos os fins e efeitos legais, que a empresa optou pela tributação pelo regime de Lucro (*citar o regime tributário federal optante de seu enquadramento específico*), para fins de recolhimento de COFINS e PIS, e que a contabilidade da empresa está regularmente escriturada, sendo que todos os valores apresentados pela empresa se encontram devidamente contabilizados.

TIPO DE TRIBUTACAO DO IRPJ:

Local e Data.

Assinaturas devidamente identificadas

RESPONSÁVEL LEGAL
[Nome, RG n.º e Assinatura]

CONTADOR
[Nome, RG n.º, CRC n.º e Assinatura]



**ANEXO VII - MODELO 03 - DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE
RESPONSÁVEL TÉCNICO E PREPOSTO**

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: *(inserir)*

O abaixo assinado, _____ portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____, residente e domiciliado a rua _____, na cidade de _____ Estado do Paraná, CEP nº _____ na qualidade de Responsável Legal pela empresa _____, vem pela presente, indicar o(s) Profissional(is) para atuar(em) como Responsável Técnico e Preposto pelos serviços do objeto a ser contratado, caso venhamos a vencer a referida licitação.

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	PREPOSTO
Nome completo		
Profissão		
CREA nº / CAU nº		
CPF nº		
RG nº		
Telefone com prefixo		
Endereço(s) eletrônico(s)		

1. O Profissional Responsável Técnico não necessita ser funcionário da empresa na data prevista para recebimento dos documentos de “Propostas de Preços” e de “Habilitação”. Porém, será condição prévia para a assinatura do contrato que o Profissional indicado seja sócio, que pertença ao quadro da empresa ou possua contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum. Esta comprovação se fará, se funcionário, mediante cópia da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa, referente a sua contratação. No caso de sócio, se fará através do Contrato Social ou Ata de Constituição da empresa proponente. O vínculo com o Profissional indicado poderá ser comprovado com a apresentação de contrato de prestação de serviços referente ao serviço de engenharia a ser contratado com a Administração Pública Municipal, o qual deverá estar vigente até o momento do recebimento definitivo da obra/serviço.

2. **DECLARAMOS**, que esta empresa está ciente e se compromete a apresentar ao Gestor do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) – ARTs do(s) profissional(is) acima, que atuará(ão) como Responsável(is) Técnico(s) e do Engenheiro responsável pela Fiscalização dos serviços em objeto, o qual será indicado pelo Departamento requisitante.



3. **DECLARAMOS** ainda, que os profissionais indicados estarão disponíveis durante toda a execução do contrato, inclusive nos momentos de apresentação de produtos e reuniões técnicas.

4. Segue as devidas **Autorizações dos Profissionais**:

<p>Eu, ____ (Nome Completo e Profissão) AUTORIZO minha inclusão como Responsável Técnico pela execução dos serviços inerentes ao objeto constante no certame licitatório em epígrafe.</p> <p><i>Assinatura devidamente identificada</i></p> <p>Nome completo do Profissional</p>	<p>Eu, ____ (Nome Completo e Profissão) AUTORIZO minha inclusão como Preposto na equipe técnica dos serviços, objeto da licitação em epígrafe, bem como DECLARO que não estarei vinculado a quaisquer outros serviços na data de assinatura do contrato, exceto quando contratado com a Administração Pública Municipal de Curitiba, desde que observado a jornada de trabalho diário semanal prevista em legislação e determinações previstas no edital supracitado.</p> <p><i>Assinatura devidamente identificada</i></p> <p>Nome completo do Profissional</p>
---	--

Local e Data.

Assinatura devidamente identificada

Nome completo

RESPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ



ANEXO VII - MODELO 04 – DECLARAÇÃO FORMAL DE VISITA TÉCNICA

(papel timbrado da empresa)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, **DECLARA** declinar da possibilidade de realizar VISITA TÉCNICA para a obtenção de maiores informações sobre o objeto da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026, conforme dispõe o edital da licitação em referência.

DECLARA, ainda, sob as penas da Lei, que tem conhecimento de todas as informações, peculiaridades e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da licitação e à formulação de sua proposta, assumindo total responsabilidade por esse fato e informa que não se valerá dessa circunstância para qualquer questionamento ou pleito futuro de natureza geográfica, técnica e/ou financeira, isentando a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, de qualquer reclamação e/ou reivindicação da parte da empresa.

Local e data,

(responsável técnico)

(representante legal)

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ



**ANEXO VII - MODELO 05 - DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: *(inserir)*

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, **DECLARA** de que atendem aos requisitos de habilitação, e de que tem ciência que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, para o atendimento do objeto da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Bem como, **DECLARA** que sua proposta está em conformidade com as exigências estipuladas no presente processo de contratação.

Local e data,

Representante legal

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



**ANEXO VII - MODELO 06 - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA**

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: *(inserir)*

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, **DECLARA**, para os devidos fins, que a empresa a qual represento dá cumprimento a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social ou para menor aprendiz e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, e em outras normas específicas conforme disposto no art. Inciso IV, do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DECLARA, ainda, que assim permanecerá atendendo os ditames legais supracitados durante todo o período de sua contratação, para o atendimento do objeto da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº [____/2025], conforme dispõe o edital da licitação em referência, em conformidade com o art. 116 da mesma Lei Federal 14.133/2021.

Local, ____ de _____ de 2026.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



ANEXO VII - MODELO 07 - DECLARAÇÃO ACERCA DAS PROPOSTAS ECONÔMICAS

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO
OBJETO: *(inserir)*

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da lei, em atendimento ao disposto no Art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

DECLARA, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração implicará nas sanções legais cabíveis.

Local e data,

Representante legal

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



**ANEXO VII - MODELO 08 - DECLARAÇÃO QUANTO À OBSERVÂNCIA DOS ARTS. 78º,
PARÁGRAFO ÚNICO E 98º, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: *(inserir)*

A empresa [inserir nome da empresa], pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob n.º [inserir número], com sede [inserir o endereço da sede empresa proponente], o Sr. (ª) [inserir nome] portador (a) da carteira de identidade nº [inserir número] e inscrito no CPF nº [inserir número], **DECLARA** sob as penas da lei, em atendimento ao art. 98 da Lei Orgânica do Município do município de Curitiba, que:

- 1) Nenhum dos seus sócios, diretores, administradores, controladores ou integrantes de conselho diretivo exerce cargo de servidor efetivo, empregado público ou comissionado na Administração direta ou indireta do Município de Curitiba;
- 2) Nenhum de seus representantes legais, tampouco seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, possui vínculo com servidor municipal que atue na formalização do contrato, direção ou ordenação de despesa, bem como na licitação, fiscalização ou gestão contratual relacionada ao objeto pretendido neste certame;
- 3) Declara ainda estar ciente de que a inveracidade das informações aqui prestadas poderá ensejar a apuração de responsabilidades e aplicação das sanções cabíveis, conforme §2º do art. 98 da Lei Orgânica do Município, com redação dada pela Emenda nº 22/2023.
- 4) Não possui, em seu quadro de diretores, proprietários, controladores ou conselheiros, pessoas que atualmente ocupem ou que tenham ocupado, nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de assinatura desta declaração, os seguintes cargos na administração pública direta ou indireta do Município de Curitiba:
 - a. Secretário Municipal;
 - b. Procurador Geral do Município;
 - c. Presidente de Entidade da Administração Indireta Municipal;
 - d. Ocupante de função com poder de ordenação de despesas públicas.
- 5) Da mesma forma, não possui, em seu quadro de diretores, proprietários, controladores ou conselheiros, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, das pessoas mencionadas no item 4, que mantenham ou tenham mantido vínculo com a administração pública municipal no período vedado pela referida Lei Orgânica.

Sem mais, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Local e Data

[Nome, RG n.º e Assinatura do Responsável Legal]



ANEXO VII - MODELO 09 - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE (art. 16. DM 2051/2025)

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: *(inserir)*

A empresa [inserir nome da empresa], pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob n.º [inserir número], com sede [inserir o endereço da sede empresa proponente], o Sr. (ª) [inserir nome] portador (a) da carteira de identidade nº [inserir número] e inscrito no CPF nº [inserir número], **DECLARA** para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que:

1. Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas, nos termos do inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
2. Não se encontra suspensão de participar em licitações e impedida de contratar com o Município de Curitiba.
3. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e que se compromete a comunicar qualquer evento superveniente que possa alterar sua situação quanto à idoneidade.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Local e Data

[Nome, RG n.º e Assinatura do Responsável Legal]



**ANEXO VII - MODELO 10 - DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA LICITANTE DECLINOU
DA VISTORIA TÉCNICA**

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 - SMOP/OPO

OBJETO: (inserir)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, **DECLARA declinar da possibilidade de realizar VISITA TÉCNICA** para a obtenção de maiores informações sobre o objeto da CONCORRÊNCIA Nº ____/2026, conforme dispõe o edital da licitação em referência.

DECLARA, ainda, sob as penas da Lei, que tem conhecimento de todas as informações, peculiaridades e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informa que não utilizará para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças geográficas, técnicas ou financeiras, isentando a Secretaria Municipal de Obras Públicas, de qualquer reclamação e/ou reivindicação da parte da empresa.

Local e data,

nome e nº da identidade do proponente licitante (responsável legal)

Obs.: Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.

ANEXO VIII – ORÇAMENTO, COMPOSIÇÕES, COTAÇÕES, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ÍNDICES DE REAJUSTE

Em virtude da grande quantidade de documentos técnicos (termo de referência, memorial descritivo, projetos, orçamentos e cronogramas) entre outras informações, os arquivos correspondentes estão disponibilizados, para “download”, no link abaixo:

Link:

Senha de acesso:

O “link” em questão será expirado na data de/....../2026 todavia, os referidos arquivos também estão disponíveis, permanentemente, para “download”, no “Portal da Transparência”, do sítio eletrônico da Prefeitura de Curitiba, através do link:

<https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/licitacoes.aspx>

onde poderá ser realizada a consulta através do número e modalidade da licitação.



ANEXO IX – PROJETOS

Em virtude da grande quantidade de documentos técnicos (termo de referência, memorial descritivo, projetos, orçamentos e cronogramas) entre outras informações, os arquivos correspondentes estão disponibilizados, para “download”, no link abaixo:

Link:

Senha de acesso:

O “link” em questão será expirado na data de/....../2026 todavia, os referidos arquivos também estão disponíveis, permanentemente, para “download”, no “Portal da Transparência”, do sítio eletrônico da Prefeitura de Curitiba, através do link:

<https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/licitacoes.aspx>

onde poderá ser realizada a consulta através do número e modalidade da licitação.



ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº. **XXX**, que entre si
fazem o **MUNICÍPIO DE**
CURITIBA e a empresa
XXXXXXX

Aos xxxxxxxx dias do mês de xxxxxxxx do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no Palácio 29 de Março, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE CURITIBA**, CNPJ nº 76.417.005/0001-86, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras Públicas, LUIZ FERNANDO DE SOUZA JAMUR, CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, na qualidade de Ordenador de Despesas e de outro lado a empresa XXXXXXX, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na XXXXXXXXXX, nº XXXX – Bairro XXXXX XXXX, no Município de **Curitiba**, neste ato representada por XXXXXXX, CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, tendo em vista o contido no processo administrativo **01-004815/2026 - PMC**, referente ao Edital de **Concorrência Eletrônica nº XX/2026 – SMOP**, resolveram e acordaram firmar o presente contrato, obedecidas as condições estabelecidas na Lei Federal nº. 14.133, de 01º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 700/2023, no Decreto Municipal nº 1206/2023, no que couber, e as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A presente contratação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada de engenharia para a Execução de muros em gabião para controle de erosão do rio Barigui, no trecho localizado entre as ruas Prof. Algacyr Munhoz Mader e Andréa Guimarães, paralelo à rua Bernardo Meyer, no bairro Cidade Industrial de Curitiba**, a serem executados com recursos do Município e recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, repassados por meio da CAIXA através do Termo de Compromisso nº 0351.030-77/2011 celebrado entre o Governo Federal e o Município de Curitiba, cuja caracterização e abrangência estão descritas no edital e seus anexos, obedecidas as condições constantes do Edital de Concorrência Eletrônica nº CE/XXX/2026 – SMOP/OPO o qual, juntamente com a Proposta da **CONTRATADA**, datada de xx/xx/2026, e as condições de contrato expressas no Edital e seus Anexos, passam a fazer parte deste contrato como se nele estivessem expressamente reproduzidos.

Parágrafo primeiro

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações dos serviços constantes do Orçamento e de acordo com o Termo de Referência e demais anexos constantes no Edital de Licitação.

Parágrafo segundo

Este termo de contrato vincula-se aos seguintes documentos, independentemente de transcrição:

- I. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- II. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;



- III. A Proposta da **CONTRATADA**;
- IV. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Parágrafo terceiro

Aplica-se a esta contratação a Lei Federal nº 14.133/2021 e os Decretos Municipais nº 700/2023 e 1206/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é de **270 (duzentos e setenta) dias, contados da data de assinatura do contrato**, atendendo ao preconizado no artigo 80, inciso II, do Decreto Municipal nº 700/2023 e o prazo de execução é de **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data da emissão da ordem de serviço, prorrogável na forma do artigo 111, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 700/2023.

Parágrafo primeiro

A execução dos serviços terá início a contar da data da emissão da respectiva ordem de serviço.

Parágrafo segundo

Os contratos assinados de forma física consideram-se celebrados na data indicada acima das assinaturas no final do instrumento.

Parágrafo terceiro

Os contratos assinados digitalmente consideram-se celebrados na data da última assinatura, dentre as partes contratantes.

Parágrafo quarto

Excepcionalmente, serão admitidos documentos assinados apenas na forma física ou documentos híbridos, que comportem assinaturas físicas e digitais, caso em que deverá ser observado o contido no artigo 77, parágrafo 1.º, do Decreto 700/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR

Pelos serviços efetivamente executados conforme objeto do presente contrato, a CONTRATADA receberá mensalmente os valores máximos previstos no Cronograma de Execução, de acordo com os preços e quantidades integrantes da proposta aprovada, sendo os pagamentos efetuados por medição. O valor global máximo para este contrato é de R\$ XXXXXXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Parágrafo primeiro

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e, enfim, todos os custos diretos e indiretos, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo segundo

Os pagamentos serão efetuados por medição de serviços efetivamente atestadas, de acordo com o contido no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.



CLÁUSULA QUARTA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta a dotação orçamentária abaixo discriminada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
11001.18543.0006.1080.449051.3.1.751
11001.18543.0006.1080.449051.7.1.000

CLÁUSULA QUINTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Por ocasião da assinatura do presente contrato, a CONTRATADA depositou, a título de caução e como garantia de cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância de R\$ XXX.XXX,XX (xxxxxxxxxx), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para o **LOTE ÚNICO**.

Parágrafo único

A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, sendo que qualquer modificação que se faça necessária durante o andamento dos serviços, somente poderá ser feita com autorização do **CONTRATANTE**, através da Secretaria Municipal de Obras Públicas, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação no limite de até 30% (trinta por cento) do valor contratado, sendo vedada a subcontratação total do objeto contratado, cujos os critérios para subcontratação constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – PAGAMENTO

As condições de pagamento e os critérios a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e demais anexos do edital, que é parte integrante deste Contrato, observado o constante no artigo 137, do Decreto Municipal nº700/2023.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão nos termos do artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e Decreto Municipal n.º 700/2023 e Termo de Referência.

Parágrafo primeiro

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

Parágrafo segundo

Os preços acordados poderão ser alterados, depois de decorridos 12 (doze) meses, por reajuste no sentido estrito, a fim de assegurar o equilíbrio econômico-



financeiro do contrato, por solicitação da CONTRATADA e a partir da demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha analítica de composição de custos, em conformidade com o Decreto Municipal nº. 700/2023, sendo que os índices mais adequados para o caso de necessidade de reajuste de preços do contrato constam no ANEXO VIII do Termo de Referência e estão em conformidade com a Instrução Normativa nº. 03/2023-SMF.

Parágrafo terceiro

O reajuste de preços em sentido estrito, será efetuado no intervalo mínimo de 1 (um) ano, considerando a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, ou seja, agosto/2025, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, cabendo à CONTRATADA pleiteá-lo até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer preclusão lógica de exercer o seu direito, excetuados os casos previstos no parágrafo único do artigo 131 do Decreto Municipal nº. 700/2023.

Parágrafo quarto

O reajuste em sentido estrito e a revisão de preços deverão ser pleiteados expressamente pela CONTRATADA, antes da formalização do instrumento de contratação, até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer preclusão lógica de exercer o seu direito, excetuados os casos previstos no parágrafo único do artigo 131 do Decreto Municipal nº. 700/2023.

Parágrafo quinto

A decisão sobre os pedidos de reajuste em sentido estrito e de revisão de preços deve ser proferida, preferencialmente, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos pela **CONTRATADA**, podendo ser prorrogado por igual período desde que demonstrada a inviabilidade de seu cumprimento, mediante decisão motivada da autoridade competente, ficando o prazo previsto suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Administração para a comprovação da variação dos custos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigar-se-á a:

- I. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- II. Executar os serviços conforme projeto básico, memorial descritivo e orçamento, atendendo ao cronograma apresentado, com o devido acompanhamento pelo responsável técnico da empresa;
- III. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- IV. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- V. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



VI. Efetuar e entregar, se for o caso e no prazo requisitado pelo Fiscal, o resultado de testes, ensaios, laudos, dentre outros que se fizerem necessários nos serviços e materiais, cujas despesas decorrentes são de inteira responsabilidade da Contratada, não cabendo ressarcimento por parte da **CONTRATANTE**;

VII. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

VIII. Dispor de veículos, equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços com qualidade e segurança, incluindo todos os equipamentos de proteção individual e coletiva exigidos em norma;

IX. Assumir todos os custos envolvidos no deslocamento de equipes, transporte de materiais e demais atividades complementares necessárias à correta execução dos serviços ora contratados;

X. Manter a limpeza e desobstrução dos locais de serviço durante e, principalmente, após a execução dos serviços. Em caso de situações provisórias que possam colocar em risco a integridade física de transeuntes, tais como buracos ou valetas, estes deverão ser sinalizados e, durante o período em que a equipe não estiver trabalhando no local, cobertos;

XI. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

XII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

XIII. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou do Fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

XIV. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela Fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

XV. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

XVI. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;



- XVII. Registrar e comunicar imediatamente ao Fiscal qualquer remanejamento de trabalhadores ou de equipamentos, sendo que, no caso de desligamento e encerramento da relação laboral, deverá indicar a substituição, acompanhada da documentação pertinente, inclusive o termo de rescisão e respectivos pagamentos;
- XVIII. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- XIX. Comunicar imediatamente ao Fiscal quaisquer situações adversas que possam prejudicar a execução dos serviços ou apresentar riscos à segurança dos funcionários ou usuários das vias;
- XX. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- XXI. Fornecer, a qualquer tempo, caso seja solicitado pelo Fiscal, documentos relacionados aos profissionais e equipamentos vinculados ao objeto contratado;
- XXII. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- XXIII. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- XXIV. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- XXV. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- XXVI. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XXVII. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- XXVIII. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- XXIX. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- XXX. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XXXI. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XXXII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro



Após a emissão da Ordem de Serviço, objeto desta licitação, a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente apresentar ao Departamento de Pontes e Drenagem da SMOP, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a cópia dos seguintes documentos:

- I. Ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho contendo os riscos profissionais que possam ocorrer nos locais de trabalho, os meios para prevenir e limitar tais riscos e os procedimentos a serem adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho com a ciência dos empregados envolvidos na execução da obra ou serviço, conforme item 1.7 da NR 1;
- II. Programa de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme NR1;
- III. Registro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) da **CONTRATADA** na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), conforme NR4;
- IV. Registro profissional dos integrantes do SESMT da empresa nos respectivos órgãos de classe: Médico do Trabalho (CRM), Engenheiro de Segurança do Trabalho (CREA) e Técnico de Segurança do Trabalho (TEM);
- V. Registro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) na Delegacia Regional do Trabalho (DRT);
- VI. Ficha de controle de fornecimento e recebimento de EPI com o termo de responsabilidade assinada pelos empregados da empresa;
- VII. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- VIII. A indicação de uso obrigatório de EPI (inclusive os destinados ao enfrentamento da pandemia decorrente da COVID-19 conforme em vigência e referentes ao tema) nos locais de trabalho;
- IX. Realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – (PCMSO) - NR 7;
- X. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO);
- XI. Cópia da Ata da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) onde se discutiu o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- XII. Apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) – NR 9 ou Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT) – NR 18, esclarecendo que as orientações e correções apontadas devem ser de conhecimento dos funcionários;
- XIII. Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional, com carga horária mínima de 06 (seis) horas, conforme previsto no item 18.28 da NR 18;
- XIV. Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico da Obra/Serviço, Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros (onde couber, conforme Portaria nº. 3.214/1978 do Ministério do Trabalho – NR 4 e NR 5), com telefone e endereço;
- XV. Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo

Em caso de acidente de trabalho, apresentar: cópia da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, as informações sobre as providências adotadas, o relatório do acidente pelo SESMT e da investigação pela CIPA.



Parágrafo terceiro

Em caso de serviço em altura, deverão ser apresentados os exames clínicos complementares dos empregados que forem executar os serviços bem como sua capacitação, através de certificados de treinamento teórico e prático com carga horária mínima de 08 (oito) horas, conforme item 35.3.2 da NR-35 e treinamento periódico bial com carga horária mínima de 08 (oito) horas, conforme item 35.3.3.1 da NR-35.

Parágrafo quarto

A **CONTRATADA** deverá apresentar relatório mensal de Segurança e Medicina do Trabalho, até o segundo dia útil do mês, contendo os seguintes dados:

- a) Número de empregados na obra;
- b) Número de acidentes pessoais e materiais;
- c) Número de homens/horas trabalhadas;
- d) Números de dias perdidos e dias debitados referentes aos acidentes;
- e) Número de inspeções de segurança realizadas;
- f) Número de cursos/treinamentos realizados;
- g) Composição do SESMT e da CIPA.

Parágrafo quinto

Em caso de acidentes, a **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente à Fiscalização e solicitar a perícia no local.

Parágrafo sexto

Comprovar a realização dos exames médicos admissionais, demissionais e periódicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** obrigará-se a:

- I. Acompanhar, Fiscalizar, receber e validar a prestação do serviço realizado pela **CONTRATADA**.
- II. Fornecer à **CONTRATADA** a qualquer tempo e com a máxima presteza informação para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos do presente contrato, mediante solicitação por escrito, salvo em casos de urgência.
- III. Intimar por escrito a **CONTRATADA** se verificado qualquer problema nos serviços prestados, descrevendo as irregularidades verificadas, indicando os dispositivos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, o licitante ou a **CONTRATADA** será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações contratuais a que der causa na execução do contrato, tais como:

- I. Ensejar o atraso na execução ou na entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- III. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- IV. Dar causa à inexecução total do contrato;
- V. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- VI. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII. Praticar ato lesivo fundado em violação à Lei Anticorrupção previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo primeiro

Nos termos do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e artigo 248 do Decreto Municipal nº 700, de 2023, as sanções previstas para o inadimplemento do contrato, sem prejuízo de sua rescisão e reparação pelos prejuízos na esfera cível e sanções criminais, são as seguintes:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo segundo

A aplicação de penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais para se ressarcir pelos danos causados, podendo, ainda, reter créditos decorrentes do contrato ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial por eventuais perdas e danos.

Parágrafo terceiro

A **advertência** poderá ser aplicada quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com o artigo 250 do Decreto Municipal nº 700, de 2023. (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto

A **multa** será aplicada obedecendo aos procedimentos previstos em lei e no Decreto Municipal nº 700/2023, observado o seguinte:

- I. De 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 (dez) dias;
- II. De 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, ou apresentação das ARTs. De 10,0% (dez por cento) do valor total do contrato, para a inexecução total do contrato;
- III. Compensatória, para a inexecução total do contrato, de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, contados da data de início do contrato;
- IV. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos V e VIII da Cláusula Décima Segunda, de 10% (dez por cento) do valor remanescente do Contrato, considerado o saldo do contrato ainda não medido e aceito pelo Fiscal/gestor, no entanto, o valor mínimo da multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, de acordo com o inciso IV, art. 251 do Decreto Municipal nº 700/2023, contados da data do ato infracional;

Parágrafo Quinto

Vencido os prazos dos incisos I e II do Parágrafo Quarto, a Administração deverá avaliar o interesse público na continuidade do ajuste, podendo extinguir o contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos disposto no



inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízos das demais sanções previstas.

Parágrafo Sexto

A aplicação de multa moratória não impedirá que a **CONTRATANTE** a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções

Parágrafo Sétimo

O impedimento de licitar e contratar com o Município serão aplicados, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV da Cláusula Décima Segunda, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos, nos termos do artigo 252 do Decreto Municipal nº 700, de 2023.

Parágrafo Oitavo

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada quando praticadas as condutas descritas nos incisos V e VIII da Cláusula Décima Segunda, bem como nos incisos II, III e IV, que justifiquem a imposição e penalidade mais grave.

Parágrafo Nono

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**, conforme §9º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Décimo

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme §7º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Décimo Primeiro

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se para as sanções de advertência e multa o procedimento previsto nos artigos 255 a 262 do Decreto Municipal nº 700, de 2023; e para as sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar o previsto nos artigos 263 a 284 do Decreto Municipal nº 700, de 2023.

Parágrafo Décimo Segundo

Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**. Incluídos prejuízos ao interesse público na oferta de serviços à população;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme orientações normativas expedidas pela Controladoria Geral do Município.



Parágrafo Décimo Terceiro

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo Quarto

A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Décimo Quinto

O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Décimo Sexto

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Municipal nº 14.133, de 2021 e artigo 283 do Decreto Municipal nº 700, de 2023.

Parágrafo Décimo Sétimo

A declaração de inidoneidade aplicada pela Administração Pública de qualquer esfera federativa e a suspensão do direito de licitar ou contratar aplicada pelo Município não têm efeito retroativo e não acarreta a rescisão dos outros contratos vigentes, conforme previsto no artigo 285 do Decreto Municipal nº 700, de 2023.

Parágrafo Décimo Oitava

Excetua-se da regra prevista no item anterior, e, diante do caso concreto, poderá o Município rescindir os contratos vigentes com o sancionado desde que sejam indicadas nos autos a que se refere o contrato as razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a **CONTRATANTE**.

Parágrafo Décimo Nono

A rescisão prevista no item anterior ocorrerá apenas a partir da data da decisão irreversível que aplica a sanção à **CONTRATADA**, sendo devido o pagamento apenas pelos serviços prestados ou bens fornecidos até então, relacionados ao objeto do contrato.

Parágrafo Vigésimo



A aplicação das penalidades previstas no Parágrafo Décimo Sétimo impede a nova contratação do sancionado, enquanto durarem os efeitos da sanção, bem como a prorrogação do prazo de vigência de eventuais outros contratos vigentes firmados pelo sancionado.

Parágrafo Vigésimo Primeiro

O não recolhimento da multa dentro do prazo estabelecido dará à **CONTRATANTE** o direito de descontar da caução e/ou medição/fatura ainda não pagas, bem como de inscrevê-la em dívida ativa do Município ou de cobrá-la judicialmente.

Parágrafo Vigésimo Segundo

O procedimento para aplicação das penalidades obedecerá ao contido nas Seções III e IV do Capítulo I do Título VII do Decreto Municipal nº 700, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS

A CONTRATADA deverá cumprir com todas as exigências ambientais, no que se refere às Legislações nos níveis Municipal, Estadual e Federal, de acordo com as Legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A extinção do presente contrato poderá ocorrer nas condições e procedimentos descritos no Capítulo XIV do Título VI do Decreto Municipal nº 700/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

A suspensão do presente contrato poderá ocorrer nas condições e procedimentos descritos no Capítulo XII do Título VI do Decreto Municipal nº 700/2023.

Parágrafo Único

Se isto ocorrer, a **CONTRATADA** terá direito a receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A direção técnica e administrativa do objeto deste Contrato cabe à **CONTRATADA**, a qual responderá, na forma da lei, por qualquer imperfeição porventura constatada na sua execução.

Parágrafo Primeiro

A omissão ainda que eventual da Fiscalização, no desempenho de suas atribuições, não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade pela perfeita execução do objeto contratado.

Parágrafo Segundo

A **CONTRATADA** será representada, durante a execução do objeto, pelo Preposto ou pelo Responsável Técnico indicados na proposta, os quais dirigirão os trabalhos e a representarão legalmente, com amplos poderes para decidir, em seu nome, nos assuntos relativos ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PROTOCOLO

O presente contrato é decorrente do procedimento licitatório – Concorrência Eletrônica n.º XXX/XXXX-SMOP e seus anexos, protocolizado sob nº 01-



247.473/2025, da proposta da **CONTRATADA**, e demais anexos que compõem o processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O presente contrato compreende somente a execução do objeto deste contrato, não estabelecendo qualquer vínculo empregatício com o pessoal que os executa, correndo por conta da **CONTRATADA** o pagamento da mão-de-obra e seus encargos sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

A Legislação aplicável à execução do presente contrato, e especialmente nos casos omissos, é a Lei Federal nº 14.133/2021, que regerá subsidiariamente a aplicação deste instrumento e a solução de litígios que eventualmente dele possam resultar. A superveniência de lei condiciona às partes ao seu cumprimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

O recebimento do objeto deste contato está previsto no item 7.3 do Termo de Referência e do edital da Concorrência Eletrônica n.º XXX-SMOP, que passam a fazer parte integrante e inseparável deste Contrato como se nele estivessem integral e expressamente reproduzidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Ficam designados, como Gestor e Suplente da contratação decorrente desta Concorrência Eletrônica, para o exercício das atribuições previstas no Decreto Municipal nº 700, de 2023, e demais legislações pertinentes, os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Thais Almeida Magalhães Mauricio, matrícula nº 189325, na qualidade de gestor, e Debora Paludetto Pascuti, matrícula nº 197223, na qualidade de suplente e na qualidade de Fiscal de Contrato o servidor Eliseu Henrique Martins, matrícula nº 74573, e Eduardo Camargo Ferreira da Cruz, matrícula nº 197222, na qualidade de Fiscal suplente.

Parágrafo Único

Ao gestor e Fiscal designados nesta cláusula caberá a gestão e Fiscalização deste contrato, sendo-lhes conferidas as atribuições e responsabilidades preconizadas nos artigos 62 e 63 do Decreto Municipal nº 2.193/2023, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As Partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E, para constar foi lavrado, o presente, o qual depois de lido, conferido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Palácio 29 de março, XX de xxxxx de 2026.



Luiz Fernando de Souza Jamur
Secretário Municipal de Obras Públicas

XXXXXXXXXXXXX
Contratada

1ª testemunha
Nome
CPF

2ª testemunha
Nome
CPF